



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 5ª REGIÃO FISCAL - SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

MARÇO/2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 5ª REGIÃO FISCAL - SRRF05

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 127/2013, Portaria TCU nº 175/2013 e Portaria CGU nº 133/2013.

Salvador, 03/2013

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFRFB – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia–Geral da União
ARF – Agência da Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
Art. – Artigo
Ascom – Assessoria de Comunicação Social
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
Audit – Coordenação–Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
Cetad – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros
CGU – Controladoria–Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
Coaef – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal
Coana – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira
Cocad – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro
Cocaj – Coordenação–Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
Cocif – Coordenação–Geral de Cooperação e Integração Fiscal
Codac – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança
Cofis – Coordenação–Geral de Fiscalização
Cogep – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas
Coger – Corregedoria–Geral da Receita Federal do Brasil
Comac – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
Copav – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
Copei – Coordenação–Geral de Pesquisa e Investigação
Copes – Coordenação–Geral de Programação e Estudos
Copol – Coordenação–Geral de Programação e Logística
Corec – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
Corin – Coordenação–Geral de Relações Internacionais
Cosit – Coordenação–Geral de Tributação
Cotec – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação
CPGF – Cartão de Pagamentos do Governo Federal
Dataprev – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DBR – Declaração de Bens e Rendas
Dcomp – Declaração de Compensação
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
Defis - Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização
Deinf - Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras
Delex - Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior
Demac - Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes
Derat - Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária
Derpf - Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas

DI – Despacho Aduaneiro de Importação
Diana – Divisão de Administração Aduaneira
Difis – Divisão de Fiscalização
Digep – Divisão de Gestão de Pessoas
Dipol – Divisão de Programação e Logística
Dirac – Divisão de Arrecadação e Cobrança
Direp – Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho
Disit – Divisão de Tributação
Ditec – Divisão de Tecnologia da Informação
Divic – Divisão de Interação com o Cidadão
DIRPF – Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
FPE – Fundo de Participação dos Estados
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
IGAM – Indicador Global de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes
IGDS – Indicador Global de Desempenho da Seleção
IGF – Indicador Global da Fiscalização
IGFA – Indicador Global da Fiscalização Aduaneira
IGMA – Índice de Gestão de Mercadorias Apreendidas
IN – Instrução Normativa
Infojud – Sistema de Informações ao Judiciário
IRF – Inspeção da Receita Federal do Brasil
LOA – Lei Orçamentária Anual
MF – Ministério da Fazenda
MP – Medida Provisória
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAF – Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Ferramentas
NAI – Nível de Adequação Imobiliária
NIT – Nível de Adequação da Infraestrutura Tecnológica
OCI – Órgão de Controle Interno
OI – Orçamento de Investimentos
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PF – Pessoa Física
PJ – Pessoa Jurídica
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
PREAR – Programa de Recuperação da Arrecadação
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RIR – Regulamento do Imposto de Renda

Saga – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
Semac – Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes
Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRRF – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
Suara – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
Suari – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
Sucor – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil
Sufis – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
Sutri – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TCU – Tribunal de Contas da União
TME – Tempo Médio de Espera por Atendimento
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO FEITOS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA VIA INFOJUD.....	22
Quadro 2: IDENTIFICAÇÃO DA UJ.....	26
Quadro 3: JURISDIÇÃO DAS REGIÕES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.....	30
Quadro 4: UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – QUANTITATIVO.....	34
Quadro 5: UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA 5ª REGIÃO FISCAL - QUANTITATIVO.....	34
Quadro 6: DIVISÃO FUNCIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB DA 5ª REGIÃO FISCAL.....	37
Quadro 7: ESTRUTURA FUNCIONAL DAS UNIDADES GESTORAS DA 5ª REGIÃO FISCAL.....	38
Quadro 8: “OBJETIVOS-BATALHA” DA RFB PARA O CICLO DE GESTÃO 2012-2015.....	62
Quadro 9: DIRETRIZES DE GESTÃO DA RFB PARA O EXERCÍCIO 2013.....	62
Quadro 10: INDICADORES ESTRATÉGICOS DA RFB COM APURAÇÃO EM NÍVEL REGIONAL E/OU LOCAL NO ANO DE 2013.....	64
Quadro 11: PROJETOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS* DA RFB NO ANO DE 2013.....	67
Quadro 12: AÇÕES.....	71
Quadro 13: ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DA META GLOBAL DE ARRECADAÇÃO.....	73
Quadro 14: ÍNDICE DE ADIMPLÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	74
Quadro 15: ÍNDICE DE ADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.....	75
Quadro 16: INDICADOR DE ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO FISCAL.....	75
Quadro 17: GRAU DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ADUANEIRAS NA IMPORTAÇÃO.....	76
Quadro 18: ÍNDICE DE RECUPERAÇÃO DA COBRANÇA.....	77
Quadro 19: ÍNDICE DE REDUÇÃO DO VALOR DE ESTOQUES DE COMPENSAÇÕES PENDENTES.....	78
Quadro 20: INDICADOR GLOBAL DE DESEMPENHO DA SELEÇÃO (IGDS).....	79
Quadro 21: INDICADOR GLOBAL DA FISCALIZAÇÃO (IGF).....	80
Quadro 22: ÍNDICE GLOBAL DA FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA (IGFA).....	81
Quadro 23: GRAU DE EFICÁCIA DA SELEÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO NO DESPACHO DE IMPORTAÇÃO.....	82
Quadro 24: GRAU DE EFICÁCIA DA SELEÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA DE INTERVENIENTES NO COMÉRCIO EXTERIOR.....	83

Quadro 25: ÍNDICE DE SOLUÇÃO DE CONSULTAS.....	83
Quadro 26: ÍNDICE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO SUB JUDICE CONTROLADO EM PROCESSOS.....	84
Quadro 27: PERCENTUAL DE SERVIÇOS ATENDIDOS COM TEMPO MÉDIO DE ESPERA MENOR OU IGUAL A 15 MINUTOS (TME 15).....	85
Quadro 28: INDICADOR DE TEMPO MÉDIO DE ESTOQUE DE RESTITUIÇÕES PENDENTES.....	85
Quadro 29: GRAU DE FLUIDEZ NO DESPACHO DE IMPORTAÇÃO.....	86
Quadro 30: TEMPO MÉDIO BRUTO NO DESPACHO ADUANEIRO DE EXPORTAÇÃO.....	87
Quadro 31: ÍNDICE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO GARANTIDO.....	88
Quadro 32: ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DA META DAS OPERAÇÕES DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO ADUANEIRA.....	88
Quadro 33: VALOR DAS APREENSÕES PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO ADUANEIRA.....	89
Quadro 34: INDICADOR GLOBAL DE ACOMPANHAMENTO DOS MAIORES CONTRIBUINTES (IGAM).....	90
Quadro 35: ÍNDICE DE GESTÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	91
Quadro 36: NÍVEL DE ADEQUAÇÃO IMOBILIÁRIA (NAI).....	92
Quadro 37: NÍVEL DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE INFORMATIZADO ÀS NOVAS FERRAMENTAS (NAF).....	92
Quadro 38: NÍVEL DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA (NIT).....	93
Quadro 39: ÍNDICE DE GESTÃO DE MERCADORIAS APREENDIDAS (IGMA).....	94
Quadro 40: NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS DESPESAS DE CUSTEIO.....	95
Quadro 41: NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS DESPESAS DE INVESTIMENTOS.....	96
Quadro 42: AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	98
Quadro 43: MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA..	101
Quadro 44: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	102
Quadro 45: DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	103
Quadro 46: EXECUÇÃO DE INICIATIVAS DO PLANO DE ENGENHARIA DA RFB NA 5ª REGIÃO FISCAL.....	105
Quadro 47: RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	107

Quadro 48: RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	108
Quadro 49: RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	108
Quadro 50: VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	109
Quadro 51: DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	111
Quadro 52: DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	111
Quadro 53: PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF).....	113
Quadro 54: FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	117
Quadro 55: SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ.....	118
Quadro 56: EGRESSOS DA 5ª RF EM VIRTUDE DE REMOÇÃO - POR UNIDADE DE DESTINO.....	119
Quadro 57: INGRESSOS NA 5ª RF EM VIRTUDE DE REMOÇÃO - POR UNIDADE DE ORIGEM.....	120
Quadro 58: DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	121
Quadro 59: QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	122
Quadro 60: QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	123
Quadro 61: QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	124
Quadro 62: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À FOLHA DE PAGAMENTO DA UJ EM 2013.....	125
Quadro 63: ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	126
Quadro 64: ATOS SUJEITOS Á COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	126
Quadro 65: ABSENTEÍSMO NA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - EVOLUÇÃO DO INDICADOR.....	127
Quadro 66: REPOSIÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL - RELAÇÃO ENTRE INGRESSOS E EGRESSOS EM 2013.....	128
Quadro 67: INGRESSOS, EGRESSOS E REMOÇÕES EM 2013, E SUA RELAÇÃO COM A FORÇA DE TRABALHO TOTAL DAS UNIDADES.....	129

Quadro 68: EVOLUÇÃO DO GRAU DE LOTAÇÃO BRUTO NAS UNIDADES DA RFB.....	131
Quadro 69: COMPARATIVO DO GRAU DE LOTAÇÃO ENTRE CARREIRAS DE ESTADO	132
Quadro 70: INDICADORES DE CAPACITAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL DA UJ.....	133
Quadro 71: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA / DRF-ARACAJU.....	134
Quadro 72: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA / SRRF05.....	134
Quadro 73: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA / DRF-SALVADOR.....	135
Quadro 74: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA / DRF-FEIRA DE SANTANA.....	135
Quadro 75: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA/DRF-VITÓRIA DA CONQUISTA.....	136
Quadro 76: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA / ALF-PORTO DE SALVADOR.....	136
Quadro 77: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA / DRF-CAMAÇARI.....	137
Quadro 78: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA / DRF-ITABUNA.....	137
Quadro 79: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA / ALF-AEROPORTO DE SALVADOR.....	138
Quadro 80: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / DRF-ARACAJU.....	139
Quadro 81: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / SRRF05.....	140
Quadro 82: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / DRF-SALVADOR.....	141
Quadro 83: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / DRF-FEIRA DE SANTANA.....	142
Quadro 84: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / DRF-VITÓRIA DA CONQUISTA.....	143
Quadro 85: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / ALF-PORTO DE SALVADOR.....	144
Quadro 86: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / DRF-CAMAÇARI.....	145
Quadro 87: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / DRF-ITABUNA.....	146

Quadro 88: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / ALF-AEROPORTO DE SALVADOR.....	147
Quadro 89: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	148
Quadro 90: DETALHES SOBRE A COMPOSIÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA 5ª REGIÃO FISCAL.....	152
Quadro 91: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	156
Quadro 92: DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.....	157
Quadro 93: DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....	158
Quadro 94: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	159
Quadro 95: GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	162
Quadro 96: CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	164
Quadro 97: SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	166
Quadro 98: DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	167
Quadro 99: TAXAS UTILIZADAS PELA UJ PARA O CÁLCULO DA DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS.....	175
Quadro 100: DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	180

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: QUADRO FUNCIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL - EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES.....	23
Figura 2: ESTRUTURA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL.....	36
Figura 3: CADEIA DE VALOR DA RFB - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	40
Figura 4: MACROPROCESSO: ARRECADAÇÃO E CONTROLE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	41
Figura 5: MACROPROCESSO: FISCALIZAÇÃO E COMBATE AOS ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS.....	42
Figura 6: MACROPROCESSO: ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA.....	44
Figura 7: MACROPROCESSO: SEGURANÇA JURÍDICA E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	45
Figura 8: MACROPROCESSO: INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	46
Figura 9: CADEIA DE VALOR DA RFB - MACROPROCESSOS DE APOIO.....	47
Figura 10: MACROPROCESSO: GESTÃO ESTRATÉGICA, PROJETOS E PROCESSOS.....	48
Figura 11: MACROPROCESSO: GESTÃO INSTITUCIONAL.....	49
Figura 12: MACROPROCESSO: CONTROLE INSTITUCIONAL.....	50
Figura 13: MACROPROCESSO: GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	51
Figura 14: MACROPROCESSO: GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	52
Figura 15: MACROPROCESSO: GESTÃO DE PESSOAS.....	53
Figura 16: MACROPROCESSO: GESTÃO DE MATERIAIS E LOGÍSTICA.....	54
Figura 17: MAPA ESTRATÉGICO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL: CICLO 2012-2015.....	59
Figura 18: INGRESSOS 2013 EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO EM 31/12/2012.....	129
Figura 19: EGRESSOS 2013 EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO EM 31/12/2012.....	130
Figura 20: REMOÇÕES 2013 EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO EM 31/12/2012.....	130
Figura 21: EVOLUÇÃO DO GRAU DE LOTAÇÃO BRUTO NAS UNIDADES DA RFB.....	132
Figura 22: DEMANDAS REGISTRADAS NA OUVIDORIA DA 5ª REGIÃO FISCAL EM 2013.....	171

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Item 1: Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório.....	25
1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	26
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	27
1.3 - Organograma Funcional.....	35
1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada.....	40
1.5 - Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada.....	47
1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada, da Administração Pública ou da Iniciativa Privada) Relacionados à Atividade-fim da Unidade.....	55
Item 2: Planejamento e Resultados Alcançados.....	57
2.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada.....	58
2.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	71
2.3 - Informações Sobre Outros Resultados da Gestão.....	73
Item 3: Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	97
3.1 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	98
Item 4: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....	100
4.1 - Execução das Despesas.....	101
4.2 - Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	107
4.3 - Transferências de Recursos.....	108
4.4 - Suprimentos de Fundos.....	111
Item 5: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....	114
5.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade.....	115
5.2 - Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários.....	134
Item 6: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	150
6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	151
6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade	155

6.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	159
Item 7: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	161
7.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras.....	162
7.2 - Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água	164
Item 8: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.....	165
8.1 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	166
8.2 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	167
8.3 - Alimentação SIASG E SICONV	168
Item 9: Relacionamento com a Sociedade.....	169
9.1 - Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.....	170
Item 10: Informações Contábeis.....	173
10.1 - Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	174
10.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	179
ANEXOS.....	181
Anexo 1: Declaração do SIASG e SICONV - Subitem 9.6 do Anexo II da DN TCU nº 127/2013	181

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes às Unidades Gestoras da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A, Conteúdo Geral e Parte B, Conteúdo Específico, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 175/2013.

ITENS DO ANEXO II, PARTE A - CONTEÚDO GERAL, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	
2.2	Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados
Quadro A 2.2.1	Programa Temático
Quadro A 2.2.2	Objetivo
Justificativa: A Unidade Jurisdicionada não possui Programas Temáticos, motivo pelo qual os quadros citados acima não se aplicarem à realidade da UJ.	
Quadro A 2.2.3.2	Ação/Subtítulos
Quadro A 2.2.3.3	Ações Não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados
Justificativa: A Unidade Jurisdicionada não possui informações sobre os Quadros acima porque não gerenciou nenhuma ação desdobrável em subtítulo e nem ação não prevista na LOA 2013.	
Quadro A 2.2.3.4	Ações do Orçamento de Investimento
Justificativa: A UJ não faz parte do Orçamento de Investimento - OI e sim do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS.	
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	
3.1	Estrutura orgânica de controle da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, comitê de auditoria, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle.

Justificativa: Na RFB não há uma estrutura formal de controle. No entanto, há uma unidade de auditoria interna responsável, dentre outras, pela proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; pela coordenação e execução de atividades de auditorias internas e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas e propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB, motivo pelo qual o Subitem 3.1 não se aplica à Unidade Jurisdicionada. As informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

3.4 Estrutura e atividades do sistema de correição da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão.

Justificativa: A administração da Unidade de correição é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

3.5 Demonstração do cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União - CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão.

Justificativa: Conforme informado na justificativa do Subitem 3.4 acima, a administração da Unidade de correição da RFB é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

3.6 Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos.

Justificativa: Conforme informado na justificativa do Subitem 3.1, na RFB não há estrutura formal de controle. Há uma unidade de auditoria interna e as informações referente a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão central da RFB.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das Despesas

Quadro A 4.1.1	Programação de Despesas
Quadro A 4.1.2.2	Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa
Quadro A 4.1.3.1	Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total
Quadro A 4.1.3.2	Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ

Quadro A 4.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total
Quadro A 4.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ
<p>Justificativa: A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB possui somente uma Unidade Orçamentária - UO (170010 - Órgão Central RFB) e conforme informações da Portaria TCU nº175/2013, somente UJ que for UO deve preencher os quadros citados acima. As informações dos quadros serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central.</p>	
4.5	Suprimento de Fundos
Quadro A 4.5.2	Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)
<p>Justificativa: A modalidade de Suprimento de Fundos Conta Tipo “B” não se aplica à Unidade Jurisdicionada.</p>	
4.6	Renúncias de Receitas
<p>Justificativa: Esta UJ não é órgão gestor de nenhuma renúncia tributária, não cabendo, portanto, a prestação de informações relacionadas a este Subitem. Alguns quadros deste Subitem serão apresentados no Relatório de Gestão do Órgão Central</p>	
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas
<p>Justificativa: A RFB não é órgão instituidor de aposentadorias e pensões, cuja gestão está a cargo da área de pessoal do Ministério da Fazenda. Neste sentido, não foi tratado neste Relatório o Subitem 5.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas, nem foram preenchidos os correspondentes quadros da Portaria TCU nº 175/2013:</p> <p>Quadro A 5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos; e</p> <p>Quadro A 5.1.4.2 - Instituidores de Pensão.</p>	
5.1.5.3	Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac
Quadro A 5.1.5.3	Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac
Quadro A 5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico
<p>Justificativa: Os quadros acima não puderam ser preenchidos porque não existe uma consulta gerencial no Sisac que permita apurar a tempestividade do registro em relação ao prazo legal.</p>	
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
<p>Justificativa: Após análise das ferramentas de extração de dados do Siape e Siapecad, mesmo utilizando a senha de maior amplitude de transações disponibilizada para a RFB, verificou-se a incapacidade de extração de tal informação, não sendo possível correlacionar os dados dos servidores da RFB com os dos demais servidores públicos federais. Não há como verificar via extração sistematizada, a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos no âmbito federal.</p> <p>Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional, quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e são tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.</p> <p>No processo de controle é utilizada a entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal.</p> <p>O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.</p> <p>São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.</p> <p>Em 2013 não foram detectados casos de acumulação indevida. Caso venham a ser detectados, será aplicada a rotina prevista pelos artigos 133 e 143 da Lei 8.112/90.</p>	
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
Quadro A 5.2.1	Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada
Quadro A 5.2.2	Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados
<p>Justificativa: A RFB não possui terceirizados exercendo atividades típicas da carreira de auditoria fiscal.</p>	
<p>7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO</p>	
Quadro A 7.1	Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada
<p>Justificativa: A gestão da unidade de tecnologia da RFB é realizada de forma centralizada no Órgão Central, motivo pelo qual as informações deste Item constarem no Relatório de Gestão do Órgão Central.</p>	

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	
9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU
Quadro A 9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício
Quadro A 9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
Justificativa: Não há registro de deliberações exaradas em acórdão do TCU relacionadas à UJ no ano de 2013, tampouco houve pendência de atendimento de deliberações exaradas em anos anteriores.	
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI
Quadro A 9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício
Justificativa: Não há registro de recomendações do órgão de controle interno (Controladoria Geral da União - CGU) para a UJ no ano de 2013. A única recomendação pendente de exercícios anteriores não foi plenamente atendida em 2013 e está devidamente registrada no quadro 97.	
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna
Justificativa: Na RFB, há uma unidade de auditoria interna responsável, dentre outras, pela proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; pela coordenação e execução de atividades de auditorias internas e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas e propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB, motivo pelo qual as informações relativas a este Subitem constarem no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	
10.2	Mecanismos para medir a Satisfação dos Cidadãos Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade
10.3	Demonstração dos Resultados de Eventuais Pesquisas de Opinião Realizadas nos Três Últimos Anos
Justificativa: A administração dos mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos usuários dos serviços da unidade e os resultados de eventuais pesquisas de opinião realizadas nos três últimos anos com os cidadãos em geral, é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a estes Subitens serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	

ITENS DO ANEXO II, PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

26. RFB (ACÓRDÃO TCU Nº 499/2009 - PLENÁRIO)
Informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária.
Justificativa: A gestão da cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária está a cargo do Órgão Central e as informações relativas a este Item serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

ITENS DO ANEXO II, PARTE A - CONTEÚDO GERAL, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA MAS QUE NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
4.2	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
Justificativa: Não houve, no ano de 2013, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos na UJ.	
4.4	Transferências de Recursos
Quadro A 4.4.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício
Justificativa: Não houve, no ano de 2013, vigência de instrumentos de transferência tendo a UJ como concedente ou contratante.	
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário
Justificativa: Não foram instauradas tomadas de contas especiais na UJ durante o exercício de 2013.	
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	
12.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ
Justificativa: A UJ não prestou outras informações, tendo o entendimento de que os demais itens do Relatório de Gestão em seu conjunto já fornecem uma visão abrangente da gestão da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal.	

ITENS DO ANEXO II, PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA MAS NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS

35. UNIDADES QUE TENHAM FIRMADO TERMO DE PARCERIA NOS TERMOS DA LEI 9.790/99

Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao termo de parceria, contemplando, entre outros, a forma de escolha do parceiro, a execução do cronograma físico-financeiro e os resultados da parceria, nos termos da portaria referida no inciso VI do *caput* do art. 5º desta decisão normativa.

Justificativa: A UJ não firmou termo de parceria nos termos da Lei nº 9.790/99 no exercício de 2013.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA 5ª REGIÃO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2013

i. A 5ª Região Fiscal em números

Os números a seguir sintetizam a atuação da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal (Bahia e Sergipe) ao longo do ano de 2013, no exercício de suas operações diárias essenciais ao cumprimento da missão institucional:

- Mais de **1,1 milhão (1.184.716)** de serviços foram atendidos nas unidades espalhadas nos estados da Bahia e de Sergipe;
- **33.582** declarações de importação foram processadas, sendo que, desse total, mais de **3/4** (três quartos) foram desembaraçados em **menos de 1 (um) dia**;
- **23.464** declarações de exportação processadas, num tempo médio de **0,19 dia (aproximadamente 4 horas e 34 minutos)**;
- Mais **7,2 bilhões de reais** em créditos tributários foram lançados em decorrência das ações de fiscalização de tributos internos em contribuintes de diversos portes e segmentos. Dos procedimentos de fiscalização realizados, **94,24%** tiveram resultado.
- Mais de **150 milhões de reais (R\$ 156.152.173,92)** em créditos tributários foram lançados em decorrência das ações de fiscalização aduaneira. Dos procedimentos de fiscalização aduaneira realizados, **96%** tiveram resultado.
- Mais de **4 milhões de reais (R\$ 4.036.617,00)** em mercadorias foram retidas em operações de repressão ao contrabando e ao descaminho na região;
- Mais de **18 milhões de reais (R\$ 18.565.671,36)** em mercadorias apreendidas foram destinadas por leilão, incorporação, doação ou destruição);
- Mais de **1,4 bilhão de reais** em quedas de arrecadação de contribuintes foram analisados no trabalho de monitoramento da arrecadação dos contribuintes de grande porte da região, sujeitos ao acompanhamento diferenciado;

- **48.972 horas** de treinamento foram destinadas à qualificação e aprimoramento do quadro funcional da 5ª RF. **72,95%** dos servidores participaram de pelo menos um evento de capacitação em 2013;
- Mais de **10 milhões de reais (R\$ 10.633.028,85)** foram investidos em obras para adequação das unidades do órgão na 5ª RF.

É possível afirmar que grande parte das medidas adotadas pela 5ª Região Fiscal para o cumprimento da estratégia da instituição está relacionada à busca pela eficácia e efetividade na execução das suas atividades operacionais, que se traduzem no cumprimento das metas estabelecidas pelo órgão. O “**Item 2: Planejamento e Resultados Alcançados**” deste Relatório de Gestão apresenta em maior detalhe os elementos utilizados pela Receita Federal do Brasil e pela 5ª Região Fiscal para viabilização da sua estratégia. Destacam-se a seguir algumas das principais ações desenvolvidas no âmbito da 5ª RF.

ii. Ações em destaque

- **Realização de projeto-piloto de capacitação com foco no desenvolvimento comportamental dos servidores do atendimento:** A iniciativa de capacitação foi desenvolvida no contexto do Projeto de Melhoria de Qualidade do Atendimento, que tem como objetivo estabelecer um modelo regional de gestão do atendimento presencial, focado em resultados, comprometido com as pessoas e orientado para o cidadão. O projeto, conduzido pela Divisão de Interação como o Cidadão (Divic) a 5ª Região Fiscal, teve como uma das principais referências a Pesquisa de Imagem e da Satisfação com o Atendimento realizada em 2010 pela RFB em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), cujo resultado apontou a necessidade de investimento na qualificação dos servidores e melhorias na capacidade de gestão. A ação de capacitação foi iniciada no final de 2012 e se estendeu até abril de 2013, com a realização de **36 sessões coletivas e 453 sessões individuais** com os servidores envolvidos com o atendimento da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador, abordando os seguintes temas: Comunicação, Estilos de Relacionamento, Espírito de Equipe / Liderança, Administração do Tempo, Motivação, Excelência Pessoal e Profissional. As reuniões de avaliação demonstraram que a participação e aceitação do treinamento por parte dos servidores foi bastante positiva: 94% dos participantes responderam que houve mudanças no ambiente do atendimento durante o período do projeto.
- **Digitalização de processos da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador:** Considerando a existência de um significativo estoque de processos administrativos em papel, estimado originalmente em 22 mil processos, que coexistiam com o pleno uso do Sistema de Processos Digitais (e-Processo) na unidade, a DRF-Salvador formulou, desenvolveu e implementou, em caráter estratégico, o Projeto de Digitalização de Processos. O projeto teve o objetivo de viabilizar a digitalização de todo o estoque de processos em papel e a importação dos dados processuais em meio digital para o Sistema e-Processo. Foram digitalizados **mais de 25 mil processos, que totalizaram 1.767.491 folhas, no prazo total de seis meses de execução do projeto**, conforme planejado, a um custo de apenas 0,0476 centavos por folha, menos da metade do valor unitário previsto no projeto, considerando que o efetivo acompanhamento e gerenciamento das atividades de execução pela equipe do projeto propiciaram otimização da relação custo-benefício. A eliminação da tramitação de processos em papel na unidade tem trazido diversos benefícios à unidade, como o maior controle e operacionalização dos atos processuais, com mais segurança, eficiência e eficácia, redução

significativa nos custos administrativos; aumento da produtividade; redução e eliminação de atividades acessórias; desburocratização de procedimentos para o contribuinte; redução do tempo no trâmite processual; facilidade, agilidade e comodidade no manuseio dos processos administrativos e efetiva segurança dos dados.

- **Atualização do Regulamento do Imposto de Renda:** O Grupo de Trabalho (GT) constituído para a atualização do Regulamento do Imposto de Renda (RIR) e coordenado pela Divisão de Tributação (Disit) da 5ª RF produziu projeto de decreto de alteração, que incorpora ao RIR a legislação relativa ao ano de 2012. Esse projeto de decreto alterou o conjunto de outras iniciativas de atualização de RIR já empreendidas pela Receita Federal do Brasil mas ainda não convertidas em decreto presidencial: (1) minuta do novo RIR, com legislação atualizada até julho de 2010, elaborada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) e (2) minuta de decreto de alteração, com a legislação atualizada de agosto de 2010 a dezembro de 2011, elaborada em 2012 pelo GT já mencionado. O modelo de atualização, definido pelo Secretário da Receita Federal, visa a incentivar que o Regulamento seja periodicamente atualizado, buscando oferecer aos contribuintes o acesso à legislação de maneira consolidada e atual.
- **Compartilhamento da competência jurisdicional para a análise de declarações de compensação:** Em 2013, a Divisão de Arrecadação e Cobrança (Dirac) da 5ª RF passou a propor uma nova estratégia de atuação para a redução do estoque de pedidos de compensação tributária pendentes na região. A distribuição das declarações de compensação (Dcomp) de contribuintes de porte diferenciado passou a ser feita regionalmente pela Dirac para as Delegacias, e não mais localmente pelas próprias unidades. Isso permitiu que as Delegacias com estoques de declarações menos representativos em termos de valor direcionassem os esforços de suas equipes de trabalho para o tratamento das declarações com maior representatividade em termos de valor, presentes nos estoques de outras unidades. A estratégia garantiu o tratamento das declarações de compensação com os valores mais significativos da região, contribuindo para a significativa redução de 81% do valor do estoque de compensações pendentes na 5ª RF em 2013, muito além da meta estipulada (35%).
- **Acompanhamento e cobrança da arrecadação previdenciária de órgãos públicos com ênfase na adesão ao parcelamento da Medida Provisória nº 589/2012:** A Medida Provisória nº 589, de 13/11/2012, mais tarde convertida na Lei 12.810, de 15/05/2013, instituiu o parcelamento da dívida previdenciária de entes públicos com alguns benefícios para o optante, como desconto nos juros e multa, de modo a estimular a adesão. A medida também trouxe algumas vantagens para o controle e acompanhamento tributário desses entes, uma vez que as parcelas são retidas do respectivo Fundo de Participação dos Municípios – FPM – e repassadas à União, ou pagas em prestações equivalentes a 1% (um por cento) da média mensal da receita corrente líquida do Município, o que for de menor prestação. Outra vantagem é que a adesão a esse parcelamento implica autorização pelo Município para a retenção, no FPM, e repasse à União, do valor correspondente às obrigações previdenciárias **correntes** dos meses anteriores ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação, no caso de não pagamento no vencimento. As unidades da 5ª RF, em reconhecimento às oportunidades de incremento do controle da arrecadação previdenciária dos entes públicos trazidas pela MP, adotaram uma sistemática de diálogo e convencimento das prefeituras quantos aos benefícios da adesão à nova modalidade de parcelamento. Graças ao esforço empreendido pelas unidades, **428 dos 492 municípios (87%) da circunscrição da 5ª Região Fiscal (Bahia e Sergipe) aderiram ao parcelamento.** O alto grau de adesão teve reflexos no aumento da arrecadação previdenciária da 5ª RF em 2013. Somente como exemplo, a

arrecadação de contribuições previdenciárias correntes de órgãos públicos sob a jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana totalizou R\$ 362.047.533,00, um acréscimo de 50% em relação ao mesmo período de 2012, quando o total arrecadado foi de R\$ 241.291.196,00.

- **Disseminação do uso do Infojud pelo Poder Judiciário:** O Infojud é um sistema acessado por magistrados e serventuários de justiça previamente cadastrados para solicitação de declarações e informações cadastrais de contribuintes, com o uso de certificado digital. O resultado de todas as solicitações é enviado automaticamente para a caixa postal do magistrado, sem qualquer atuação de servidor da RFB, possibilitando um melhor aproveitamento dos recursos humanos, além de agilidade no trâmite de informações e economia de papel. Desde a criação do Infojud, em 2007, a 5ª Região Fiscal tem promovido diversas ações para disseminar o uso do sistema pelo Poder Judiciário. Apesar da evolução gradual no uso, ainda se observava grande demanda de informações feitas pelos meios tradicionais em papel, especialmente por parte da Justiça Estadual. Em levantamento efetuado em outubro de 2012 - quatro anos após a adesão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ/BA) ao convênio celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e a Secretaria da Receita Federal do Brasil - constatou-se que, de janeiro a setembro daquele ano, haviam sido recebidos nas unidades da Receita Federal na Bahia 3.444 ofícios, uma média de 17 por dia útil, sendo que cada documento pode tratar de vários contribuintes, o que corresponde a uma grande demanda para preparação e envio de informações. Por conta disso, a Superintendência da 5ª RF desenvolveu ações com o objetivo de demonstrar ao TJ/BA o expressivo número de expedientes em papel enviados pelos juízes e tribunais com requisição de informações às unidades da RFB no estado. As ações de sensibilização culminaram com a publicação do Decreto Judiciário nº 199, de 20 de março de 2013, em que o TJ/BA determinou a obrigatoriedade da utilização do Infojud pelos magistrados da justiça baiana de primeiro e segundo grau, quando necessária à prestação da atividade jurisdicional, para obtenção de informações disponibilizadas ao Poder Judiciário pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (com vigência a partir de setembro de 2013). O quadro a seguir demonstra o expressivo crescimento do uso do sistema pelo TJ/BA após a edição do Decreto Judiciário, o que sinaliza o aperfeiçoamento do atendimento e a troca de informações entre a Receita Federal e o Poder Judiciário. É importante destacar que, desde setembro de 2012, as unidades da 5ª RF em Sergipe já estavam autorizadas a não conhecer e, conseqüentemente, não fornecer quaisquer informações que pudessem ser obtidas no Infojud e estivessem sendo requeridas pelos órgãos da Justiça Estadual por meio físico. A Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Sergipe, em atendimento a solicitação formulada pela DRF-Aracaju (SE), havia encaminhado ofício circular aos juízes cientificando-os da obrigatoriedade da utilização do sistema para obter informações junto à Receita Federal.

Quadro 1: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO FEITOS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA VIA INFOJUD

Período	Total de Solicitações	Referência
21/03/2012 a 20/09/2012	2.832	2º semestre anterior à publicação do Decreto Judiciário
21/09/2012 a 20/03/2013	3.089	Semestre anterior à publicação do Decreto Judiciário
21/03/2013 a 20/09/2013	4.235	Semestre posterior à publicação do Decreto Judiciário
21/09/2013 a 20/03/2014	4.966	Semestre posterior à vigência de obrigatoriedade do Infojud

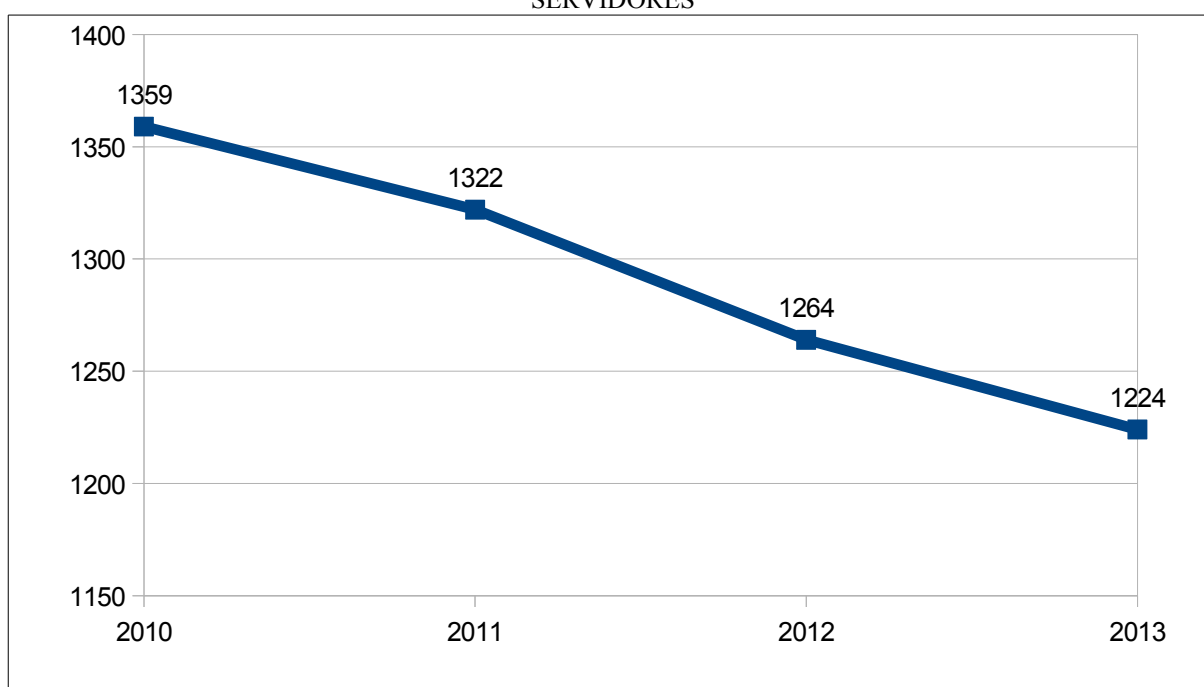
Fonte: Infojud

PRINCIPAIS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS EM 2013

i. Redução do quadro funcional

Nos últimos quatro anos, o quadro funcional da 5ª Região Fiscal sofreu contínua redução no seu quantitativo, como verificado no gráfico a seguir. O ano de 2013 não foi diferente, quando o número de egressos superou significativamente o total de ingressos. A 5ª RF encerrou o ano com aproximadamente 10% servidores a menos do que havia em 2010.

Figura 1: QUADRO FUNCIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL - EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES



Tal redução impacta significativamente os processos de trabalho na 5ª RF, especialmente se for considerado que de modo geral não há redução das demandas do Estado e da sociedade que exigem a atuação do órgão nas suas diversas frentes de trabalho. Apenas a título de exemplo, o volume de declarações de importação processadas na 5ª Região Fiscal cresceu cerca de 4,5% de 2012 para 2013.

O cenário se torna preocupante com a perspectiva crescente de saídas por aposentadoria, já que quase a metade (47,30%) do quadro funcional da 5ª RF tem idade superior a 50 anos. O subitem “**5.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade**” deste Relatório de Gestão retrata em maior detalhe a situação da 5ª Região Fiscal em termos de recursos humanos.

ii. Restrição orçamentária

Os frequentes contingenciamentos de recursos têm gerado transtornos para a execução das atividades das unidades da 5ª Região Fiscal. Até mesmo as despesas básicas de custeio têm seus empenhos prejudicados, como ocorreu, por exemplo, com as despesas de energia elétrica da 5ª RF, cujos empenhos para pagamento das despesas de novembro, só foram emitidos no final de dezembro, por falta de limite para receber crédito orçamentário nesta rubrica. Por consequência, as contas de novembro foram pagas com atraso, gerando juros e multas, sem contar no prejuízo à imagem da instituição. Outro exemplo de impacto negativo dos contingenciamentos é no pagamento de diárias e passagens. Quando houve o recebimento do crédito orçamentário para custear estas despesas, no final do ano, já não havia mais como programar as viagens, por conta de conflitos com programação de férias e recessos dos servidores no final do ano. Por conta disso, houve prejuízo a diversas ações da fiscalização, suporte a agências e destruição de mercadorias apreendidas, entre outros.

Ainda assim, todas as despesas assumidas foram pagas.

DESAFIOS PARA 2014

Em suma, o principal desafio à gestão das unidades da 5ª Região Fiscal no ano de 2014 será a busca pela superação dos níveis de desempenho verificados nos anos anteriores tendo como referência um cenário contrastante de crescentes restrições de recursos, tanto financeiros (com sucessivos contingenciamentos na execução orçamentária) como humanos (com as dificuldades de reposição do quadro funcional). Tais limitações tendem a se agravar a cada ano, como demonstrado anteriormente, e evidenciarão cada vez mais a necessidade de se recorrer à inovação e ao planejamento e atuação integrados em todos níveis, em busca da racionalização das atividades operacionais e, assim, a otimização dos escassos recursos disponíveis.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 5ª REGIÃO
FISCAL - SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 1: Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório
(Item 1, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Item 1.1 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 2: IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 5ª Região Fiscal – SRRF05			
Denominação Abreviada: Superintendência da Receita Federal do Brasil da 5ª Região Fiscal			
Código SIORG: 003156	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 170078	
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.460/0090-17	
Principal Atividade: Administração Tributária			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(071) 3146-1010	(071) 3416-1002	(071) 3416-1003
Endereço Eletrônico: gabin.srrf05.ba@receita.fazenda.gov.br			
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br			
Endereço Postal: Rua Alceu Amoroso Lima, 862, Caminho das Árvores, CEP: 41820-770, Salvador/BA			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Ordinária no 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto no 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011; Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. em 17 de maio de 2012; Portaria MF no 512, de 2 de outubro de 2013, publicada no D.O.U em 4 de outubro de 2013.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Carta de Serviços ao Cidadão Cartilha Prevenção a Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos (publicação conjunta com a STN, PGFN e MPU) Manual de Despacho de Importação Manual de Despacho de Exportação Manual do Usuário - Empresa de Transporte Expresso Internacional Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte - Mafon – 2012			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
170072	Delegacia da RFB em Aracaju		
170079	Delegacia da RFB em Salvador		
170080	Delegacia da RFB em Feira de Santana		
170081	Delegacia da RFB em Vitória da Conquista		
170226	Alfândega da RFB do Porto de Salvador		
170326	Delegacia da RFB em Camaçari		
170327	Delegacia da RFB em Itabuna		
170382	Alfândega da RFB do Aeroporto Internacional de Salvador		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170072		00001	
170079		00001	
170080		00001	

170081	00001
170226	00001
170326	00001
170327	00001
170382	00001

Fonte: SIORG; SIAFI; Sites do MPOG e do IBGE.

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

Item 1.2 da Portaria TCU nº 175/2013

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil, são as definidas no artigo 15 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16/05/2011 e no artigo 1º do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios, relativos aos tributos por ela administrados;

VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;

VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, bem assim preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII – realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar, coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuem no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial as destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à qualidade e fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira; e

XXV - realizar e disseminar estudos e estatísticas econômico-tributários e relativos à matéria de comércio exterior, em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, visando aprimorar os estudos e as políticas públicas a seu cargo.

Para exercer suas competências, a RFB tem delineada sua estrutura organizacional em dois níveis: central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas unidades centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira. A estrutura funcional das unidades pode ser vista em maior detalhe no subitem **1.3 - Organograma Funcional**.

Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário.

O artigo 209 do Regimento Interno da RFB (Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, alterada pela Portaria RFB nº 512, de 2 de outubro de 2013) estabelece que às Superintendências compete:

I - gerenciar os processos de trabalho inerentes às atividades e competências da RFB no âmbito da respectiva Região Fiscal;

II - propor metas e avaliar as atividades das unidades subordinadas;

III - avaliar a execução dos processos de trabalho no âmbito de atuação e propor melhorias e inovação;

IV - gerenciar projetos de interesse institucional;

V - cuidar da comunicação com vistas a preservar e fortalecer a imagem institucional; e

VI - fornecer apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal

O artigo 209 do Regimento Interno da RFB ainda estabelece em seu parágrafo único que as Superintendências compõem o núcleo estratégico do órgão e exercerão suas atividades de forma sistêmica e orientadas aos processos de trabalho, de forma integrada e em estreita colaboração com as Unidades Centrais.

Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal (RF):

Quadro 3: JURISDIÇÃO DAS REGIÕES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RF	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SEDE
1ª RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2ª RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3ª RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4ª RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5ª RF	BA e SE	Salvador
6ª RF	MG	Belo Horizonte
7ª RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8ª RF	SP	São Paulo
9ª RF	PR e SC	Curitiba
10ª RF	RS	Porto Alegre

Fonte: Regimento Interno da RFB

Compõem ainda as Regiões Fiscais, as unidades indicadas a seguir, que exercem localmente as atividades necessárias ao cumprimento da finalidade institucional, sob a supervisão das Superintendências Regionais a que estão subordinadas, no âmbito das correspondentes jurisdições:

DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - DRF, ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ALF, e INSPETORIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - IRF, Classe Especial

As competências dessas unidades são definidas pelo Regimento Interno da RFB (Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, alterada pela Portaria RFB nº 512, de 2 de outubro de 2013), que estabelece em seu artigo 224:

"Art. 224. Às Delegacias da Receita Federal do Brasil - DRF, à Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas - Derpf, às Alfândegas da Receita Federal do Brasil - ALF e às Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF de Classes "Especial A", "Especial B" e "Especial C", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, modernização, e, especificamente:

I - informar sobre interpretação e aplicação da legislação tributária e aduaneira;

II - executar as atividades de recepção, verificação, registro e preparo de declarações para processamento, nas hipóteses previstas na legislação tributária;

III - proceder aos ajustes necessários nos cadastros da RFB;

IV - proceder à inclusão e exclusão de contribuintes em regime de tributação especial ou diferenciado;

V - executar as ações de fiscalização tributária e de direitos comerciais incidentes sobre o comércio exterior, diligências e perícias fiscais;

VI - processar lançamentos de ofício, imposição de multas, pena de perdimento de mercadorias e valores e outras penas aplicáveis às infrações à legislação tributária e aduaneira, e as correspondentes representações fiscais;

VII - administrar e distribuir selos de controle e outros instrumentos de controle fiscal, e fiscalizar sua utilização;

VIII - realizar o arrolamento de bens e a propositura de medida cautelar fiscal;

IX - desenvolver as atividades relativas à cobrança, recolhimento de créditos tributários e direitos comerciais, parcelamento de débitos, retificação e correção de documentos de arrecadação;

X - executar as atividades relacionadas à restituição, compensação, reembolso, ressarcimento, redução e reconhecimento de imunidade e isenção tributária, inclusive as relativas a outras entidades e fundos;

XI - controlar os valores relativos à constituição, suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários;

XII - executar os procedimentos para retenção de valores do FPM e do FPE para quitação de contribuições sociais previdenciárias;

XIII - habilitar e desabilitar intervenientes para operar os sistemas relacionados ao controle de carga, trânsito e despacho aduaneiro;

XIV - proceder ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado de contribuintes, analisar os dados da arrecadação e participar da elaboração de sua previsão na região fiscal;

XV - credenciar e descredenciar representantes de pessoas físicas e jurídicas para o despacho aduaneiro;

XVI - proceder ao controle aduaneiro sobre locais e recintos aduaneiros e executar ações de vigilância aduaneira;

XXVII - controlar operações de movimentação de carga, veículos, unidades de carga, bagagens e operações de trânsito aduaneiro, e proceder à conferência final de manifesto;

XXVIII - proceder ao despacho aduaneiro de mercadorias e outros bens;

XIX - processar requerimentos de concessão de regimes aduaneiros especiais;

XX - processar requerimentos de habilitação para regimes aduaneiros especiais, despachos expressos e simplificados;

XXI - executar, sob coordenação da Direp da SRRF, ações de repressão ao contrabando e descaminho;

XXII - proceder à retificação de declarações aduaneiras, à revisão de ofício de lançamentos e de declarações apresentadas pelo sujeito passivo, e ao cancelamento ou reativação de declarações a pedido do sujeito passivo;

XXIII - processar a aplicação de penalidades administrativas relativas ao despachante aduaneiro, transportador, depositário e operadores de carga, no âmbito do controle aduaneiro;

XXIV - processar a autorização e o alfandegamento de locais e recintos aduaneiros, e a demarcação de zonas primárias;

XXV - apreciar matéria relativa a parcelamentos;

XXVI - realizar diligências e perícias fiscais, inclusive as de instrução processual;

XXVII - prestar ao Juízo solicitante, ao Ministério Público e aos demais órgãos, informações sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, respeitadas as limitações impostas pela legislação vigente; e

XXVIII - promover a educação fiscal."

O artigo 224 do Regimento Interno da RFB ainda estabelece em seus parágrafos algumas competências específicas atribuídas a determinadas Delegacias, Alfândegas e Inspetorias de Classe Especial, conforme suas características particulares.

INSPETORIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - IRF, Classes "A" e "B"

As Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF - de Classes "A" e "B" se subordinam a uma Delegacia (DRF), Alfândega (ALF) ou Inspetoria (IRF) de Classe Especial.

As suas competências são equivalentes à da unidade a que estão subordinadas, exceto no que se refere à execução orçamentária, financeira e patrimonial (que não lhes cabe), conforme definido pelo Regimento Interno da RFB (Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012), em seu artigo 225.

AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ARF's

As Agências da Receita Federal do Brasil – ARF – se subordinam às Delegacias (DRF), e têm a competência de executar as atividades de atendimento ao contribuinte, conforme definido pelo Regimento Interno da RFB (Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012), em seu artigo 231, que ainda lhes estabelece as seguintes competências específicas:

- I - prestar informações ao contribuinte, excetuando-se as que envolverem interpretação de legislação;
- II - recepcionar declarações, requerimentos, manifestações de inconformidade, impugnações e recursos voluntários e formalizar processos administrativos;
- III - fornecer cópias de declarações, processos e outros documentos na sua área de competência;
- IV - expedir e cancelar certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte;
- V - realizar ajustes nos sistemas de cadastro, controle de créditos tributários e pagamentos;
- VI - examinar e executar as atividades relacionadas com os pedidos de regularização de obras de construção civil que não implique em verificação de escrituração contábil;
- VII - executar os procedimentos de retificação e correção de documentos de arrecadação, excetuando-se os de valor total e data de arrecadação;
- VIII - examinar pedidos de parcelamento de débitos;
- IX - examinar pedidos de revisão de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, nos casos de pagamento ou parcelamento do débito antes da inscrição;
- X - preparar e controlar os processos administrativos fiscais, excetuando-se os que envolverem ações judiciais;
- XI - prestar ao Juízo solicitante, ao Ministério Público e aos demais órgãos, informações sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, respeitadas as limitações impostas pela legislação vigente; e
- XII - promover a educação fiscal.

Completam ainda o quadro das unidades descentralizadas as Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) e as Delegacias Especiais da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária (Derat), de Comércio Exterior (Delex), de Fiscalização (Defis), de Instituições Financeiras (Deinf), de Maiores Contribuintes (Demac) e de Pessoas Físicas (Derpf). Entretanto, as competências inerentes a essas unidades não são descritas neste documento, uma vez que a gestão da 5ª Região Fiscal (objeto deste relatório) não abrange nenhuma delas.

Quadro 4: UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – QUANTITATIVO

TIPOLOGIA	QUANTIDADE
Superintendências (SRRF)	10
Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ)	14
Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF)	97
Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária (Derat)	1
Delegacia da Receita Federal de Fiscalização (Defis)	1
Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex)	1
Delegacia Especial de Instituições Financeiras (Deinf)	1
Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf)	1
Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes (Demac)	3
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	54
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	26
Agências da Receita Federal (ARF)	356
TOTAL	565

Fonte: Regimento Interno da RFB

Quadro 5: UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA 5ª REGIÃO FISCAL - QUANTITATIVO

TIPOLOGIA	QUANTIDADE
Superintendências (SRRF)	1
Delegacias da Receita Federal (DRF)	6
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	3
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	2
Agências da Receita Federal (ARF)	33
TOTAL	45

Fonte: Regimento Interno da RFB

A estrutura funcional das unidades da 5ª Região Fiscal pode ser visualizada em maior detalhe no item **1.3 - Organograma Funcional**.

O exercício das competências definidas para cada unidade tem como último e maior propósito o cumprimento da finalidade institucional do órgão, que pode ser sintetizada na declaração de Missão da Secretaria da Receita Federal do Brasil: **“Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”**

Os próximos itens do Relatório de Gestão demonstram como a RFB e particularmente a 5ª Região Fiscal buscam o cumprimento da Missão institucional, tendo como Visão de Futuro **“Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”**, e orientada nas ações de seus servidores pelos seguintes Valores: **“respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade e profissionalismo e transparência”**.

1.3 - Organograma Funcional

Item 1.3 da Portaria TCU nº 175/2013

Como já mencionado no item anterior, compõem a estrutura da RFB as Unidades Centrais e as Unidades Descentralizadas.

As Unidades Centrais compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, conforme detalhamento a seguir:

a) Unidades de Assessoramento Direto:

- Gabinete – Gabin;
- Corregedoria-Geral – Coger;
- Assessoria Especial – Aresp
- Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional – Copav
- Coordenação-Geral de Auditoria Interna – Audit;
- Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação – Copei;
- Assessoria de Comunicação Social – Ascom;
- Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif;
- Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros – Cetad.

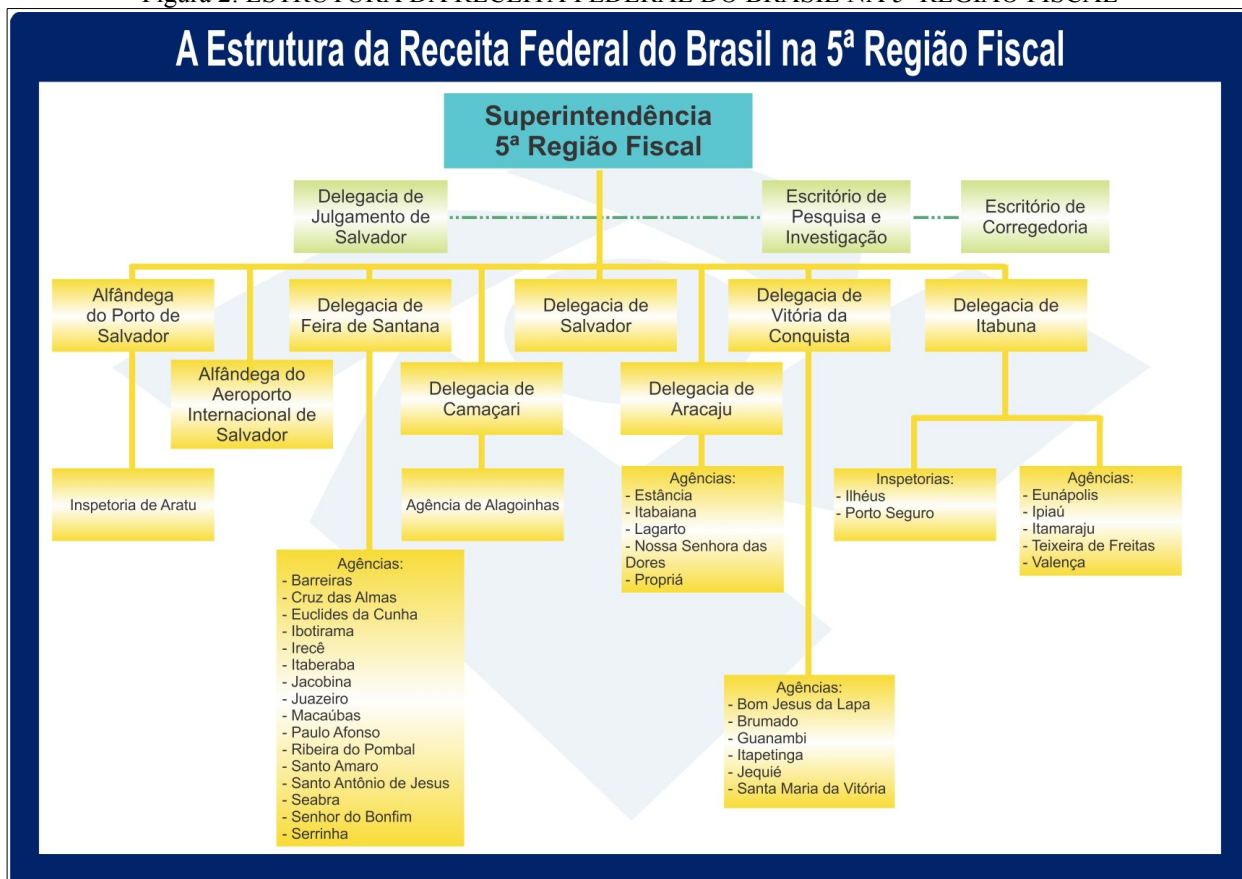
b) Unidades de Atividades Específicas:

- Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais – Suari:
 - Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – Coana;
 - Coordenação-Geral de Relações Internacionais – Corin.
- Subsecretaria de Tributação e Contencioso – Sutri:
 - Coordenação-Geral de Tributação – Cosit;
 - Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial - Cocaj.
- Subsecretaria de Fiscalização - Sufis:
 - Coordenação-Geral de Fiscalização – Cofis;
 - Coordenação Especial de Maiores Contribuintes – Comac;
 - Coordenação-Geral de Programação e Estudos – Copes.
- Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento – Suara:
 - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac;
 - Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal – Coaef;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros – Cocad;
 - Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição – Corec.
- Subsecretaria de Gestão Corporativa - Sucor:
 - Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol;
 - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – Cotec;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep

Cada uma das unidades funcionais acima identificadas possui competências específicas previstas em Regimento Interno, as quais não estão detalhadas neste documento, tendo em vista que a gestão das unidades centrais não é objeto deste relatório.

Já as unidades descentralizadas, cujas competências gerais foram apresentadas no item anterior, estão organizadas da seguinte forma na 5ª Região Fiscal:

Figura 2: ESTRUTURA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL



Cada uma das unidades da 5ª Região Fiscal apresenta uma subdivisão funcional própria, conforme definição do Regimento Interno da RFB, o qual também atribui competências específicas a essas subdivisões, visando ao melhor gerenciamento e organização das atividades.

A Superintendência Regional da RFB da 5ª Região Fiscal apresenta a seguinte subdivisão funcional:

Quadro 6: DIVISÃO FUNCIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB DA 5ª REGIÃO FISCAL

SUBUNIDADE	RESUMO DAS ATIVIDADES*
Divisão de Arrecadação e Cobrança (Dirac)	Gerencia as atividades de arrecadação e de cobrança de créditos tributários, acompanhando e orientando a execução, pelas unidades jurisdicionadas, dos procedimentos de restituição, compensação, ressarcimento, parcelamentos e ações judiciais, entre outros.
Divisão de Fiscalização (Difis)	Coordena e gerencia as atividades de programação e fiscalização dos tributos internos, de revisão de declarações (malha fiscal), e de utilização de instrumentos especiais de controle de produção (ex.: selos de IPI).
Divisão de Administração Aduaneira (Diana)	Gerencia as atividades relacionadas ao controle aduaneiro, como a programação e a fiscalização de tributos incidentes nas operações de comércio exterior, e a habilitação de importadores e exportadores, além de assessorar o Gabinete da Superintendência em questões aduaneiras.
Divisão de Tributação (Disit)	Orienta as unidades jurisdicionadas sobre a interpretação da legislação tributária, além de assessorar diretamente o Gabinete da Superintendência, prestando informações em mandados de segurança, e emitindo pareceres em recursos administrativos e consultas.
Divisão de Interação com o Cidadão (Divic)	Gerencia as atividades de interação com o cidadão, inclusive quanto aos serviços prestados por conveniados, e as atividades de Ouvidoria e de Educação Fiscal, além de planejar, controlar e avaliar ações relacionadas aos cadastros do órgão.
Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Semac)	Gerencia as atividades de identificação e acompanhamento diferenciado de contribuintes de maior potencial tributário, inclusive a análise dos setores e grupos econômicos aos quais pertençam, além de elaborar a previsão, acompanhamento e análise de receitas.
Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp)	Planeja e executa ações de combate ao contrabando e ao descaminho, contribuindo também para coibir a falsificação, a pirataria, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e o porte ou transporte não autorizado de moeda.
Divisão de Programação e Logística (Dipol)	Executa as atividades de programação e execução orçamentária e financeira, licitações e contratos, contabilidade, supervisão e execução de projetos de engenharia. Também é responsável pela gestão de documentos, de recursos materiais e patrimoniais, e de mercadorias apreendidas.
Divisão de Tecnologia da Informação (Ditec)	Supervisiona e executa o cadastramento, habilitação e certificação digital de usuários, além de gerenciar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas, e a aplicação de políticas, normas e procedimentos para administração do ambiente informatizado.
Divisão de Gestão de Pessoas (Digep)	Executa atividades de elaboração de folha de pagamento, concessão de vantagens, indenizações, gratificações e outros direitos dos servidores, além de promover ações de capacitação, valorização e integração do quadro funcional.

Fonte: Regimento Interno da RFB

* A descrição das atividades apresentada neste quadro é resumida. O Regimento Interno da RFB estabelece de forma mais detalhada as competências relacionadas a cada uma das divisões da SRRF05.

As demais unidades gestoras da 5ª Região Fiscal (Delegacias e Alfândegas) apresentam subdivisão funcional detalhada no quadro a seguir:

Quadro 7: ESTRUTURA FUNCIONAL DAS UNIDADES GESTORAS DA 5ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SALVADOR (ALF/SDR)	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Seção de Arrecadação e Cobrança (Sarac) Seção de Despacho Aduaneiro (Sadad) Seção de Vigilância e Controle Aduaneiro (Savig) Seção de Tecnologia da Informação (Satec) Seção de Programação e Logística (Sapol)	Inspetoria da RFB de Aratu-Candeias (IRF/ARU)
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR (ALF/SSA)	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Seção de Administração Aduaneira (Saana) Setor de Arrecadação e Cobrança (Sorac) Setor de Tecnologia da Informação e Logística (Satel)	Não possui.
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR (DRF/SDR)	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Serviço de Orientação e Análise Tributária (Seort) Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário (Secat) Serviço de Fiscalização (Sefis) Serviço de Programação e Logística (Sepol) Serviço de Tecnologia da Informação (Setec) Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Sapac) Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)	Não possui.
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA (DRF/FSA)	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Serviço de Orientação e Análise Tributária (Seort) Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário (Secat) Serviço de Fiscalização (Sefis) Serviço de Programação e Logística (Sepol) Serviço de Tecnologia da Informação (Setec) Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Sapac) Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)	Agência da RFB em Barreiras (ARF/BRR) Agência da RFB em Cruz das Almas (ARF/CAL) Agência da RFB em Euclides da Cunha (ARF/ECA) Agência da RFB em Ibotirama (ARF/IBO) Agência da RFB em Irecê (ARF/IRE) Agência da RFB em Itaberaba (ARF/ITB) Agência da RFB em Jacobina (ARF/JBA) Agência da RFB em Juazeiro (ARF/JUA) Agência da RFB em Macaúbas (ARF/MUS) Agência da RFB em Paulo Afonso (ARF/PAO) Agência da RFB em Ribeira do Pombal (ARF/RPL) Agência da RFB em Santo Amaro (ARF/SAR) Agência da RFB em Santo Antônio de Jesus (ARF/SAJ) Agência da RFB em Seabra (ARF-SEA) Agência da RFB em Senhor do Bonfim (ARF/SBM) Agência da RFB em Serrinha (ARF-SRR)
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Seção de Arrecadação e Cobrança (Sarac) Seção de Fiscalização (Safis) Seção de Tecnologia da Informação e Logística (Satel) Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) Núcleo de Administração Aduaneira (Nuana)	Agência da RFB em Bom Jesus da Lapa (ARF/BJL) Agência da RFB em Brumado (ARF/BMO) Agência da RFB em Guanambi (ARF/GBI) Agência da RFB em Itapetinga (ARF/ITP) Agência da RFB em Jequié (ARF/JEQ)

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMAÇARI	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Seção de Orientação e Análise Tributária (Saort) Seção de Controle e Acompanhamento Tributário (Sacat) Seção de Fiscalização (Safis) Seção de Programação e Logística (Sapol) Seção de Tecnologia da Informação (Satec) Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)	Agência da RFB em Alagoinhas (ARF/ALA)
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Seção de Arrecadação e Cobrança (Sarac) Seção de Fiscalização (Safis) Seção de Tecnologia da Informação e Logística (Satel) Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)	Inspetoria da RFB em Ilhéus (IRF/ILH) Inspetoria da RFB em Porto Seguro (IRF/PSO) Agência da RFB em Eunápolis (ARF/EUN) Agência da RFB em Ipiaú (ARF/IPI) Agência da RFB em Itamaraju (ARF/ITM) Agência da RFB em Teixeira de Freitas (ARF/TFS) Agência da RFB em Valença (ARF/VAL)
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Seção de Orientação e Análise Tributária (Saort) Seção de Controle e Acompanhamento Tributário (Sacat) Seção de Fiscalização (Safis) Seção de Programação e Logística (Sapol) Seção de Tecnologia da Informação (Satec) Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) Núcleo de Administração Aduaneira (Nuana)	Agência da RFB em Estância (ARF/EST) Agência da RFB em Itabaiana (ARF/IBN) Agência da RFB em Lagarto (ARF/LGO) Agência da RFB em Nossa Senhora das Dores (ARF/NSD) Agência da RFB em Propriá (ARF/PRO)

Fonte: Regimento Interno da RFB

Observação: O Regimento Interno da RFB estabelece de forma mais detalhada as competências relacionadas a cada uma das divisões funcionais que compõem as unidades jurisdicionadas.

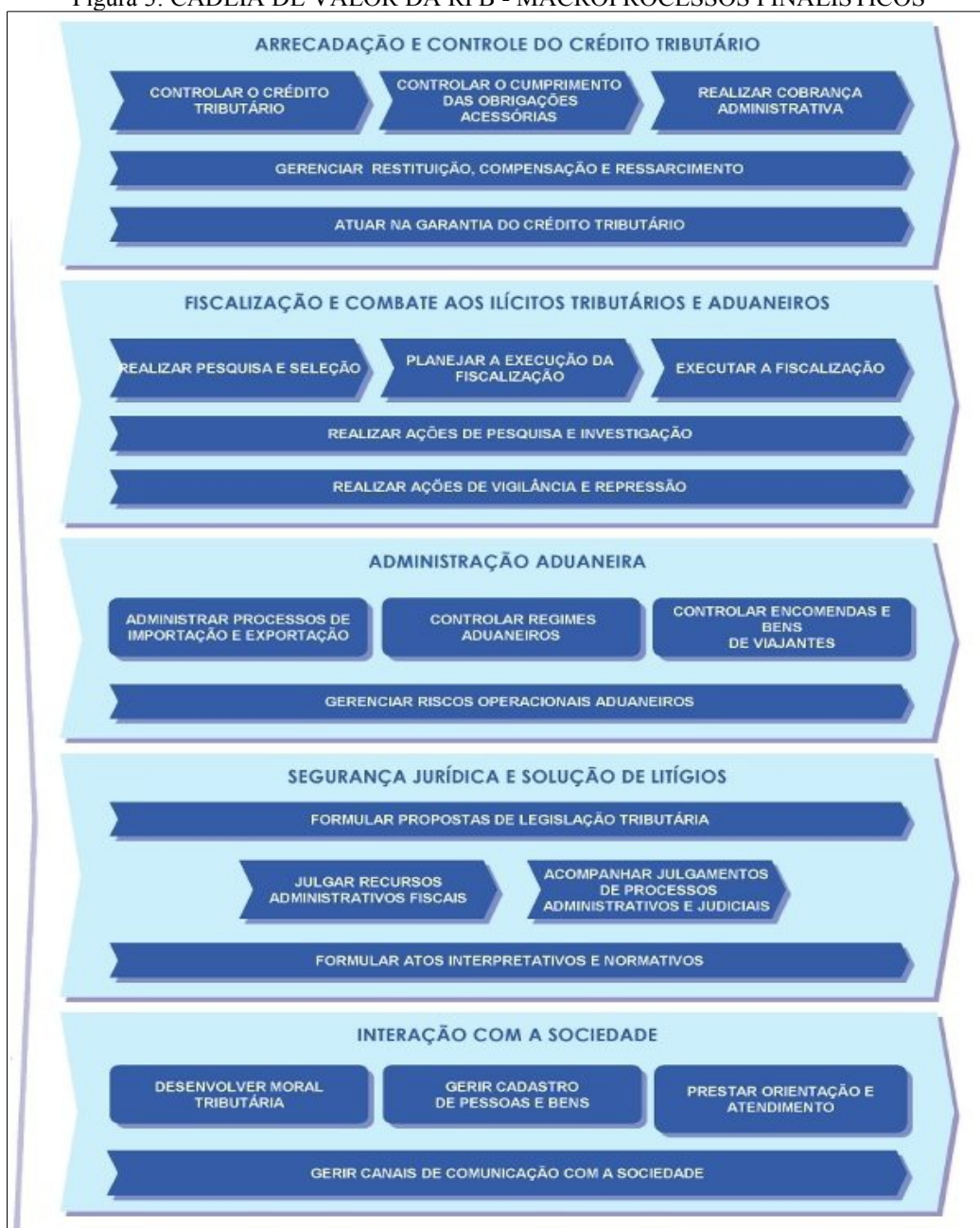
1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada

Item 1.4 da Portaria TCU nº 175/2013

Os macroprocessos finalísticos da Unidade Jurisdicionada estão explicitados na **Cadeia de Valor da RFB**, instrumento consolidado pela alta administração do órgão como referência para a formulação da estratégia para o ciclo de gestão 2012-2015. A estratégia está detalhada no **Item 2: Planejamento e Resultados Alcançados**.

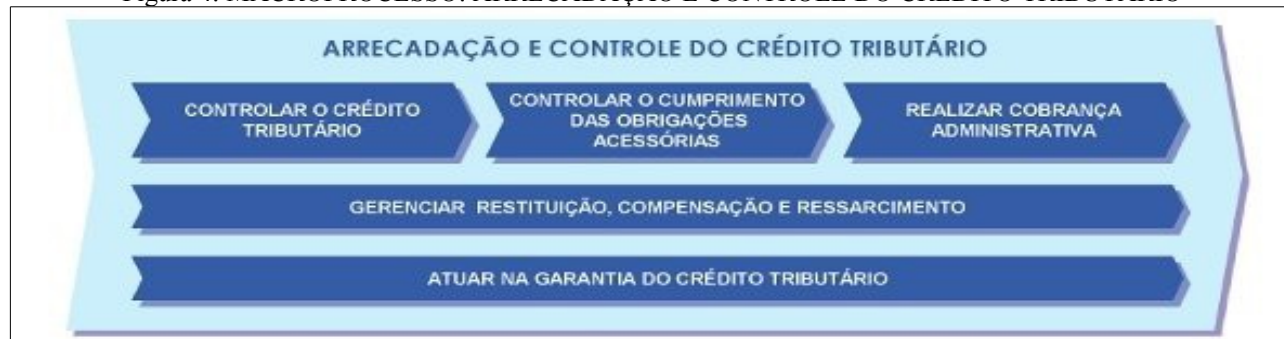
A figura a seguir apresenta a fração da Cadeia de Valor da RFB que reúne os macroprocessos finalísticos do órgão:

Figura 3: CADEIA DE VALOR DA RFB - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS



1.4.1 - Macroprocesso: Arrecadação e Controle do Crédito Tributário

Figura 4: MACROPROCESSO: ARRECADAÇÃO E CONTROLE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO



a) Processo: Controlar o crédito tributário

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando-se a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar de forma integrada todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

b) Processo: Controlar o cumprimento das obrigações acessórias

Descrição sucinta das principais atividades:

- Proceder o controle da obrigatoriedade das entregas das declarações.

c) Processo: Realizar cobrança administrativa

Descrição sucinta das principais atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder a análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).

d) Processo: Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou PGFN.

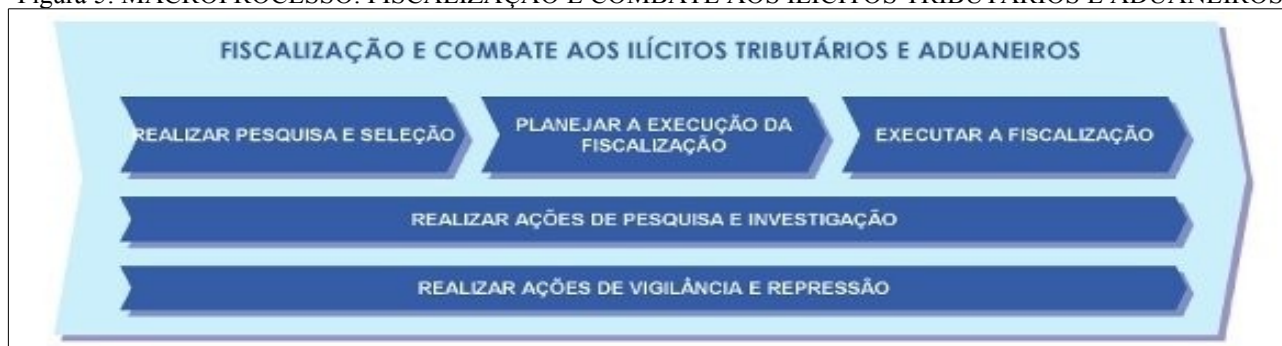
e) Processo: Atuar na garantia do crédito tributário

Descrição sucinta das principais atividades:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

1.4.2 - Macroprocesso: Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros

Figura 5: MACROPROCESSO: FISCALIZAÇÃO E COMBATE AOS ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS



a) Processo: Realizar pesquisa e seleção

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar estudos sobre operações evasivas e sobre elisão fiscal;
- Realizar estudos para subsidiar a seleção de contribuintes;
- Realizar pesquisa e seleção de operadores econômicos aduaneiros (despachantes, depositários, transportadores etc) a serem fiscalizados;
- Elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações;
- Realizar estudos sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;
- Monitorar grandes contribuintes;
- Monitorar segmentos econômicos;

- Realizar pesquisa de contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior); e
- Selecionar contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior).

b) Processo: Planejar a execução da fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar, acompanhar e avaliar a revisão de declarações;
- Planejar, acompanhar e avaliar as fiscalizações; e
- Monitorar o grau de aderência do crédito tributário lançado.

c) Processo: Executar a fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a revisão de declarações;
- Realizar fiscalizações;
- Realizar diligências;
- Lavrar autos de infração;
- Expedir notificações de lançamento;
- Arrolar bens dos contribuintes;
- Propor medida cautelar fiscal;
- Elaborar representação fiscal para fins penais; e
- Aplicar regimes especiais de fiscalização.

d) Processo: Realizar ações de pesquisa e investigação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar pesquisa e investigação sobre fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e investigação no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Executar ações especializadas de inteligência;
- Realizar investigações no âmbito criminal em parceria com outros órgãos nas áreas de interesse da RFB e em função de parcerias estratégicas;
- Prospectar e desenvolver soluções tecnológicas para uso nas ações de pesquisa e investigação;
- Representar a RFB junto aos órgãos nacionais e internacionais de inteligência;
- Prestar assessoramento estratégico aos gestores da RFB; e
- Executar atividades de contrainteligência no âmbito da COPEI.

e) Processo: Realizar ações de vigilância e repressão

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar Operações de Repressão ao contrabando e descaminho;

- Realizar Operações de Repressão ao contrabando e descaminho em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e seleção de alvos; e
- Monitorar Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias.

1.4.3 - Macroprocesso: Administração Aduaneira

Figura 6: MACROPROCESSO: ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA



a) Processo: Administrar processos de importação e exportação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o despacho aduaneiro de importação e exportação;
- Realizar despacho de internação (ZFM);
- Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior;
- Executar e controlar as políticas para operações de importação e exportação;
- Realizar o controle de cargas; e
- Realizar habilitação dos intervenientes no comércio exterior.

b) Processo: Controlar regimes aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o controle de regimes aduaneiros.

c) Processo: Controlar encomendas e bens de viajantes

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar encomendas e bens de viajantes brasileiros e estrangeiros em trânsito internacional; e
- Controlar remessas postais internacionais.

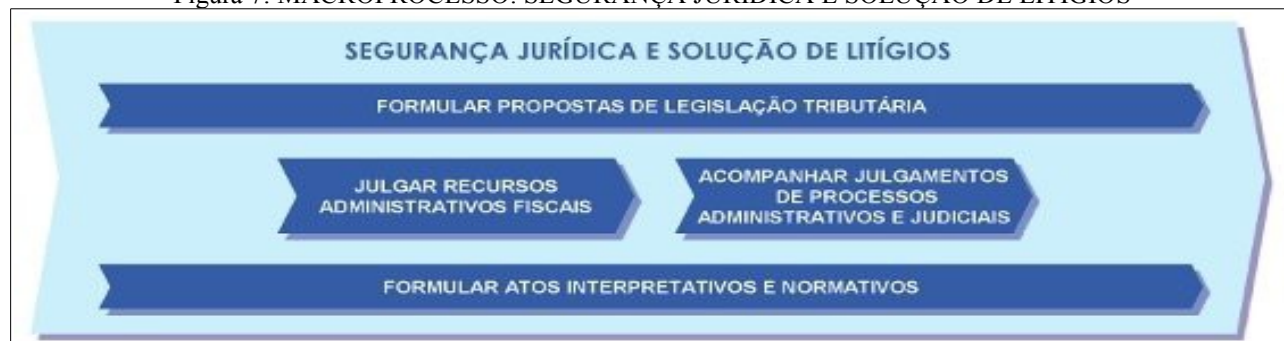
d) Processo: Gerenciar riscos operacionais aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar riscos nas operações aduaneiras;
- Gerenciar riscos na cadeia logística; e
- Gerenciar denúncias e informações externas.

1.4.4 - Macroprocesso: Segurança Jurídica e Solução de Litígios

Figura 7: MACROPROCESSO: SEGURANÇA JURÍDICA E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS



a) Processo: Formular propostas de legislação tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar, conforme demanda externa, projetos de lei relacionados ao sistema tributário nacional (tributos internos e tributos de comércio exterior); e
- Propor projetos de lei de interesse da RFB.

b) Processo: Julgar recursos administrativos fiscais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Julgar recursos administrativos fiscais em primeira instância administrativa e recursos da Lei nº 9.784/1999; e
- Julgar impugnações e manifestações de inconformidade nas DRJ.

c) Processo: Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o julgamento de processos administrativos nas DRJ e no CARF;
- Acompanhar o julgamento de processos judiciais;
- Subsidiar a PGFN na defesa da Fazenda Nacional em processos administrativos e judiciais;
- Acompanhar a jurisprudência do CARF e dos Tribunais Superiores e disseminá-la internamente;
- Identificar interpretações divergentes no contencioso administrativo e propor soluções para a uniformização de entendimento; e
- Identificar assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF.

d) Processo: Formular atos interpretativos e normativos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Formular, com base na jurisprudência, atos normativos;
- Realizar interpretação da legislação vigente e jurisprudência (para subsidiar a melhoria dos procedimentos); e
- Realizar soluções de consultas.

1.4.5 - Macroprocesso: Interação com a Sociedade

Figura 8: MACROPROCESSO: INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE



a) Processo: Desenvolver moral tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da instituição e da sociedade; e
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

b) Processo: Gerir cadastro de pessoas e bens

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

c) Processo: Prestar orientação e atendimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar orientação e atendimento presencial ao cidadão;
- Realizar orientação e atendimento eletrônico ao cidadão;
- Gerir parcerias para orientação e atendimento ao cidadão;
- Estimular ações que facilitem o cumprimento e previnam erros na prestação das obrigações tributárias.

d) Processo: Gerir canais de comunicação com a sociedade

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir ouvidoria;
- Gerir canais de interação com o cidadão; e

- Gerir a comunicação feita por mídia e redes sociais da RFB para a sociedade.

As principais ações realizadas e resultados obtidos na condução dos processos finalísticos de trabalho pela Unidade Jurisdicionada podem ser vistos em detalhe no **Item 2: Planejamento e Resultados Alcançados**.

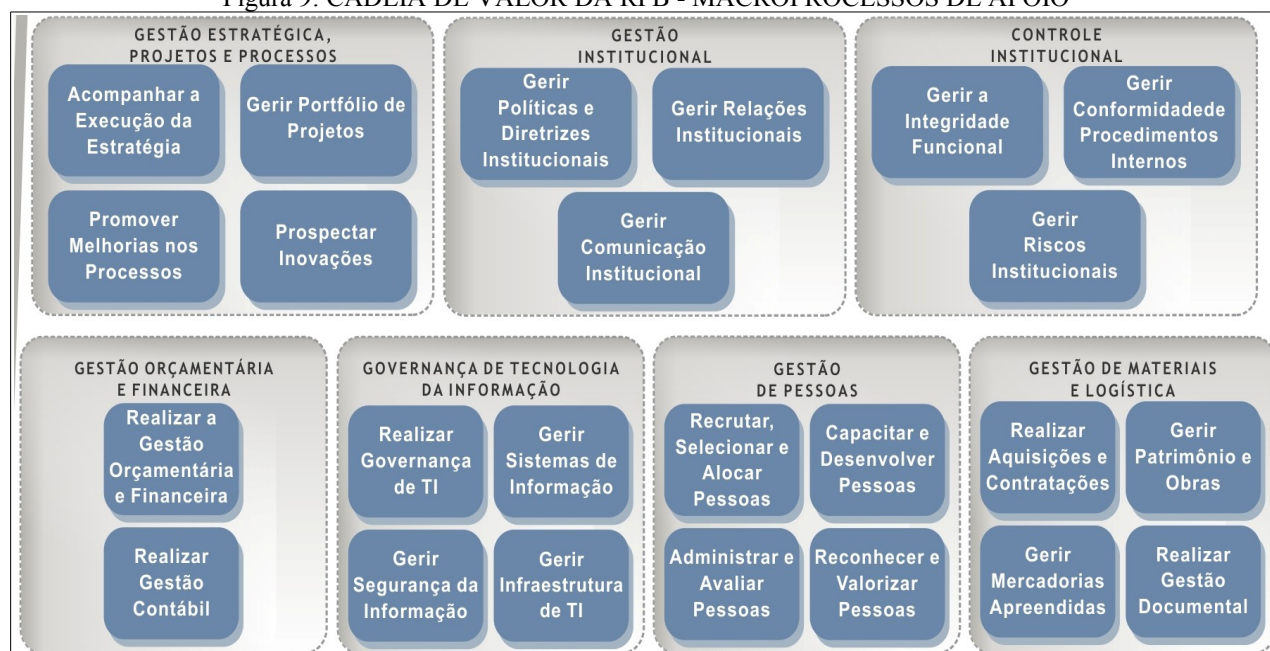
1.5 - Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada

Item 1.5 da Portaria TCU nº 175/2013

Os macroprocessos de apoio da Unidade Jurisdicionada estão explicitados na **Cadeia de Valor da RFB**, instrumento consolidado pela alta administração do órgão como referência para a formulação da estratégia para o ciclo de gestão 2012-2015. A estratégia está detalhada no **Item 2: Planejamento e Resultados Alcançados**.

A figura a seguir apresenta a fração da Cadeia de Valor da RFB que reúne os macroprocessos de apoio do órgão:

Figura 9: CADEIA DE VALOR DA RFB - MACROPROCESSOS DE APOIO



1.5.1 - Macroprocesso: Gestão Estratégica, Projetos e Processos

Figura 10: MACROPROCESSO: GESTÃO ESTRATÉGICA, PROJETOS E PROCESSOS



a) Processo: Acompanhar a execução da estratégia

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o desempenho dos objetivos, indicadores e metas estratégicas em todos os níveis da organização; e
- Coordenar e subsidiar as regiões fiscais no desdobramento da estratégia institucional.

b) Processo: Promover melhoria nos processos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar e disseminar a metodologia de gestão por processos.

c) Processo: Gerir portfólio de projetos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Priorizar os projetos e/ou iniciativas estratégicas;
- Gerenciar e disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos;
- Monitorar periodicamente o andamento dos projetos e/ou iniciativas estratégicas, para subsidiar a avaliação global do portfólio;
- Fazer o acompanhamento periódico com as equipes dos projetos; e
- Promover o gerenciamento dos projetos ou iniciativas estratégicas em conformidade com a metodologia estabelecida.

d) Processo: Prospectar inovações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto às administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

1.5.2 - Macroprocesso: Gestão Institucional

Figura 11: MACROPROCESSO: GESTÃO INSTITUCIONAL



a) Processo: Gerir políticas e diretrizes institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a tomada de decisões institucionais;
- Gerenciar os processos decisórios em todos os âmbitos da RFB; e
- Gerir políticas, diretrizes e regimento interno.

b) Processo: Gerir relações institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar parcerias com entidades nacionais no interesse da RFB;
- Coordenar a solicitação e celebração de convênios para atendimento a solicitações de entidades nacionais;
- Supervisionar a execução dos convênios de parcerias;
- Coordenar o processo de cooperação e integração com as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Coordenar a representação da RFB em fóruns nacionais; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

c) Processo: Gerir comunicação institucional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.

1.5.3 - Macroprocesso: Controle Institucional

Figura 12: MACROPROCESSO: CONTROLE INSTITUCIONAL



a) Processo: Gerir a integridade funcional:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Examinar e instruir processos administrativos disciplinares e demais expedientes sobre ética e disciplina funcionais que devam ser submetidos à apreciação das autoridades competentes;
- Examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratem de irregularidades funcionais e promover sua apuração, atendendo aos requisitos legais;
- Realizar ações de prevenção aos ilícitos funcionais;
- Realizar ações de investigação para identificação das ocorrências de ilícitos funcionais, promovendo sua devida apuração; e
- Avaliar o comportamento ético dos servidores.

b) Processo: Gerir conformidade de procedimentos internos, e

c) Processo: Gerir riscos institucionais:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Propor políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para os procedimentos executados na RFB, bem como fornecer sugestões que auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão;
- Gerenciar relacionamento com órgãos de controle;
- Propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB;
- Gerenciar, implementar e disseminar metodologia de gestão de riscos na RFB; e
- Prospectar melhores práticas e métodos em gestão de riscos.

1.5.4 - Macroprocesso: Gestão Orçamentária e Financeira

Figura 13: MACROPROCESSO:
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA



a) Processo: Realizar a gestão orçamentária e financeira

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar a proposta orçamentária anual com vinculação ao Mapa Estratégico da RFB;
- Acompanhar a execução orçamentária e financeira; e
- Efetuar a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros para as Unidades Gestoras.

b) Processo: Realizar gestão contábil

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a supervisão e orientação dos registros contábeis das Unidades da RFB;
- Coordenar o processo de Prestação de Contas Anual; e
- Implementar as alterações nos princípios, procedimentos e rotinas contábeis emanadas do Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal.

1.5.5 - Macroprocesso: Governança de Tecnologia da Informação

Figura 14: MACROPROCESSO:
GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



a) Processo: Realizar governança de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o gerenciamento e relacionamento com o prestador de serviços de TI;
- Planejar e organizar as atividades de TI;
- Adquirir e implementar soluções tornando-as serviços de TI;
- Entregar e manter serviços de TI aos usuários finais da instituição;
- Monitorar e avaliar os processos de TI; e
- Gerir todo o ciclo de vida de serviços de TI desde o levantamento das necessidades institucionais e solicitação por solução de TI, especificação, construção, homologação, implantação, produção e desativação do serviço.

b) Processo: Gerir sistemas de informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas para desenvolvimento de sistemas;
- Definir arquitetura de sistemas de informação;
- Definir arquitetura de informações; e
- Coordenar o desenvolvimento de sistemas.

c) Processo: Gerir segurança da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir e promover a política de segurança da informação da RFB em conformidade com a legislação vigente;
- Gerenciar a implantação e a aplicação das normas de segurança da informação;
- Definir e gerir a infraestrutura de segurança da informação; e
- Coordenar as atividades de controle de acesso aos sistemas e recursos de tecnologia da informação da RFB.

d) Processo: Gerir infraestrutura de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas e a infraestrutura tecnológica;
- Gerir a infraestrutura tecnológica;
- Internalizar soluções tecnológicas; e
- Gerenciar ambientes informatizados.

1.5.6 - Macroprocesso: Gestão de Pessoas

Figura 15: MACROPROCESSO:
GESTÃO DE PESSOAS



a) Processo: Recrutar, selecionar e alocar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Recrutamento Externo;
- Gerir Seleção Interna;
- Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa;
- Gerir Estagiários; e
- Gerir Provimento e Vacância de Cargos.

b) Processo: Reconhecer e valorizar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; e
- Promover Reconhecimento e Valorização.

c) Processo: Administrar e avaliar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Avaliação de Desempenho;
- Gerenciar Cadastro de Servidores;
- Administrar Jornada de Trabalho;
- Gerir Remuneração; e
- Gerir Contencioso Judicial e Administrativo.

d) Processo: Capacitar e desenvolver pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir formação inicial;
- Gerir capacitação permanente; e
- Gerir competências.

1.5.7 - Macroprocesso: Gestão de Materiais e Logística

Figura 16: MACROPROCESSO:
GESTÃO DE MATERIAIS E
LOGÍSTICA



a) Processo: Realizar aquisições e contratações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Administração de Contratos;
- Executar a Administração de Contratos;
- Orientar a Gestão de Licitação; e
- Executar a Gestão de Licitação.

b) Processo: Gerir patrimônio e obras

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto às administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira;
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia;
- Orientar a Gestão de Materiais, Transportes e Serviços Diversos;
- Executar a Gestão de Materiais, Transporte e Serviços Diversos;
- Orientar a Gestão de Imóveis; e
- Gerir os Imóveis.

c) Processo: Gerir mercadorias apreendidas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir mercadorias apreendidas.

d) Processo: Realizar gestão documental

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Gestão Documental; e
- Executar a Gestão Documental.

As principais ações realizadas e resultados obtidos na condução dos processos de apoio pela Unidade Jurisdicionada são vistos em detalhe no **Item 2: Planejamento e Resultados Alcançados**.

1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada, da Administração Pública ou da Iniciativa Privada) Relacionados à Atividade-fim da Unidade

Item 1.6 da Portaria TCU nº 175/2013

No âmbito da 5ª Região Fiscal, os principais parceiros da RFB relacionados aos processos finalísticos da Unidade Jurisdicionada são os seguintes:

- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio das suas Procuradorias Regionais e Seccionais nos estados da Bahia e de Sergipe;
- INSS, por meio de suas Gerências Executivas na Bahia e em Sergipe;
- Escola de Administração Fazendária (ESAF), por meio de seu Centro Regional de Treinamento na Bahia (CENTRESAF/BA)
- Departamento de Polícia Federal, por meio das suas Superintendências na Bahia e em Sergipe e Delegacias jurisdicionadas;
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal, por meio de suas Superintendências Regionais na Bahia e em Sergipe;
- Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), por meio de suas unidades nos estados da Bahia e de Sergipe;

- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), por meio de sua Superintendência Regional Centro-Leste;
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em especial o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- Ministério Público Federal, por meio de suas Procuradorias na Bahia e em Sergipe;
- Ministérios Públicos Estaduais da Bahia e de Sergipe;
- Secretarias de Fazenda dos Estados da Bahia e de Sergipe;
- Secretarias de Segurança Pública dos Estados da Bahia e de Sergipe;
- Juntas Comerciais dos Estados da Bahia e de Sergipe;
- SEBRAE, por meio de suas unidades operacionais na Bahia e em Sergipe;
- Secretarias de Fazenda dos Municípios, em especial das capitais Salvador e Aracaju

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 5ª REGIÃO
FISCAL - SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 2: Planejamento e Resultados Alcançados
(Item 2, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

2.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada

Item 2.1 da Portaria TCU nº 175/2013

O planejamento da 5ª Região Fiscal tem como principal ponto de referência o plano estratégico da RFB, que abrange o período de 2012 a 2015.

A vinculação do plano estratégico da RFB com suas competências constitucionais, legais e normativas está explicitada não somente em sua missão e visão institucionais (as quais, em conjunto com os valores institucionais, compõem os marcos institucionais da RFB), mas está claramente expressa no conjunto de objetivos estratégicos eleitos para o ciclo de gestão do quadriênio 2012-2015.

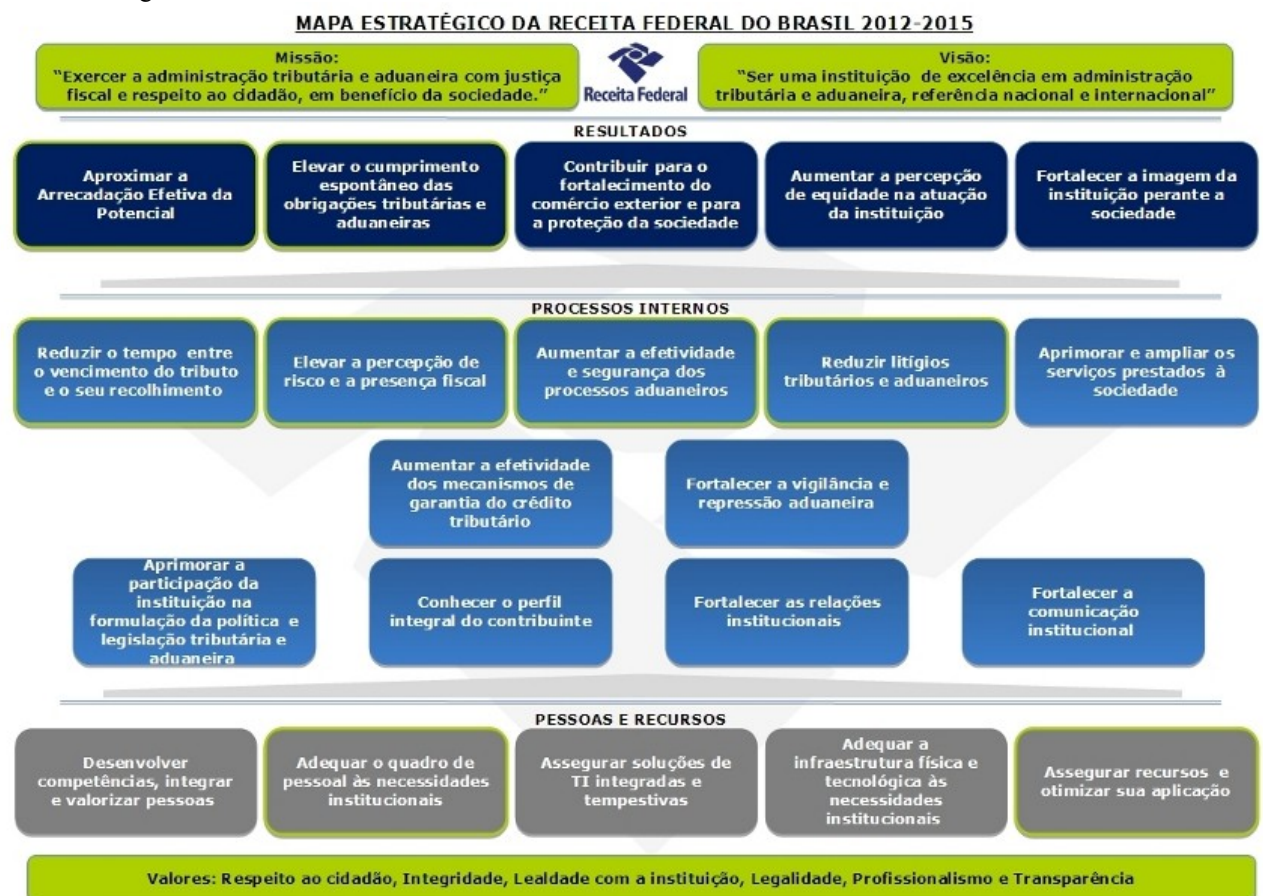
O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparência.

Os principais objetivos estratégicos da instituição no ciclo de gestão 2012-2015 estão expressos no Mapa Estratégico da RFB em vigor (figura a seguir). Nele, a estratégia da RFB está representada por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da instituição para o alcance dos resultados desejados.

Figura 17: MAPA ESTRATÉGICO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL: CICLO 2012-2015



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" - o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB, as quais englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão, contando a história da estratégia.

Como se vê no Mapa Estratégico, estão elencados, por parte da RFB, 21 objetivos estratégicos, sendo cinco (5) da perspectiva Pessoas e Recursos, onze (11) da perspectiva Processos Internos e cinco (5) da perspectiva Resultados, conforme descritos a seguir.

Descrição dos Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo distribuídos de forma balanceada pelas Perspectivas do Mapa Estratégico, conforme descrito a seguir:

I) Perspectiva de Resultados:

- 1) Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial** - Envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.
- 2) Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras** - Ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.
- 3) Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade** - Fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
- 4) Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição** - Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.
- 5) Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade** - Fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

II) Perspectiva de Processos Internos:

- 6) Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento** - Racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
- 7) Elevar a percepção de risco e a presença fiscal** - Intensificar a atuação da instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
- 8) Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros** - Proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.
- 9) Reduzir litígios tributários e aduaneiros** - Melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.
- 10) Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade** - Adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.
- 11) Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário** - Assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive

em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.

12) Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira - Adequar recursos e procedimentos necessários visando melhorar e ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.

13) Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira - Aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.

14) Conhecer o perfil integral do contribuinte - Conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.

15) Fortalecer as relações institucionais - Fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.

16) Fortalecer a comunicação institucional - Aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara.

III) Perspectiva de Pessoas e Recursos:

17) Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas - Capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.

18) Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais - Prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.

19) Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas - Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.

20) Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais - Disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.

21) Assegurar recursos e otimizar sua aplicação - Assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

O Mapa Estratégico da RFB e os objetivos que o compõem, juntamente à Cadeia de Valor da RFB (vide **subitens 1.4 e 1.5**), são os principais referenciais a serem observados pelos gestores de todas as unidades da organização na definição de suas estratégias e planos de ação.

Com a finalidade de evidenciar os principais focos das estratégias a serem adotadas para o alcance dos seus objetivos institucionais, a RFB inovou na formulação do Mapa Estratégico do ciclo de gestão 2012-2015, em relação ao ciclo de planejamento anterior, ao destacar prioritariamente 8 (oito) entre os seus 21 objetivos estratégicos, denominando-os como “objetivos-batalha”. Tais objetivos, identificados visualmente no Mapa Estratégico com um contorno em verde, foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB.

Os “objetivos-batalha” estão distribuídos no Mapa Estratégico da RFB conforme quadro a seguir:

Quadro 8: “OBJETIVOS-BATALHA” DA RFB PARA O CICLO DE GESTÃO 2012-2015

PERSPECTIVA ESTRATÉGICA	OBJETIVO ESTRATÉGICO
Resultados	Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial.
	Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras.
Processos Internos	Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
	Elevar a percepção de risco e a presença fiscal.
	Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros.
	Reduzir litígios tributários e aduaneiros.
Pessoas e Recursos	Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais.
	Assegurar recursos e otimizar sua aplicação.

Fonte: Mapa Estratégico da RFB

Considerando a amplitude dos objetivos estratégicos, também foram estabelecidas em 2013 algumas diretrizes a eles vinculadas. As diretrizes, apresentadas no quadro a seguir, são os caminhos a serem seguidos para o atingimento dos objetivos estratégicos:

Quadro 9: DIRETRIZES DE GESTÃO DA RFB PARA O EXERCÍCIO 2013

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades
	Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores
	Ampliar Política de Trabalho a Distância
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias
	Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas.
	Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços
	Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte
	Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão
	Simplificar normas, procedimentos e obrigações
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Intensificar o atendimento não presencial
	Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico
	Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas.
	Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual
	Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário
	Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas.
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros
	Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros
	Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte.
	Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores
	Consolidar a Política de Meritocracia
	Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância
	Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos
	Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira
	Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira
	Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
	Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais
	Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas
	Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização
	Reduzir a evasão do crédito tributário
Intensificar a divulgação das ações da RFB	
Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB
	Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas
Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira	Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros
Fortalecer as relações institucionais	Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais.
	Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB
	Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções
	Agilizar a solução dos processos de consultas
	Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva
	Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos
	Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo
	Reduzir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte
	Fortalecer as ações de cobrança administrativa
	Agilizar a solução de litígios

Fonte: Plano Estratégico da RFB

Para que a instituição possa avaliar o grau de atingimento dos 21 objetivos estratégicos, e o consequente progresso na implementação da sua estratégia para o ciclo de gestão 2012-2015 nos diversos níveis organizacionais, foram selecionados 52 indicadores estratégicos para o ano de 2013, cujos resultados são acompanhados regularmente pela administração do órgão.

Desses indicadores, 44 estão disponíveis para apuração e tiveram (excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião) metas estabelecidas para o ano de 2013. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 29 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais (Superintendências, Delegacias, Alfândegas e Inspetorias) no alcance dos objetivos relacionados.

Quadro 10: INDICADORES ESTRATÉGICOS DA RFB COM APURAÇÃO EM NÍVEL REGIONAL E/OU LOCAL NO ANO DE 2013

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO
Aproximar a arrecadação efetiva da potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação
Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário
	Índice de adimplência das obrigações acessórias
	Indicador de atividade de educação fiscal
	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de recuperação da cobrança
	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)
	Indicador global da fiscalização (IGF)
	Indicador global da fiscalização aduaneira (IGFA)
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação
	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas
	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)
	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes
	Grau de fluidez do despacho de importação
	Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira
	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)
	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)
	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)
	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio
	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

Fonte: Sage-RFB

É possível se afirmar que grande parte das medidas adotadas pela 5ª Região Fiscal para o cumprimento dos objetivos estratégicos está relacionada à busca pelo atingimento das metas vinculadas a cada um desses indicadores nacionais. Sendo assim, para uma avaliação objetiva dos resultados da 5ª RF no ano de 2013, é necessária a análise dos indicadores que estão vinculados a cada objetivo estratégico.

Em síntese, o Painel de Desempenho da 5ª Região Fiscal para o ano de 2013 mostrou a seguinte situação:

- Total de Indicadores Estratégicos com apuração de desempenho em nível regional – 32;
- Indicadores Estratégicos não disponíveis – 3 (três):
 - Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício;
 - Tempo médio de contencioso de primeira instância; e,
 - Grau de fluidez no despacho de exportação.
- Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (desempenho bastante próximo à meta, para cima ou para baixo) – 20 (vinte):
 - Índice de realização da meta global de arrecadação;
 - Índice de adimplência do crédito tributário;
 - Índice de adimplência das obrigações acessórias;
 - Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação;
 - Índice de recuperação da cobrança;
 - Indicador global de desempenho da seleção (IGDS);
 - Indicador global da fiscalização (IGF);
 - Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA);
 - Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação;
 - Grau de eficácia da seleção para aduaneira de intervenientes no comércio exterior;
 - Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos;
 - Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes;
 - Grau de fluidez no despacho de importação;
 - Índice de realização da meta de operações de vigilância e repressão aduaneira;
 - Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM);
 - Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento;
 - Nível de adequação das instalações físicas das unidades (NIF);
 - Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF);
 - Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT); e,
 - Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio.
- Indicadores Estratégicos com resultado abaixo do esperado – 1 (um):
 - Indicador de atividade de educação fiscal.
- Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado – 4 (quatro):
 - Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)*;
 - Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira;
 - Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA); e,
 - Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos.

- Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado – 4 (quatro):
 - Índice de solução de consultas;
 - Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação*;
 - Índice de crédito tributário garantido; e,
 - Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes.

*Observação: Em relação aos indicadores assinalados, cumpre observar que o resultado apontado no Painel de Desempenho da RFB reflete apenas o mês de dezembro, já que a apuração para esses indicadores não é realizada de forma cumulativa ao longo do ano. Se for levada em consideração a performance do ano inteiro, ambos os indicadores teriam resultado dentro do esperado, já que:

- a) Para o TME 15, a 5ª RF obteve resultado dentro do esperado em 10 dos 12 meses do ano;
- b) Para o Tempo Médio Bruto no Despacho Aduaneiro de Exportação, a 5ª RF obteve resultado dentro do esperado em 8 dos 12 meses do ano.

De um modo geral, o sucesso da 5ª Região Fiscal em relação aos indicadores estratégicos decorre da atuação das unidades jurisdicionadas, conjugada com um processo de monitoramento e avaliação contínuo do desempenho da Região Fiscal, com a utilização de diversos mecanismos de acompanhamento.

Cada Divisão da Superintendência efetua regularmente o acompanhamento dos indicadores estratégicos sob sua responsabilidade, verificando o desempenho das Delegacias e Alfândegas em relação aos respectivos indicadores e, havendo necessidade, fazendo o contato com as mesmas para identificação de pontos críticos e discussão de linhas de correção, se for o caso. Os resultados obtidos pelas unidades jurisdicionadas em relação aos indicadores estratégicos são reportados formalmente pelas Divisões ao Superintendente a cada 3 (três) meses, nas Reuniões de Acompanhamento das Divisões, em calendário que antecede as Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE) Nacionais, que também são realizadas trimestralmente e contam com a participação dos administradores das unidades centrais (Subsecretarias e Coordenações) e regionais (Superintendências), Entretanto, em alguns casos, as Divisões efetuem o relato de desempenho com maior frequência (geralmente mensal), visando ao monitoramento mais tempestivo de pontos críticos que ensejem a necessidade de adoção de medidas corretivas.

Outro mecanismo adotado pela 5ª RF em 2013, dando continuidade à prática já implantada desde 2010, foi a realização de Diálogos de Gestão duas vezes no ano (abril/maio e setembro/outubro). No Diálogo de Gestão, o gestor de cada Delegacia e Alfândega comparece à Superintendência para discutir junto ao Superintendente e aos Chefes de Divisões o tratamento de questões vinculadas à gestão regional/local que podem impactar o desempenho da Unidade/Região Fiscal em relação às estratégias definidas para o ano.

A SRRF05 promoveu ainda a realização de 2 (duas) Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE) Regionais, com o propósito diversificado de capacitar gestores, nivelar conhecimentos sobre estratégias nacionais, e discutir temas de interesse da gestão regional/local como subsídio à tomada de decisões na 5ª Região Fiscal.

A análise detalhada da atuação da 5ª Região Fiscal frente aos indicadores estratégicos pode ser verificada neste relatório, no subitem **2.3 - Informações Sobre Outros Resultados da Gestão**.

Por fim, não obstante a existência de limitações de recursos para a sua implementação, a execução da estratégia na RFB também se apoia na execução de programas e projetos, denominados iniciativas estratégicas.

No âmbito nacional, as iniciativas estratégicas são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais da RFB, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da instituição. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais**:

Quadro 11: PROJETOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS* DA RFB NO ANO DE 2013

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	- Projeto Gestão de Recursos.
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	- Ampliação da Segurança da Informação; - Construção do Edifício-Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP.
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	-
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	-
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	-
Fortalecer a comunicação institucional	-
Fortalecer as relações institucionais	- Projeto de Integração Nacional – REDESIM;
Conhecer o perfil integral do contribuinte	- Projeto de Integração dos Cadastros da RFB – Novo CNPJ;
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	- Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB – Sipet; - Implementar o Sistema @tos.
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	-
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	- SINTER – Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais.
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	- m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis); - Implantação do Escritório de Processos da RFB; - SCC – Pagamento Automático; - SCC – Reintegra.
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	- Implantar o Sistema Requerimentos.
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	- SISCOMEX Carga; - Projeto SISAM; - Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO; - Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO; - Programa GRANDE EVENTOS; - Programa Portal Único do Comércio Exterior – PCE.
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	- SPED – EFD SOCIAL; - SPED – Integração; - SCC – Créditos Pis/Cofins.
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	- PUC – Programa de Unificação dos Créditos; - e-Processo; - SIC – Programa Sistemas Integrados do Crédito Público.

Fonte: Plano Estratégico da RFB

* **Projetos Estratégicos Institucionais:** acompanhamento direto pelo Gabinete do Secretário, constituindo-se nos programas, projetos e ações de âmbito nacional e de natureza estruturante, de impacto direto no cumprimento das Metas Estratégicas

No plano regional, além da mobilização gerencial e operacional para o cumprimento dos indicadores estratégicos, que requer a dedicação de boa parte da capacidade funcional da 5ª Região Fiscal, a administração também buscou fomentar o desenvolvimento de projetos estratégicos, com potencial de alavancar significativamente o desempenho.

No âmbito da 5ª Região Fiscal, tendo em vista a limitação dos recursos disponíveis, e buscando a otimização dos esforços para o tratamento dos aspectos considerados mais críticos pela gestão regional, a execução de iniciativas estratégicas concentrou-se no desenvolvimento de 3 (três) projetos regionais:

Projetos Estratégicos Regionais – 5ª Região Fiscal

- Projeto de Melhoria de Qualidade do Atendimento;
- Projeto de Gestão Regional das Mercadorias Apreendidas;
- Construção do Edifício-Sede da RFB em Salvador.

Os tópicos a seguir apresentam informações sucintas sobre cada uma das iniciativas estratégicas selecionadas pela 5ª Região Fiscal para o ano de 2013. A execução dessas iniciativas deverá prosseguir no exercício de 2014, em razão da grande amplitude dos seus escopos.

1) INICIATIVA ESTRATÉGICA: Projeto de Melhoria do Atendimento ao Contribuinte.

Justificativa: No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV constatou que boa parte das críticas à imagem da instituição está relacionada ao atendimento presencial. A estratégia de intervenção proposta pela FGV contempla a melhoria tanto dos processos de atendimento quanto da qualificação dos servidores, voltada especialmente para o atendimento. De acordo com o relatório da pesquisa, “percebe-se uma importante sinergia entre as medidas para melhoria da Imagem e da Satisfação com o Atendimento e aquelas voltadas para a melhoria da Cultura e do Clima Organizacional, já que em ambos os casos as recomendações incluem investimento na qualificação dos servidores e melhorias na capacidade de gestão, que estão estreitamente correlacionadas a melhorias dos processos gerenciais”. Aos resultados da pesquisa somam-se outros tópicos observados ao longo do tempo pelos gestores e pela equipe de atendimento da região: fusão dos fiscos ainda incompleta; clivagem no quadro de pessoal; falta de integração entre as unidades; pouca integração entre o atendimento e as outras áreas funcionais; ausência de padronização da gestão do atendimento; existência de assimetrias entre as unidades locais; armadilha de curto prazo (dificuldade para pensar/planejar o atendimento diante da permanente crise no setor).

Escopo: Estabelecer e implantar um modelo regional de gestão do atendimento presencial, focado em resultados, comprometido com as pessoas e orientado para o cidadão. Principais entregas: a) estabelecer parâmetros para uma boa gestão do atendimento; b) Elaborar e executar programa de capacitação focado em desenvolvimento comportamental; c) Definir recomendações para adequação física das unidades de atendimento; d) Estruturar o atendimento aduaneiro.

Resultados esperados: - Aumento da satisfação do contribuinte quanto ao atendimento presencial prestado nas unidades da RF05; - Atendimento da RF05 pautado em boas práticas de gestão; - Equipe de atendimento capacitada, comprometida e motivada; - Imagem institucional fortalecida.

Observações: Não fazem parte do escopo desta iniciativa questões que ultrapassam a competência da Região Fiscal, mesmo quando relacionadas à gestão do atendimento, a exemplo de ajustes nos sistemas informatizados e de mudanças na legislação, a avaliação sobre a capilaridade da rede de atendimento da RF, as demandas técnico-operacionais relativas aos serviços prestados ao público e atendimento realizado transversalmente pelo demais setores das Delegacias e Alfândegas.

Condução da iniciativa em 2013: Apesar das limitações de recursos humanos e financeiros para a consecução das atividades programadas no projeto, houve progresso em relação a todas as entregas previstas para este projeto iniciado em 2011:

- Parâmetros para uma boa gestão do atendimento: Foi elaborado e entregue o relatório “Parâmetros de Gestão do Atendimento”. A versão final do documento, entregue em dezembro de 2013, buscou identificar e validar os referenciais comuns para balizar a gestão do atendimento nas unidades descentralizadas, respeitadas as especificidades locais, a partir de um amplo diálogo com a comunidade de atendimento da região.

- Programa de capacitação focado em desenvolvimento comportamental: O programa de capacitação iniciado na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador no final de 2012 foi concluído no 1º semestre de 2013. O evento piloto realizado na DRF-Salvador atingiu plenamente os objetivos, conforme os relatórios apresentados pela empresa contratada e pela Delegacia. Embora tenha sido traçada uma estratégia para expansão do treinamento comportamental para as demais unidades da 5ª RF em 2013, a sua execução não foi possível em função da indisponibilidade de crédito orçamentário para o desenvolvimento desta ação. Apesar disso, os resultados alcançados no piloto reforçaram a necessidade de realização do treinamento comportamental para as demais unidades da 5ª RF.

- Recomendações para adequação física das unidades de atendimento: Foi elaborada e entregue a versão final do manual de procedimentos sobre a adequação física das unidades de atendimento. O documento auxiliará as Unidades Administrativas da 5ª RF a promoverem, continuamente, a adequação das condições físicas das áreas de atendimento de suas instalações. O manual já foi aplicado com a elaboração de leiaute físico para as seguintes unidades: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista e Alfândegas do Porto e do Aeroporto de Salvador.

- Estruturação ao atendimento aduaneiro: Houve continuidade e avanço nas discussões sobre diversos aspectos relacionados à estruturação do atendimento aduaneiro: mapeamento e alinhamento do fluxo dos processos, visando à definição de que atividades são passíveis de serem transferidas para a área de atendimento ao público; definição do leiaute para as unidades de atendimento; e identificação das necessidades de treinamento. Constatou-se, contudo, a necessidade de que as Alfândegas desenvolvam um projeto específico para adaptação e implantação do modelo geral de atendimento definido, customizando-o de acordo com as suas características particulares.

Para que seja possível verificar a efetividade das medidas adotadas no âmbito do Projeto de Melhoria da Qualidade do Atendimento, aguarda-se a divulgação oficial dos resultados da Pesquisa de Imagem e Satisfação com o Atendimento, desenvolvida pela RFB em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Concluídas as entregas, a expectativa é de que o projeto seja encerrado no início de 2014, sem prejuízo à continuidade das ações implementadas, como a capacitação comportamental dos atendentes.

INICIATIVA ESTRATÉGICA: Projeto de Gestão Regional das Mercadorias Apreendidas

Justificativa: As unidades da 5ª Região Fiscal não estão suficientemente preparadas para a administração de mercadorias apreendidas. As unidades (à exceção da Alfândega do Porto de Salvador) em geral realizam a administração com limitações severas e sem padronização, atuando com base em experiências individuais. O acúmulo de mercadorias apreendidas nas unidades se refletiu no desempenho da 5ª RF em 2011 nos indicadores de gestão dessa atividade, e gerou gargalos que, de forma geral, impactaram o desenvolvimento das operações de repressão ao contrabando e descaminho realizadas na Região Fiscal.

Escopo: Estabelecer parâmetros para a processo de gestão das mercadorias apreendidas na 5ª Região Fiscal nas suas diversas etapas (recebimento, movimentação, guarda e destinação), definindo requisitos relativos a: fluxo de trabalho, procedimentos, pessoal (quantitativo, perfil e qualificação técnica) e estrutura física e tecnológica dos locais de armazenagem.

Resultados esperados: - Diminuição do ciclo de vida dos materiais apreendidos nos depósitos da RF05; - Aumento da especialização dos servidores que lidam com os depósitos e com materiais apreendidos.

Condução da iniciativa em 2013: Foram feitas visitas a outras Regiões Fiscais para conhecimento de boas práticas de gestão de mercadorias apreendidas, bem como o mapeamento dos fluxos de trabalho relacionados a essa atividade. Entretanto, mesmo com o reconhecimento dos gestores de que este é um assunto relevante e essencial para a 5ª RF, houve dificuldade de mobilização dos servidores envolvidos na execução das tarefas previstas no projeto durante a maior parte do ano de 2013, o que prejudicou o andamento do projeto. Em face disso, optou-se no fim de 2013 pela concentração das atividades do projeto na Superintendência. As entregas do projeto estão previstas para ocorrer no 1º semestre de 2014.

INICIATIVA ESTRATÉGICA: Construção do Edifício-Sede da RFB em Salvador

Justificativa: O investimento para a construção de uma sede própria se justifica no longo prazo, visto que eliminará os custos de locação do imóvel que hoje abriga o Edifício-Sede da RFB em Salvador, que ultrapassam o montante de R\$ 5 milhões anuais. Outras justificativas: a) Atual Edifício-Sede não comporta os servidores da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Salvador, que ainda permanecem na sede do Ministério da Fazenda e precisam se integrar aos demais; b) Atual Edifício-Sede não dispõe de auditório para realização de palestras e treinamentos de médio e grande porte; c) Atual ambiente físico poderá não suportar a expansão das atividades institucionais no longo prazo.

Escopo: Realizar todas as etapas de construção do Edifício-Sede da RFB em Salvador em terreno próprio cedido pela Prefeitura Municipal de Salvador, desde a readequação do projeto básico (originalmente configurado para acomodar os demais órgãos do Ministério da Fazenda em Salvador) até a conclusão das obras.

Resultados esperados: Entrega da sede própria da RFB em Salvador atendendo a todos os requisitos do ponto de visita físico e tecnológico, e em condições de acomodar adequadamente os

funcionários e visitantes das unidades da RFB em Salvador (à exceção das Alfândegas da RFB do Porto e do Aeroporto, que possuem localização diversa em funções das características específicas das suas atividades).

Observações: Em função das limitações do quadro funcional da Divisão de Programação e Logística (Dipol) da 5ª Região Fiscal, e visando obter maior foco estratégico, a iniciativa estratégica regional, que originalmente compreendia a adequação das instalações físicas de todas as unidades da 5ª Região Fiscal, foi restrita à construção do Edifício-Sede da RFB em Salvador. Apesar disso, outras iniciativas de adequação da infraestrutura física continuam em andamento na 5ª Região Fiscal, porém agora sob a liderança das unidades gestoras (Delegacias e Alfândegas) que administram os imóveis passíveis de adequação, contando com o apoio técnico da Dipol quando necessário. É importante ressaltar que as adequações de imóveis da Região Fiscal dependem em grande parte da atuação das unidades centrais da RFB, como a descentralização do crédito orçamentário necessário para a execução dos trabalhos e a definição de requisitos básicos de padronização das unidades do órgão (como, por exemplo, o projeto Agência Modelo conduzido pela Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol).

Condução da iniciativa em 2013: O projeto de construção do Edifício-Sede já havia sido entregue em 2012 pela empresa contratada, porém restavam alguns ajustes pontuais a serem concluídos no início do ano de 2013. Tendo em vista a morosidade da contratada para a conclusão das pendências do projeto básico, a Superintendência da RFB na 5ª Região Fiscal rescindiu unilateralmente o contrato e efetuou nova contratação para entrega dos elementos remanescentes. Ato contínuo, foi publicado o edital de licitação para a contratação da construtora, na modalidade de concorrência. Como esta concorrência restou fracassada, foi feita uma reavaliação do edital e, após os devidos ajustes, a republicação ocorreu ainda em 2013. Como houve 6 (seis) participantes, a previsão de assinatura do contrato, incluindo todas as possibilidades de recursos administrativos, é até o final do primeiro trimestre de 2014.

2.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Item 2.2 da Portaria TCU nº 175/2013

2.2.1 - Ações

Item 2.2.3 da Portaria TCU nº 175/2013

2.2.1.1 - Ações – OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social)

Item 2.2.3.1 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 12: AÇÕES

Identificação da Ação	
Código	10 AV Tipo: Projeto
Título	Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Salvador - BA
Iniciativa	
Objetivo	Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	

Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.000.000,00	30.000.000,00	283.519,00	62.200,00	62.200,00	0,00	221.318,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Obra concluída	Percentual de execução física	0,00	

2.2.1.2 - Análise situacional

Item 2.2.3.5 da Portaria TCU nº 175/2013

As peças pendentes foram recebidas e o edital de licitação da obra foi publicado. A primeira licitação foi deserta e feitos os devidos ajustes, foi republicada. A nova sessão foi aberta em dezembro de 2013, houve o credenciamento de 6 propostas e o processo encontra-se em análise dos documentos de habilitação.

Execução das metas: As metas apresentam índices baixos porque o projeto básico foi concluído somente no 2º semestre de 2013 e a execução da obra foi licitada no final daquele exercício, com contratação prevista para 2014.

Fatores intervenientes: As dificuldades ocorreram no recebimento do projeto, com exigências legais junto à Prefeitura de Salvador-BA e outras questões técnicas e administrativas, as quais encontram-se superadas.

Restos a pagar: não há.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

2.3 - Informações Sobre Outros Resultados da Gestão

Item 2.3 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 13: ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DA META GLOBAL DE ARRECADAÇÃO

Descrição do Indicador												
Finalidade:	Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.											
Fórmula de cálculo:	$(\text{Arrecadação realizada em p no ano X}) / (\text{meta de arrecadação em p no ano X}) \times 100$											
Fonte dos Dados:	Sistema DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.											
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:								
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral								
Resultados Alcançados												
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,43	100,99	101,06	101,41	103,06	103,36	103,48	
Análise de Desempenho												
Situação em 2013:	<p>Com uma arrecadação acumulada em 2013 de mais de 29 bilhões de reais (R\$29.065.295.187,00), a 5ª Região Fiscal conseguiu cumprir plenamente a meta global de arrecadação estabelecida. O resultado regional é reflexo do cumprimento da meta de arrecadação por todas as unidades jurisdicionadas, à exceção da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju que atingiu 97% da meta anual.</p> <p>Além do comportamento dos tributos aduaneiros, que apresentam variação positiva de 20%, também concorreram para o atingimento da meta as arrecadações atípicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recolhimentos de contribuintes do setor financeiro da DRF Salvador: depósito em garantia na Justiça Federal, quitação de parcelamento relativo à Lei nº 11.941/09, pagamento de PIS/COFINS à vista de acordo com a Lei nº 12.865/13 e recolhimento de valor elevado de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) incidente em juros sobre capital próprio • Depósito judicial de IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) efetuado por contribuinte da DRF-Salvador do setor de distribuição de água; • Depósito em garantia na Justiça Estadual efetuado por contribuinte do setor de fabricação de produtos petroquímicos na DRF-Camaçari. 											
Pontos críticos:	<p>Em relação a 2012, a DRF-Aracaju teve decréscimos expressivos nas arrecadações dos seguintes tributos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e IRPJ em dois contribuintes do setor financeiro; • COFINS em contribuintes dos setores da indústria alimentícia e distribuição de energia elétrica; • Recolhimentos do parcelamento relativo à Lei nº 11.941/09 de contribuinte do setor de administração pública. 											
Observações:	Apesar da variação negativa da DRF-Aracaju, os critérios adotados na previsão da arrecadação mostraram-se aderentes, visto que o resultado apresentado encontra-se dentro dos parâmetros aceitáveis e de acordo com a série histórica nacional.											

Fonte: Sage-RFB

Quadro 14: ÍNDICE DE ADIMPLÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Descrição do Indicador											
Finalidade:	Medir a relação entre os pagamentos efetuados no mês do vencimento e os pagamentos que deveriam ter sido realizados no mês do vencimento.										
Fórmula de cálculo:	Relação percentual entre o montante pago no mês do vencimento do crédito tributário (excluído lançamento de ofício) e os débitos declarados relativos a esse mês (montante pago no mês + saldos a pagar).										
Fonte dos Dados:	Sistemas DW-Arrecadação, DW-DCTF, Sinal, DW-Pagamentos, DW-Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.										
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:							
Suara/RFB	Percentual	Positiva	92,90	Trimestral							
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
91,70	92,40	92,50	93,10	92,60	92,80	92,60	92,20	92,00	92,00	91,80	91,90
Análise de Desempenho											
Situação em 2013:	<p>O Índice de Adimplência do Crédito mede atualmente a adimplência de pagamentos relacionados a créditos tributários declarados na DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – e na GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social.</p> <p>O desempenho da 5ª Região Fiscal em relação a este indicador se manteve próximo da meta estabelecida ao longo de todo o ano de 2013. Contudo, a RF não possui governabilidade direta sobre o indicador. As ações de cobrança podem refletir em melhores resultados, mas não em curto prazo, uma vez que isso exige uma mudança no comportamento do contribuinte. Como exemplo de medida adotada, a 5ª RF ampliou desde 2012 a operação de Cobrança Especial para um universo maior de contribuintes do que aquele determinado pela Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança (Codac), selecionando os maiores devedores de cada unidade jurisdicionada para serem analisados. Trata-se do PREAR (Programa de Recuperação da Arrecadação). Essa medida poderá refletir em melhores resultados a médio e longo prazo, uma vez que podem provocar uma mudança no comportamento do contribuinte.</p>										
Pontos críticos:	Fatores externos estarão constantemente influenciando o índice de adimplência, fora da esfera de governança da 5ª Região Fiscal, como mudanças frequentes na legislação e variações no ambiente macroeconômico, entre outros.										
Observações:	Nada a acrescentar.										

Fonte: Sage-RFB

Quadro 15: ÍNDICE DE ADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir a relação entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.			
Fórmula de cálculo:	Relação percentual entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.			
Fonte dos Dados:	Sistema Omissos			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
97,14	97,02	97,05	97,09	
Análise de Desempenho				
Situação em 2013:	A 5ª Região Fiscal conseguiu alcançar a meta estabelecida, porém na prática os resultados relativos a este indicador são mais influenciados por medidas adotadas em âmbito nacional pelos órgãos centrais da RFB, a exemplo do controle de omissos da entrega de declaração (pelo sistema e-Sicodec) e a implantação do Programa Omissos PF. Há pouca governabilidade regional para a melhoria do desempenho desse indicador. O resultado positivo obtido na 5ª Região Fiscal (97,09%) se coaduna com o observado em nível nacional (97,37%).			
Pontos críticos:	Nada a destacar.			
Observações:	Por enquanto o indicador apura exclusivamente o cumprimento da obrigação de entrega da DIRPF (Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física). Futuramente, deverá abranger outras declarações (DCTF, DIPJ, DIRF, etc.).			

Fonte: Sage-RFB

Quadro 16: INDICADOR DE ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO FISCAL

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Aferir o esforço da RFB na realização de eventos de educação fiscal que contribuam para a estratégia institucional, ponderando-os em razão da aderência às diretrizes institucionais, ao público-alvo e ao tipo de evento.			
Fórmula de cálculo:	Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB x peso definido pela Coaef.			
Fonte dos Dados:	Planilhas preenchidas pelos Representantes de Educação Fiscal em cada Região Fiscal.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suara/RFB	Número relativo	Positiva	464	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
60,09	145,73	192,57	248,57	
Análise de Desempenho				
Situação em 2013:	Apesar de a meta do ano de 2013 ter sido igual à do ano de 2012, houve alteração na forma de computar o resultado: em 2012 utilizou-se números absolutos no cômputo da quantidade de eventos, enquanto que em 2013 houve modificação para números ponderados conforme critérios estabelecidos pela Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal (Coaef). Isso contribuiu para que a 5ª Região Fiscal não conseguisse alcançar o patamar definido para o ano 2013.			
Pontos críticos:	O principal fator que impactou negativamente o resultado foram as mudanças tanto na forma de computar os eventos (via formulário online), como no prazo para o registro (até o 10º dia útil do mês subsequente à realização do evento), que ainda não foi bem absorvidas pelas unidades gestoras da 5ª RF.			
Observações:				

Fonte: Sage-RFB

Quadro 17: GRAU DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ADUANEIRAS NA IMPORTAÇÃO

Descrição do Indicador											
Finalidade:		Medir o cumprimento das obrigações aduaneiras na importação.									
Fórmula de cálculo:		Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês.									
Fonte dos Dados:		Siscomex (DW Aduaneiro).									
Responsável:		Unidade de Medida:		Polaridade:			Meta:		Análise:		
Suari/RFB		Percentual		Positiva			83,20		Trimestral		
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,00	0,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	81,82	79,80	76,22	74,19	75,37
Análise de Desempenho											
Situação em 2013:		<p>A 5ª Região Fiscal cumpriu 90,59% da meta definida para 2013, se posicionando no 8º lugar dentre as regiões fiscais. Apesar disso, o desempenho mostrou-se superior ao observado no ano de 2012, encerrado pela 5ª RF com um resultado de 67,00%, o que significa um incremento de 12,5% na proporção de declarações preenchidas corretamente. É importante ressaltar que a 5ª RF optou por um fator de aleatoriedade superior ao definido nacionalmente para seleção de declarações para controle, com possível repercussão nos resultados.</p> <p>No caso da 5ª RF, o resultado deste indicador contrasta diretamente com o resultado do indicador “Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação” (como pode ser visto adiante no Quadro 23), no qual a 5ª RF obteve posição de destaque nacional, em função da atuação criteriosa das equipes de fiscalização do despacho aduaneiro de importação das unidades locais.</p>									
Pontos críticos:		<p>Este indicador não está diretamente associado à gestão interna das unidades locais, refletindo o grau de correção das declarações de importação registradas no SISCOMEX pelos representantes legais dos importadores, o que, ao final, está diretamente relacionado à qualificação técnica dos despachantes aduaneiros.</p> <p>A importância da melhoria da qualidade do preenchimento das DI vem sendo destacada nas reuniões realizadas trimestralmente com o SINDAEB – Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado da Bahia e nas palestras técnicas ministradas para o público externo (despachantes, importadores, exportadores, etc) com a finalidade de melhoria da qualificação dos representantes legais dos importadores.</p>									
Observações:		As entidades de classe empresariais pretendem estudar a viabilidade da promoção de cursos de capacitação para profissionais que atuam diretamente nos processos de importação e exportação, incluindo-se despachantes aduaneiros e funcionários das empresas que operam no comércio exterior.									

Fonte: Sage-RFB

Quadro 18: ÍNDICE DE RECUPERAÇÃO DA COBRANÇA

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir o resultado das ações de cobrança administrativa.			
Fórmula de cálculo:	Relação percentual entre os valores recuperados (valores pagos, parcelados, compensados e depositados) e os valores cobrados.			
Fonte dos Dados:	Sief.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suara/RFB	Percentual	Positiva	57,54	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
57,54	55,23	62,20	51,00	
Análise de Desempenho				
Situação em 2013:	<p>Para fins de cálculo deste indicador, a carteira de cobrança abrange débitos de contribuintes indicados em listas levantadas pela Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança (Codac) e encaminhadas às Regiões Fiscais para tratamento. Como premissa, uma lista é avaliada após pelo menos 6 (seis) meses da sua divulgação, para que as unidades tenham tempo para estudar o perfil do contribuinte, fazer reuniões e comunicações com o mesmo e aplicar as medidas coercitivas cabíveis. Dessa forma, ao longo de 2013, foram avaliadas 3 (três) listas, enviadas pela Codac em setembro/2012, janeiro/2013 e junho/2013.</p> <p>Como este foi um novo indicador, criado no início de 2013, houve grande variação nos resultados entre as regiões fiscais. A meta anual por RF só foi estabelecida no 3º trimestre, de acordo com a evolução dos trabalhos em cada região, de modo que as metas variaram desde 0,20% até 57,54%, sendo esta última a meta estabelecida para a 5ª Região Fiscal, por ter alcançado maiores resultados desde o início do ano.</p> <p>O desempenho de destaque da 5ª RF logo na primeira medição (1º trimestre) deveu-se especialmente pelo fato de a região ter iniciado programa de cobrança inspirado em prática da 1ª RF (PREAR – Programa de Recuperação da Arrecadação), abrangendo um universo de contribuintes maior do que o definido nas listas enviadas pela Codac.</p> <p>Também contribuiu para o resultado o sucesso na adesão de órgãos públicos ao parcelamento da Medida Provisória nº 589/2012 (a adesão na 5ª RF chegou a 87% dos municípios), que em alguns casos também faziam parte da relação enviada pela Codac.</p> <p>A 5ª RF conseguiu manter ao longo de 2013 a liderança entre as regiões fiscais no desempenho relativo a este indicador, mesmo com a queda observada no último trimestre, justificada a seguir no campo “Pontos críticos”.</p>			
Pontos críticos:	<p>Contribuíram para a queda do resultado no último trimestre:</p> <p>a) A exclusão, na apuração dos resultados, de parte da relação que foi trabalhada ao longo do ano (1ª lista), na qual a 5ª RF havia obtido bom desempenho. A apuração do final de 2013 limitou-se à verificação dos resultados das listas mais recentes (2ª e 3ª listas).</p> <p>b) A manutenção, na carteira de cobrança, de créditos tributários sem possibilidade concreta de recuperação. Alguns contribuintes indicados na 2ª lista ingressaram com ação judicial e obtiveram êxito em liminar que garantiu a suspensão de exigibilidade do crédito tributário, a exclusão do Cadin (Cadastro de Inadimplentes) e a emissão de Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa, inviabilizando as medidas regionais de cobrança. Dessa forma, a apuração do resultado relativo à 2ª lista (29,4%) não refletiu a situação real em termos de recuperação possível de crédito na via administrativa. Se fossem excluídos os casos especificados, o resultado da 5ª RF seria de 100%, uma vez que não havia mais crédito tributário possível de ser recuperado na carteira de cobrança utilizada para o cálculo do indicador.</p>			
Observações:	Nada a acrescentar.			

Fonte: Sage-RFB

Quadro 19: ÍNDICE DE REDUÇÃO DO VALOR DE ESTOQUES DE COMPENSAÇÕES PENDENTES

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir a redução do valor do estoque de compensações pendentes declaradas nos últimos 5 anos.			
Fórmula de cálculo:	[(Saldo inicial DCOMP – saldo atual DCOMP) / (saldo inicial DCOMP)] x 100.			
Fonte dos Dados:	DW-PER/DCOMP.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suara/RFB	Percentual	Positiva	35,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
2,80	30,10	38,60	81,00	
Análise de Desempenho				
Situação em 2013:	<p>Em 2013, a Divisão de Arrecadação e Cobrança (Dirac) da 5ª Região Fiscal passou a adotar uma nova estratégia de atuação para o cumprimento da meta deste indicador. A distribuição das declarações de compensação (Dcomp) de contribuintes de porte diferenciado passou a ser feita regionalmente pela Dirac para as Delegacias, e não mais localmente pelas próprias unidades.</p> <p>Isso permitiu que as Delegacias com estoques de declarações menos representativos em termos de valor direcionassem os esforços de suas equipes de trabalho para o tratamento das declarações com maior representatividade em termos de valor, presentes nos estoques de outras unidades.</p> <p>A estratégia garantiu o tratamento das declarações de compensação com os valores mais significativos da região, contribuindo para a significativa redução de 81% do valor do estoque de compensações pendentes na 5ª RF em 2013, muito além da meta estipulada (35%).</p>			
Pontos críticos:	A estratégia proposta pela Dirac não foi cumprida plenamente por todas as unidades da 5ª Região Fiscal em 2013. Há necessidade de se prosseguir reforçando a sensibilização de todas as Delegacias quanto à importância da “quebra” dos limites de jurisdição e distribuição regional das declarações de compensação para o sucesso no resultado da 5ª Região Fiscal.			
Observações:	Nada a acrescentar.			

Fonte: Sage-RFB

Quadro 20: INDICADOR GLOBAL DE DESEMPENHO DA SELEÇÃO (IGDS)

Descrição do Indicador											
Finalidade:		Medir o desempenho global da seleção da ação fiscal.									
Fórmula de cálculo:		(Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização IQSF x 0,5) + (Índice de Formação e Garantia de Estoque de Dossiês IFGED x 0,5), sendo IQSF =R2 e IFGED = S1 a S5.									
Fonte dos Dados:		Sistema Ação Fiscal e Portal Copes.									
Responsável:		Unidade de Medida:		Polaridade:		Meta:		Análise:			
Sufis/RFB		Percentual		Positiva		85,00		Trimestral			
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
95,00	96,44	48,40	48,33	47,53	46,93	46,94	46,95	61,73	61,86	62,08	82,50
Análise de Desempenho											
Situação em 2013:		<p>O Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS é medido a partir do Índice de Qualidade da Seleção – IQSF e do Índice de Formação e Garantia de Estoques de Dossiês – IFGED, com uma representação igualitária na composição do indicador.</p> <p>Índice de Qualidade da Seleção – IQSF – Corresponde ao total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com exame no período. A 5ª Região Fiscal obteve para este índice (também denominado como R2) um resultado de 94,24% em 2013, superando a meta estabelecida de 90%. O resultado de 2013 foi ligeiramente superior ao verificado em 2012 (93,89%). A 5ª RF vem obtendo sistematicamente nos últimos anos um desempenho superior a 90% neste indicador, o que reflete a qualidade dos trabalhos tanto das equipes de fiscalização como das áreas de pesquisa e seleção nas unidades da 5ª RF.</p> <p>Índice de Formação e Garantia de Estoque de Dossiês – IFGED – Corresponde ao somatório dos índices S1 e S5, que medem o esforço das unidades na pesquisa e elaboração de dossiês provisórios que subsidiarão a programação das ações de fiscalização para o ano seguinte. O índice obtido pela 5ª RF em 2013 foi de 70,77%, superior ao verificado no ano de 2012 (63,9%), porém aquém da meta estabelecida de 80%.</p> <p>O resultado acima da meta obtido para o IQSF compensou parcialmente a performance relativa ao IFGED, de modo que a 5ª RF encerrou o ano de 2013 com um resultado bastante próximo da meta para o Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS.</p>									
Pontos críticos:		<p>A meta para o IFGED não foi atingida devido à grande quantidade de demandas extraordinárias direcionadas às Seções de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Sapac), responsáveis pela pesquisa e elaboração dos dossiês.</p> <p>Também impactou negativamente no IFGED a implementação de novas rotinas de trabalho para o registro de dossiês, em atendimento a recomendações feitas pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), o que requereu adaptação das equipes à nova metodologia.</p>									
Observações:		Nada a acrescentar.									

Fonte: Sage-RFB

Quadro 21: INDICADOR GLOBAL DA FISCALIZAÇÃO (IGF)

Descrição do Indicador											
Finalidade:	Medir o desempenho global da fiscalização sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.										
Fórmula de cálculo:	$(\text{Índice de Presença Fiscal IPF} \times 0,25) + (\text{Índice de Realização de Crédito Tributário ICT} \times 0,05) + (\text{Índice de Desempenho da Fiscalização IDF} \times 0,70)$										
Fonte dos Dados:	Sistema Ação Fiscal e Portal Copes.										
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:							
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral							
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
7,80	15,30	26,70	34,60	43,10	52,50	63,20	73,40	84,00	91,30	100,50	115,00
Análise de Desempenho											
Situação em 2013:	<p>Este indicador é estabelecido pela ponderação entre Indicador de Desempenho da Fiscalização (IDF, com peso de 70%), Indicador do Crédito Tributário (ICT – com peso de 5%) e Indicador de Presença Fiscal (IPF – com peso de 25%).</p> <p>Indicador de Desempenho da Fiscalização (IDF) – Corresponde ao percentual resultante da quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações realizados, multiplicada pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração, em relação às metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, multiplicada pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração. O índice obtido pela 5ª Região Fiscal em 2013 foi de 116,7%, muito superior ao verificado em 2012 (75,8%).</p> <p>Indicador do Crédito Tributário (ICT) – Corresponde ao crédito tributário lançado no período, em relação à meta anual, composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento. A 5ª Região Fiscal lançou em 2013 mais de R\$7,2 bilhões em créditos tributários decorrentes das ações de fiscalização de tributos internos, quase o dobro do registrado em 2012 (aproximadamente R\$3,7 bilhões). Este desempenho conferiu à 5ª RF uma posição de destaque nacional entre as regiões, com um resultado de 190,9% para o índice.</p> <p>Indicador de Presença Fiscal (IPF) – Corresponde à relação entre a quantidade de procedimentos de fiscalização e revisão de declarações executadas, incluindo-se as diligências, e o total de contribuintes jurisdicionados pela Região Fiscal, aplicadas as ponderações definidas nacionalmente pela Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis). O índice em 2013 foi de 95,1%. Embora este tenha sido o único dos três subindicadores com resultado abaixo da meta (100%) e inferior ao registrado no anterior (107,5%), o desempenho da 5ª RF em 2013 ainda assim se mostrou superior à média nacional (92,9%). A composição do desempenho relativo aos três subindicadores permitiu que a 5ª Região Fiscal obtivesse o maior resultado para o Indicador Global de Fiscalização (IGF) dentre todas as regiões.</p>										
Pontos críticos:	Nada a destacar.										
Observações:	Nada a acrescentar.										

Fonte: Sage-RFB

Quadro 22: ÍNDICE GLOBAL DA FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA (IGFA)

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir o desempenho global da fiscalização aduaneira sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.			
Fórmula de cálculo:	$(\text{Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA} \times 0,25) + (\text{Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA} \times 0,05) + (\text{Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneira IDFA} \times 0,70)$			
Fonte dos Dados:	Sistema Ação Fiscal Aduaneiro.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
18,20	63,90	84,10	111,90	
Análise de Desempenho				
Situação em 2013:	<p>Este indicador é estabelecido pela ponderação entre Indicador de Desempenho da Fiscalização Aduaneira (IDFA, com peso de 70%), Indicador do Crédito Tributário Aduaneiro (ICTA – com peso de 5%) e Indicador de Presença Fiscal Aduaneira (IPFA – com peso de 25%).</p> <p>Indicador de Desempenho da Fiscalização Aduaneira (IDFA) – Percentual da quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão aduaneira realizados em relação à meta, ponderada pela respectiva quantidade de horas padrão definidas para cada tipo de procedimento. Com o encerramento de 76 fiscalizações e revisões aduaneiras em 2013, a 5ª Região Fiscal obteve o resultado de 91,5% para este indicador.</p> <p>Indicador do Crédito Tributário Aduaneiro (ICTA) – Relação entre o crédito tributário lançado no período, em relação à meta anual. A 5ª Região Fiscal lançou em 2013 um total de R\$156.152.173,92 em créditos tributários decorrentes das ações de fiscalização aduaneira, resultado excepcional que correspondeu a 239,6% da meta estipulada e a 621,1% do montante de créditos lançados no ano de 2012.</p> <p>Indicador de Presença Fiscal Aduaneira (IPFA) – O IPFA da 5ª RF em 2013 foi de 143,5%. Este indicador é determinado pela média de dois subindicadores: o Indicador de Cobertura Fiscal (ICF) e o Indicador de Horas de Fiscalização (IH). O bom desempenho foi influenciado principalmente pela performance no Indicador de Cobertura Fiscal (ICF). A 5ª RF obteve uma cobertura fiscal de quase 10% dos operadores de comércio exterior responsáveis por 99% do volume das operações de importação e exportação na jurisdição regional, superando em mais de 50% a meta estipulada de cobertura, que era de 6,5%. Graças ao bom desempenho nesses indicadores, especialmente no ICTA e no IPFA, a 5ª RF cumpriu 111,90% da meta estipulada para o IGFA em 2013, se posicionando no 3º lugar dentre as regiões fiscais. O resultado da 5ª RF, superior ao resultado nacional (103,8%), teve significativa influência no alcance da meta nacional pela RFB em 2013.</p>			
Pontos críticos:	Segue havendo dificuldade da área de pesquisa e seleção da 5ª RF na geração de novos dossiês para fiscalização aduaneira de zona secundária, especialmente para operações de combate a fraude e renúncia fiscal por parte de importadores pertencentes à jurisdição aduaneira regional.			
Observações:	Com a publicação da Portaria Coana nº 69, de 21/12/2012, que modificou a sistemática de avaliação do desempenho da fiscalização aduaneira de zona secundária, está permitida a redistribuição de ações fiscais entre diferentes regiões fiscais. Em 2013, a 5ª RF realizou 14 ações fiscais sobre empresas de outras regiões fiscais, com foco nas operações de revisão aduaneira.			

Fonte: Sage-RFB

Quadro 23: GRAU DE EFICÁCIA DA SELEÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO NO DESPACHO DE IMPORTAÇÃO

Descrição do Indicador											
Finalidade:		Medir a eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação.									
Fórmula de cálculo:		Número de DI selecionadas com retificação (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembarçadas no mês / número total de DI selecionadas (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembarçadas no mês.									
Fonte dos Dados:		Siscomex (DW-Aduaneiro).									
Responsável:		Unidade de Medida:		Polaridade:		Meta:		Análise:			
Suari/RFB		Percentual		Positiva		51,00		Trimestral			
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
48,41	45,07	47,24	48,78	49,64	48,63	47,40	45,84	45,15	45,42	45,68	45,67
Análise de Desempenho											
Situação em 2013:		O resultado alcançado pela 5ª Região Fiscal correspondeu a 89,55% da meta estipulada. Apesar de não ter não cumprido plenamente a meta regional, o resultado obtido foi superior à meta estabelecida em nível nacional (42%) e posicionou a 5ª RF no 3º lugar dentre as regiões fiscais. O desempenho foi reflexo da atuação direta e criteriosa das equipes de fiscalização do despacho aduaneiro de importação das unidades locais, considerando-se que o indicador busca medir a eficácia na identificação de erros e consequente retificação das declarações de importação submetidas à análise na fiscalização do despacho aduaneiro,									
Pontos críticos:		O resultado final está diretamente relacionado à qualidade da seleção parametrizada das declarações no SISCOMEX para os canais de conferência documental e/ou física, excetuando-se as declarações de importação selecionadas por aleatoriedade. A definição dos parâmetros de seleção é uma iniciativa desenvolvida pelas unidades centrais do órgão. Não é computado no cálculo deste indicador o trabalho de retificação das declarações selecionadas manualmente para a conferência documental e/ou física a partir da análise de risco efetuada em nível local.									
Observações:		O Centro Nacional de Gerenciamento de Risco Aduaneiro – Cerad, efetivado no 2º semestre de 2012, vem trabalhando na análise dos parâmetros da seleção do SISCOMEX, com base em critérios de análise de risco, visando a otimização dos critérios e a elevação do grau de acerto desta seleção.									

Fonte: Sage-RFB

Quadro 24: GRAU DE EFICÁCIA DA SELEÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA DE INTERVENIENTES NO COMÉRCIO EXTERIOR

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.			
Fórmula de cálculo:	$(\text{Ações fiscais concluídas com resultado} / \text{ações fiscais concluídas}) \times 100$.			
Fonte dos Dados:	Sistemas Ação Fiscal Aduaneiro e DW-Aduaneiro.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suari/RFB	Percentual	Positiva	90,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
100,00	97,00	98,00	96,00	
Análise de Desempenho				
Situação em 2013:	<p>Do total de 55 dossiês distribuídos para fiscalizações aduaneiras de zona secundária encerradas em 2013, apenas 2 não apresentaram resultado. Desta forma, a 5ª Região Fiscal cumpriu 106,67% da meta, se posicionando no 2º lugar dentre as regiões fiscais.</p> <p>A 5ª RF vem obtendo sistematicamente, desde 2009, um desempenho superior a 90% neste indicador. Este resultado reflete positivamente a qualidade dos dossiês gerados pelas equipes de pesquisa e seleção da 5ª RF e a decisiva contribuição da região para o resultado final da RFB.</p> <p>A ampliação do universo fiscalizável em 2013 (com a possibilidade de redistribuição de dossiês/ações fiscais de outras regiões fiscais definida na Portaria Coana nº 69/2012) e o maior compartilhamento de linhas de pesquisa entre as regiões fiscais certamente resultou na geração de dossiês de pesquisa e seleção em maior quantidade e com maior grau de acerto no resultado final da execução das ações fiscais.</p>			
Pontos críticos:	A principal dificuldade da área de pesquisa e seleção da 5ª RF está na geração de novos dossiês para fiscalização aduaneira de zona secundária, em função do reduzido número de contribuintes jurisdicionados na Região Fiscal com indícios de irregularidades nas operações de comércio exterior.			
Observações:	Nada a acrescentar.			

Fonte: Sage-RFB

Quadro 25: ÍNDICE DE SOLUÇÃO DE CONSULTAS

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas.			
Fórmula de cálculo:	$\text{Número de consultas respondidas} / (\text{acervo de consultas aguardando solução} + \text{número de consultas recebidas no período})$.			
Fonte dos Dados:	Levantamento manual.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	68,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
28,32	68,87	77,78	94,76	
Análise de Desempenho				
Situação em 2013:	<p>Apesar de ter iniciado o ano de 2013 com um estoque elevado de processos de consulta (83 processos), a 5ª Região Fiscal conseguiu reduzir significativamente o estoque ainda no 1º semestre, tendo cumprido a meta anual já no mês de junho. Isso foi possível graças à dedicação da reduzida equipe de servidores da Divisão de Tributação (Disit) – regimentalmente responsável pelo tratamento das consultas na Superintendência – e também à realização de um esforço concentrado regional para análise de consultas externas, com mobilização de servidores das unidades locais.</p> <p>A Divisão terminou o ano de 2013 com 10 processos de consulta no estoque.</p>			

Pontos críticos:	Há outras demandas decorrente de atribuição regimental que não são levadas em conta para o cálculo do indicador, como por exemplo, consultas das unidades locais, análise de recursos hierárquicos e prestação de informações em Mandado de Segurança. Tais demandas concorreram com a atividade de solução de consultas, impondo dificuldades à atuação da Divisão de Tributação, especialmente no contexto de limitação do quadro de servidores.
Observações:	Com a edição da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, alterando a sistemática do processo de consulta (gerenciamento centralizado do estoque dos processos em nível nacional), o cálculo do índice de solução de consulta ficou prejudicado. No último trimestre de 2013, em razão da nova sistemática, não foram encaminhados processos de consulta para a Divisão de Tributação. Em vez disso, foi criado o Grupo de Trabalho de Triagem (GT-Triagem), administrado pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), para gerenciar os processos de consulta. Com isso, as unidades preparadoras passaram a enviar os processos de consultas diretamente para o GT-Triagem. Ainda não foi estabelecido como será o índice de solução de consultas para 2014.

Fonte: Sage-RFB

Quadro 26: ÍNDICE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO SUB JUDICE CONTROLADO EM PROCESSOS

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir a relação entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.			
Fórmula de cálculo:	Relação percentual entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.			
Fonte dos Dados:	DW-Devedores.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suara/RFB	Percentual	Positiva	94,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
95,90	96,30	98,00	97,50	
Análise de Desempenho				
Situação em 2013:	O indicador mede o esforço das unidades para analisar e validar as informações declaradas em DCTF quanto à ocorrência de suspensão da exigibilidade de créditos tributários por medida judicial, e o subsequente controle desses débitos suspensos em processo nos sistemas informatizados da RFB. A 5ª Região Fiscal conseguiu manter um bom desempenho desde o início do ano e ficou muito próxima de atingir no final de 2013 a totalidade dos créditos sub judice controlados em processo. O resultado da 5ª RF (97,50%) superou a média nacional (92,4%) e representou significativa redução do estoque dos créditos tributários suspensos pendentes de validação – 61% a menos em relação ao início de 2012.			
Pontos críticos:	Apesar da regularidade do cumprimento da meta pela 5ª RF ao longo de 2013, a base de créditos tributários com exigibilidade suspensa é dinâmica e pode variar muito de um mês para o outro. Pode ocorrer de uma unidade trabalhar praticamente todo o estoque de um mês, mas no mês ocorrer o ingresso de novos créditos tributários suspensos que superem o que foi trabalhado e então a unidade ter queda do indicador no trimestre.			
Observações:	Nada a acrescentar.			

Fonte: Sage-RFB

Quadro 27: PERCENTUAL DE SERVIÇOS ATENDIDOS COM TEMPO MÉDIO DE ESPERA MENOR OU IGUAL A 15 MINUTOS (TME 15)

Descrição do Indicador											
Finalidade:	Aferir o percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos nas unidades de atendimento.										
Fórmula de cálculo:	[(Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos) / (quantidade de atendimento presencial)] x 100.										
Fonte dos Dados:	Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.										
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:							
Suara/RFB	Percentual	Positiva	84,00	Trimestral							
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
35,88	83,39	96,77	96,31	97,50	92,97	76,69	90,40	77,39	83,67	76,45	38,99
Análise de Desempenho											
Situação em 2013:	<p>Foram prestados presencialmente mais de 1,1 milhão (1.184.716) de serviços nas unidades de atendimento da RFB na 5ª RF ao longo do ano de 2013. Apesar de o tempo médio de espera por atendimento na 5ª Região Fiscal ter ficado abaixo de 15 minutos (12 minutos e 54 segundos), a região obteve resultados oscilantes em relação à meta de percentual dos serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos, variando desde 35,88% (em janeiro) até 97,50% (em maio).</p> <p>O acompanhamento dos resultados visando ao atingimento da nova meta (estipulada em 84%) é uma constante por parte de todas as Delegacias que compõem a região, o que não impediu o desempenho abaixo do esperado, em alguns meses do ano. Esse resultado, deveu-se, sobretudo, à carência de servidores no atendimento presencial, com a saída de pessoal das unidades, agravada pelos afastamentos legais previstos em lei como férias, recesso de final de ano e licenças médicas.</p> <p>Nas unidades onde o número de servidores é pequeno, qualquer ausência causa grande impacto. Além disso, houve unidade onde a mudança de chefia e a chegada de novos servidores trouxe ajustes significativos aos procedimentos em curso. Vale ressaltar que ocorrências como instabilidade e quedas constantes dos sistemas, além do aumento da demanda em função do cumprimento de alguns prazos, apesar de afetarem indistintamente a rede de atendimento em todo o Brasil, quando ocorrem em unidades com deficit de pessoal, encontram maior dificuldade de contorno. Geralmente é necessária a tomada de ações possíveis apenas no médio e longo prazos, não se refletindo no resultado imediato.</p>										
Pontos críticos:	A questão da sazonalidade nos meses de janeiro, julho e dezembro, com o acúmulo de férias dos servidores e perda de pessoal, impactaram significativamente os resultados da 5ª RF nesses meses.										
Observações:	Nada a acrescentar.										

Fonte: Sage-RFB

Quadro 28: INDICADOR DE TEMPO MÉDIO DE ESTOQUE DE RESTITUIÇÕES PENDENTES

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir o tempo médio do estoque de pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso pendentes (PER).			
Fórmula de cálculo:	(Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes.			
Fonte dos Dados:	DW-PERDCOMP.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suara/RFB	Dias	Negativa	741,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1.146,00	947,00	837,00	759,00	

Análise de Desempenho	
Situação em 2013:	A 5ª Região Fiscal encerrou o ano de 2013 com um tempo médio de estoque bastante próximo da meta estipulada. Para a otimizar a aplicação dos esforços regionais, a Divisão de Arrecadação e Cobrança (Dirac) da 5ª RF efetuou no início de 2013 um ajuste nas metas locais de tratamento de pedidos eletrônicos de restituição (PER) pendentes de análise. A Dirac excluiu das metas os PER “exauridos”, ou seja, aqueles pedidos eletrônicos de restituição vinculados a declarações de compensação (Dcomp) onde o crédito havia sido consumido totalmente na compensação de débitos, não havendo o que restituir. Embora amplamente discutido com a Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição (Corec) e havendo a sua concordância, a Corec não excluiu os PER “exauridos” do estoque inicial na apuração do resultado anual. Por conta disso, o cumprimento pleno da meta foi comprometido
Pontos críticos:	Se os PER “exauridos” continuarem no estoque inicial, a 5ª RF não atinge a meta. A Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara), à qual a Corec está vinculada, já decidiu que esses casos serão excluídos do estoque para o acompanhamento da meta em 2014.
Observações:	Nada a acrescentar.

Fonte: Sage-RFB

Quadro 29: GRAU DE FLUIDEZ NO DESPACHO DE IMPORTAÇÃO

Descrição do Indicador											
Finalidade:	Medir a fluidez do despacho de importação.										
Fórmula de cálculo:	Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês.										
Fonte dos Dados:	GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.										
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:							
Suari/RFB	Percentual	Positiva	80,39	Trimestral							
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
79,10	79,24	78,35	78,48	77,77	77,80	77,14	77,42	77,71	77,83	77,84	77,26
Análise de Desempenho											
Situação em 2013:	Em 2013, a 5ª Região Fiscal processou ao todo 33.582 declarações de importação, sendo que, desse total, mais de 3/4 (três quartos) foram desembaraçados em menos de 1 (um) dia, o que permitiu que a região apresentasse ao final do exercício um desempenho próximo à meta esperada. Mesmo com um crescimento de cerca de 4,5% na quantidade de declarações de importação processadas na 5ª RF (foram 32.123 declarações processadas em 2012), a região conseguiu obter em 2013 um resultado melhor para este indicador na comparação com o ano anterior, com conseqüente contribuição positiva para o resultado final da RFB.										
Pontos críticos:	Este indicador não está diretamente associado à gestão interna das unidades locais, refletindo, em regra, o percentual de declarações de importação parametrizadas para o canal verde do SISCOMEX, cujo desembaraço ocorre com maior rapidez. O resultado vem sendo impactado negativamente pelo aumento do quantitativo de declarações de importação retiradas do canal verde e selecionadas para conferência documental e/ou física na IRF-Aratu/Candeias.										
Observações:	Nada a acrescentar.										

Fonte: Sage-RFB

Quadro 30: TEMPO MÉDIO BRUTO NO DESPACHO ADUANEIRO DE EXPORTAÇÃO

Descrição do Indicador											
Finalidade:		Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.									
Fórmula de cálculo:		Somatório dos tempos entre a recepção de cada declaração de exportação e o respectivo desembarço dividido pela quantidade de declarações de exportação desembarçadas.									
Fonte dos Dados:		GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.									
Responsável:		Unidade de Medida:		Polaridade:		Meta:		Análise:			
Suari/RFB		Dias		Negativa		0,20		Trimestral			
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,28	0,19	0,15	0,20	0,21	0,16	0,16	0,17	0,18	0,31	0,12	0,05
Análise de Desempenho											
Situação em 2013:		<p>A 5ª Região Fiscal cumpriu a meta definida pela Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana) para o tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação, fechando o ano com o tempo inferior à meta de 0,20 dias. Em 2013, foram processadas ao todo na 5ª RF 23.464 declarações de exportação (DE), num tempo médio de 0,19 dia (aproximadamente 4 horas e 34 minutos). Este resultado reflete a continuidade da regularidade dos anos anteriores e a contínua contribuição da 5ª RF para o alcance da meta nacional pela RFB.</p> <p>No âmbito da 5ª RF, foi definida meta regional de 0,18 dias, valor menor do que a meta da Coana, mediante negociação de meta específica com as unidades que representam maior impacto sobre este indicador: as Alfândegas do Porto e do Aeroporto de Salvador.</p>									
Pontos críticos:		Eventuais distorções em determinados períodos podem ser atribuídas aos despachos <i>a posteriori</i> , que influenciam negativamente no resultado final, embora sem prejuízo aos exportadores no embarque das cargas para exportação.									
Observações:		Nada a acrescentar.									

Fonte: Sage-RFB

Quadro 31: ÍNDICE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO GARANTIDO

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir a relação entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total de crédito tributário.			
Fórmula de cálculo:	Relação percentual entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total do crédito tributário sujeito a garantia.			
Fonte dos Dados:	Sistemas DW-Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suara/RFB	Percentual	Positiva	16,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
10,90	11,60	11,80	35,70	
Análise de Desempenho				
Situação em 2013:	<p>A 5ª Região Fiscal apresentou em 2013 um resultado bastante superior ao registrado em 2012 (7,30%) e acima da média nacional (17,00%).</p> <p>Entretanto, o atingimento da meta deste indicador ocorreu basicamente por terem sido excluídos da meta os débitos de contribuinte optante pelo parcelamento da Medida Provisória nº 470/2009, que compensou parte dos seus débitos com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa. Os valores utilizados nessa compensação estão sendo objeto de apuração numa ação fiscal em andamento (vide campo “Pontos Críticos” do Quadro 34, relativo ao Indicador Global de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes – IGAM), e somente após a conclusão desse trabalho é que será possível definir qual a extensão necessária das medidas para garantia do crédito tributário. Estes débitos representavam 64% dos débitos a serem arrolados na 5ª RF. Só com a exclusão desses débitos da meta, o índice saltou de 10% para 30%, garantindo que a 5ª RF ultrapassasse a meta estipulada para o ano.</p> <p>Merece destaque a atuação das projeções da área de fiscalização da 5ª RF, que efetuaram a maior parte dos arrolamentos realizados na região, contribuindo significativamente para o resultado regional.</p>			
Pontos críticos:	A sistemática do arrolamento é relativamente recente nas projeções da área de arrecadação e cobrança nas unidades, sendo natural o período de adaptação, razão pela qual a sua participação no resultado do indicador ainda não é tão expressiva. Há necessidade de se reforçar a capacitação do pessoal e incentivar a prática do arrolamento nas projeções da área de arrecadação e cobrança, de modo a otimizar os resultados da 5ª RF em relação a este indicador.			
Observações:	Nada a acrescentar.			

Fonte: Sage-RFB

Quadro 32: ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DA META DAS OPERAÇÕES DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO ADUANEIRA

Descrição do Indicador											
Finalidade:	Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.										
Fórmula de cálculo:	$\text{Pontuação realizada no período} / \text{Pontuação prevista no período} \times 100,$ <p>onde:</p> $\text{Pontuação} = (\text{quantidade de operações de pequeno porte} \times 1) + (\text{quantidade de operações de médio porte} \times 2) + (\text{quantidade de operações de grande porte} \times 4)$										
Fonte dos Dados:	Controles gerenciais da Cofir, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.										
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:							
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral							
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
100,00	120,00	118,18	121,43	100,00	108,70	106,90	108,82	107,89	107,14	104,44	108,00

Análise de Desempenho	
Situação em 2013:	Foram realizadas ao todo 33 operações de repressão em 2013 pela 5ª Região Fiscal, 11,86% a mais do que a previsão (28 operações). Quando levada em conta a ponderação de acordo com o porte da operação (pequena, média ou grande), a região alcançou 54 pontos no cálculo do indicador, correspondendo a 108,00% da meta definida para o ano. O desempenho é compatível com o verificado em nível nacional, cujo resultado correspondeu a 113,39% da meta.
Pontos críticos:	A 5ª Região Fiscal conseguiu executar em 2013 praticamente a mesma quantidade de operações realizadas no ano de 2012, quando foram realizadas 32 ações, mesmo com a drástica redução da equipe da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp), que é regimentalmente responsável pelo planejamento e condução das operações. Isso foi possível graças à dedicação da equipe, porém a redução do quadro funcional trouxe dificuldades operacionais que se refletiram na redução do valor total das apreensões no ano de 2013 (vide Quadro 33). As dificuldades impactam diretamente o processo de pesquisa e seleção dos alvos, bem como o planejamento das operações, tendo em vista a necessidade de mobilização de servidores para a execução em detrimento da realização dessas atividades estratégicas, com risco de comprometimento do resultado final.
Observações:	Nada a acrescentar.

Fonte: Sage-RFB

Quadro 33: VALOR DAS APREENSÕES PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO ADUANEIRA

Descrição do Indicador												
Finalidade:	Mensurar o valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.											
Fórmula de cálculo:	Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.											
Fonte dos Dados:	Levantamento manual.											
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:								
Suari/RFB	Milhões de R\$	Positiva	13,77	Trimestral								
Resultados Alcançados												
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
0,12	0,77	2,83	2,98	3,24	3,25	3,51	3,78	3,82	3,90	3,94	4,04	
Análise de Desempenho												
Situação atual:	A 5ª Região Fiscal encerrou o ano de 2013 com um saldo de apreensões bastante inferior à meta estipulada.											
Pontos críticos:	Como destacado na análise do quadro anterior, a redução do quadro funcional ao longo do ano de 2013, trouxe severas dificuldades operacionais à Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp), que é regimentalmente responsável pelo planejamento e condução das operações. As dificuldades impactam diretamente o processo de pesquisa e seleção dos alvos, bem como o planejamento das operações, tendo em vista a necessidade de mobilização de servidores para a execução em detrimento da realização dessas atividades estratégicas, com risco de comprometimento do resultado final. Há que se considerar também a possibilidade de ocorrência de superestimativa da meta. Outras regiões fiscais com situação similar em termos de capacidade operacional e perfil dos alvos apresentaram metas bastante inferiores para o ano de 2013, e em consonância com o desempenho alcançado pela 5ª RF: - 3ª Região Fiscal: 6,31 milhões de reais - 4ª Região Fiscal: 4,24 milhões de reais											
Observações:	Nada a acrescentar.											

Fonte: Sage-RFB

Quadro 34: INDICADOR GLOBAL DE ACOMPANHAMENTO DOS MAIORES CONTRIBUENTES (IGAM)

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas.			
Fórmula de cálculo:	$(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$.			
Fonte dos Dados:	Sistema Ação Fiscal e Sistemas da Arrecadação.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
19,88	39,39	62,49	94,00	
Análise de Desempenho				
Situação em 2013:	Este indicador é estabelecido pela ponderação entre IPT – Indicador de tratamento do Passivo Tributário (com peso de 40%), IDA – Indicador de Distorções de Arrecadação (com peso de 25%) e ISE – Indicador do Setor Econômico (com peso de 35%).			
	<p>Indicador de Distorções de Arrecadação (IDA) – Este indicador tem como finalidade medir o esforço das unidades na identificação e análise das quedas de arrecadação de contribuintes de porte diferenciado sob sua jurisdição, conforme critérios estabelecidos nacionalmente pela Coordenação-Especial de Maiores Contribuintes (Comac). A 5ª Região Fiscal figurou com o melhor desempenho relativo do Brasil no acompanhamento das quedas de arrecadação em 2013, graças ao bom trabalho desenvolvido pelas Equipes de Monitoramento de Grandes Contribuintes, localizadas nas Delegacias da 5ª RF. Foram efetuadas ao todo 494 análises, 37,2% acima da meta definida para a região (360). Também em termos de valor analisado. O resultado em termos de valores analisados foi ainda melhor: com a análise de mais de 1,4 bilhão de reais em quedas de arrecadação, a 5ª RF superou em 77,74% a meta estipulada.</p>			
	<p>Indicador do Setor Econômico (ISE) – Este indicador tem como finalidade medir o esforço das unidades na análise de contribuintes de porte diferenciado sob sua jurisdição, utilizando a Metodologia do Setor Econômico (MSE) aprovada pela Comac. A 5ª RF realizou o levantamento de 11 contribuintes utilizando a metodologia definida, quando a meta eram 10.</p>			
	<p>IPT – Indicador de Tratamento do Passivo Tributário – Este indicador é composto por 4 (quatro) índices que têm como finalidade medir o esforço das unidades na adoção de medidas para tratamento do passivo tributário dos contribuintes diferenciados sob sua jurisdição:</p> <ul style="list-style-type: none"> • IDN = Índice de tratamento das declarações de compensação (DCOMP) não abrangidas pelo Sistema de Controle de Créditos (SCC); • IMV = Índice de tratamento de débitos vinculados a ações judiciais a validar; • IPJ = Índice de tratamento dos processos suspensos por medida judicial sem análise há mais de um ano; • ISP = Índice de tratamento dos processos suspensos administrativamente em órgãos preparadores. <p>A 5ª RF conseguiu superar a meta em três dos quatro índices que compõem o IPT. O único índice que em que a região obteve desempenho abaixo da meta foi o ISP, conforme demonstrado no campo “Pontos Críticos” a seguir. Em função disso, a 5ª RF não logrou alcançar a meta do IPT, embora tenha apresentado resultado considerado satisfatório (85,00%).</p> <p>Apesar de ter cumprido totalmente as metas estabelecidas para os indicadores IDA e ISE, por conta do não cumprimento do indicador IPT, a 5ª RF encerrou o ano com o resultado de 94,00% para o IGAM.</p>			

Pontos críticos:	Na consolidação dos resultados do plano de trabalho proposto pela Coordenação-Especial de Maiores Contribuintes (Comac), a 5ª RF apresentou um percentual de 57% de cumprimento na ação " <u>Processos Suspensos administrativamente em órgãos preparadores</u> ", que corresponde ao índice ISP. O não atingimento da meta do ISP deve-se em razão da existência de processos de contribuinte diferenciado da jurisdição da 5ª RF. Esses processos têm seus débitos parcelados na sistemática prevista na Medida Provisória nº 470/2009 e estão aguardando a finalização da consolidação desse parcelamento para apurar se os valores recolhidos pelo contribuinte foram suficientes para quitação. Tendo em vista o vultoso montante de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa utilizados como crédito pelo contribuinte, foi iniciada uma ação fiscal para solucionar a questão. Apenas após a conclusão dessa apuração, prevista para ocorrer em meados de 2014, é que será possível consolidar definitivamente o parcelamento e, com isso, alterar a situação desses processos.
Observações:	Nada a acrescentar.

Fonte: Sage-RFB

Quadro 35: ÍNDICE DE GESTÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade, bem como a quantidade de horas de treinamento por servidor no exercício.			
Fórmula de cálculo:	$\{0,6 \times [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação / total\ de\ treinandos\ sem\ repetições) / meta]\} + \{0,4 \times [(total\ de\ treinandos\ capacitados\ sem\ repetições / total\ de\ servidores\ em\ exercício) / meta]\}$.			
Fonte dos Dados:	Siscad			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
19,65	65,06	85,29	123,22	
Análise de Desempenho				
Situação em 2013:	Em 2013, foram capacitados na 5ª Região Fiscal 968 de um total de 1.327 servidores em exercício na RF, representando uma amplitude de capacitação de 72,95%, resultado praticamente estável em relação ao apresentado no ano de 2012 (72,89%), e ligeiramente abaixo da meta estabelecida para o ano de 2013 (75,00%). Por outro lado, a 5ª Região Fiscal obteve desempenho destacado no aprofundamento da capacitação, segunda vertente que compõe o indicador. Foram destinadas 48.972 horas de treinamento aos servidores, 32,9% a mais que o aplicado em 2012 (36.845 horas), o que representou uma profundidade de capacitação de 50,59 horas/servidor, resultado bastante superior à meta estipulada (36,00 horas/servidor). A conjugação de resultados em relação às duas vertentes que compõem o índice (amplitude e profundidade) assegurou o sucesso da 5ª RF no cumprimento da meta.			
Pontos críticos:	Assim como em 2012, as limitações institucionais definidas em 2013 para o volume de diárias a serem concedidas para cada servidor e, também, para o contingente de servidores que podem participar de cada evento de capacitação, apesar de visarem à economia dos escassos recursos destinados à capacitação, acabaram por dificultar a evolução da quantidade servidores treinados e sobre a quantidade de horas de capacitação programadas. A disponibilidade limitada de instrutores internos em relação às necessidades regionais de treinamento também é um fator que segue impactando significativamente os resultados.			
Observações:	Impactaram positivamente os resultados da 5ª Região Fiscal na área de capacitação: <ul style="list-style-type: none"> • A implementação do Projeto Regional de Desenvolvimento Gerencial da 5ª Região Fiscal, com oferta de vagas a dirigentes e respectivos substitutos em Unidades jurisdicionadas à 5ª Região Fiscal; • O incentivo à realização de eventos sem custos e com custos reduzidos, para favorecer a maximização dos recursos do Programa de Educação Corporativa (Proeduc) 2013 destinados à 5ª Região Fiscal; • Desenvolvimento de eventos de capacitação vinculados a projetos que privilegiam a saúde e qualidade de vida dos servidores. 			

Fonte: Sage-RFB

Quadro 36: NÍVEL DE ADEQUAÇÃO IMOBILIÁRIA (NAI)

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.			
Fórmula de cálculo:	Média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60, peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60 mas superior ou igual a 40, e peso 3 para os imóveis com pontuação inferior a 40.			
Fonte dos Dados:	Sistema Edifica			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	54,25	Semestral
Resultados Alcançados				
1º Semestre			2º Semestre	
49,87			50,84	
Análise de Desempenho				
Situação em 2013:	<p>As equipes de logística da 5ª RF desenvolveram um árduo trabalho ao longo do ano de 2013 para viabilizar as ações previstas no Plano de Engenharia da RFB, com o objetivo de elevar o nível de adequação dos imóveis da jurisdição. O Quadro 46 sintetiza as iniciativas do Plano de Engenharia da RFB executadas na 5ª RF.</p> <p>Entretanto, os avanços obtidos no NAI das unidades da 5ª RF ainda é modesto, tendo em vista que os resultados de obras e serviços de engenharia são, em sua maioria, de médio e longo prazo, já que além de se licitar o projeto e a execução da obra, tem-se que aguardar a execução e o recebimento da obra para que a adequação se materialize e torne-se visível no indicador.</p>			
Pontos críticos:	Nada a destacar.			
Observações:	Nada a acrescentar.			

Fonte: Sage-RFB

Quadro 37: NÍVEL DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE INFORMATIZADO ÀS NOVAS FERRAMENTAS (NAF)

Descrição do Indicador											
Finalidade:	Apurar o nível de adequação e aprofundamento das ferramentas do ambiente informatizado.										
Fórmula de cálculo:	$[(IWC = \text{Indicador de webconference} \times 0,20) + (IRM = \text{Indicador de RFBMail} \times 0,10) + (IRS = \text{Indicador de rede sem fio} \times 0,10) + (IAC = \text{Indicador do acelerador wan} \times 0,20) + (IDK = \text{Indicador de estações de trabalho do tipo desktop} \times 0,20) + (INB = \text{Indicador de estações de trabalho do tipo notebook} \times 0,20)] \times 100.$										
Fonte dos Dados:	Levantamento com base em questionário.										
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:							
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	90,00	Trimestral							
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
97,93	98,49	98,77	98,77	98,77	98,77	98,77	99,33	99,38	100,00	100,00	100,00
Análise de Desempenho											
Situação atual:	<p>Desde a implantação do indicador, em junho de 2012, a SRRF05, por meio de sua Divisão de Tecnologia da Informação – Ditec – tem atuado fortemente junto a todas as unidades jurisdicionadas, divulgando sua importância e passando orientações para que fosse alcançada rapidamente a meta estipulada pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – Cotec.</p> <p>Embora a meta estipulada seja de 100%, a RFB aceita valores acima de 98% como realização da meta (faixa de tolerância). No ano de 2013, desde janeiro, a 5ª RF conseguiu manter o NAF em valores superiores aos 98% esperados pela RFB, alcançando desde outubro o valor de 100%. Ressalte-se que, em 2013, a 5ª RF foi a única região que superou, concomitantemente, o patamar de 98% nos dois indicadores de gestão da Tecnologia da Informação da RFB (NAF e NIT – vide Quadro 38).</p>										
Pontos críticos:	Nada a destacar.										
Observações:	Nada a acrescentar.										

Fonte: Sage-RFB

Quadro 38: NÍVEL DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA (NIT)

Descrição do Indicador											
Finalidade:	Apurar o nível de adequação da infraestrutura tecnológica.										
Fórmula de cálculo:	[(IA = Estações de trabalho adequadas x 0,20) + (IB = Estações de trabalho gerenciadas pela solução de segurança x 0,20) + (IC = Usuários com obrigatoriedade de acesso à rede Windows via certificação digital x 0,20) + (ID = Controladores de domínio (DC) Windows sem erros de replicação x 0,20) + (IE = Utilização da banda dos circuitos de rede wan x 0,20)] x 100.										
Fonte dos Dados:	Levantamento com base em questionário										
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:							
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral							
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
93,11	93,15	99,15	93,15	92,97	92,85	95,81	98,24	98,18	97,99	98,91	98,96
Análise de Desempenho											
Situação atual:	<p>Desde a implantação do indicador, em junho de 2012, a SRRF05, por meio de sua Divisão de Tecnologia da Informação – Ditec – tem atuado fortemente junto a todas as unidades jurisdicionadas, divulgando sua importância e passando orientações para que fosse alcançada rapidamente a meta estipulada pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – Cotec.</p> <p>Embora a meta estipulada seja de 100%, a RFB aceita valores acima de 98% como realização da meta (faixa de tolerância). No ano de 2013, desde janeiro, a 5ª RF conseguiu manter o NIT em valores superiores a 90% e, durante cinco meses, alcançou os 98% esperados pela RFB.</p> <p>Ressalte-se que, em 2013, a 5ª RF foi a única região que superou, concomitantemente, o patamar de 98% nos dois indicadores de gestão da Tecnologia da Informação da RFB (NIT e NAF – vide Quadro 37).</p> <p>Em geral, a 5ª RF atua com resultado pleno (100%) nos seguintes subindicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IA = Estações de trabalho adequadas; - ID = Controladores de domínio (DC) Windows sem erros de replicação; e, - IE = Utilização da banda dos circuitos de rede wan. <p>Para os outros dois subindicadores, a 5ª RF encontra algumas limitações, que são responsáveis pela não consecução da meta do NIT em alguns meses de 2013:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IB = Estações de trabalho gerenciadas pela solução de segurança; e, - IC = Usuários com obrigatoriedade de acesso à rede Windows via certificação digital. 										
Pontos críticos:	<p>Em relação ao subindicador IB (Estações de trabalho gerenciadas pela solução de segurança), a RFB adota faixas de desempenho na fórmula de cálculo, de modo que, caso não seja alcançado o valor de 98% ou superior, o índice considerado será de 70%, ou seja, este valor de 70% é obtido quando o N° de estações gerenciadas / pelo N° de estações = “B” for $0,9 \leq \text{“B”} < 0,98$. O próximo nível de desempenho (100%) só é obtido se a divisão acima indicada for superior ou igual a 0,98, o que é muito difícil de ser alcançado.</p> <p>Em relação ao subindicador IC (Usuários com obrigatoriedade de acesso à rede Windows via certificação digital), na prática não se consegue efetivamente alcançar e manter o nível máximo (100%), pois o indicador reflete uma posição que se altera diariamente. A situação é agravada porque em muitos casos (por exemplo, nas Agências da RFB) há necessidade de deslocamentos intermunicipais dos servidores para a regularização dos certificados digitais, procedimento que é realizado nas projeções de tecnologia situadas nas unidades maiores, como as Delegacias. Isso dificulta o bom desempenho esperado. A 5ª RF apresentou em 2013 um IC médio de 94%, o que ainda se mostra razoável frente ao índice médio de 87% apresentado pela RFB.</p>										
Observações:	Nada a acrescentar.										

Fonte: Sage-RFB

Quadro 39: ÍNDICE DE GESTÃO DE MERCADORIAS APREENDIDAS (IGMA)

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Apurar o desempenho da gestão de mercadorias apreendidas, considerando: valor arrecadado em leilões (ILE), o estoque base (IEB) e os processos fiscais antigos (IPF).			
Fórmula de cálculo:	$[(0,4 \times ILE) + (0,3 \times IEB) + (0,3 \times IPF)],$ onde: ILE = valor arrecadado em leilões; IEB = estoque base; IPF = processos fiscais antigos.			
Fonte dos Dados:	Sistema CTMA			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
5,83	34,00	38,43	40,00	
Análise de Desempenho				
Situação em 2013:	<p>Este indicador é estabelecido pela ponderação entre ILE – Índice de Valor Arrecadado em Leilões (com peso de 40%), IEB – Índice de Redução do Estoque-Base (com peso de 30%) e IPF – Índice de Tratamento de Processos Fiscais Antigos (com peso de 30%). Apesar dos esforços empreendidos, a 5ª Região Fiscal conseguiu cumprir apenas o ILE, que mede o valor arrematado em leilões de mercadorias apreendidas realizados na região, em relação à meta estipulada pela Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol). O valor arrematado em leilões de mercadorias na 5ª RF em 2013 foi de quase 2 milhões de reais (R\$1.984.870,00), superior à meta estipulada para o ano (R\$1.920.480,00) e 42,17% maior que o obtido em 2012 (R\$1.396.068,00).</p> <p>Os resultados não se mostraram positivos para os outros dois componentes do indicador (IEB e IPF), por conta principalmente dos motivos explicitados em detalhe no campo “Pontos críticos” a seguir. Em razão disso, a 5ª RF não cumpriu a meta estipulada para o IGMA no ano de 2013.</p> <p>Convém destacar que a Região obteve um incremento de 132% do conjunto dos valores de saídas de mercadorias por leilão, incorporação, doação e destruição (2012 = R\$7.993.517,30 e 2013 = R\$18.565.671,36), sendo que em relação às saídas por destruição o incremento foi de 167,21% (2012 = R\$3.138.881,76 e 2013 = R\$8.387.541,05).</p>			
Pontos críticos:	<p>IPF – Índice de Tratamento de Processos Fiscais Antigos: A partir do 3º trimestre de 2013, o limite imposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para o pagamento de diárias e passagens impactou severamente as atividades da Região Fiscal, e impossibilitou a saída de 104 processos, contendo mercadorias passíveis de destruição (celulares, baterias, carregadores, cabos USB e outros acessórios; relógios; óculos e cigarros) de um total de 236 processos existentes em custódia. Os deslocamentos geralmente são necessários para a execução dos procedimentos de destruição das mercadorias indicadas acima, uma vez que não existem empresas especializadas no coprocessamento de mercadorias desta natureza no âmbito da 5ª RF. Por conta dessas limitações, a 5ª RF não conseguiu atingir a meta de redução de 10% no estoque de processos parados há mais de 360 dias.</p> <p>IEB – Índice de Redução do Estoque Base: A 5ª RF também não conseguiu cumprir a meta de redução de 30% do estoque-base de mercadorias apreendidas, que era de aproximadamente 42 milhões de reais no início de 2013 (R\$42.094.184,47). Em vez disso, houve acréscimo significativo, e a 5ª RF encerrou 2013 com um estoque-base avaliado em R\$107.165.316,98. Contribuíram para esse acréscimo duas situações, a seguir detalhadas:</p> <p>a) Elevação significativa do estoque devido à apreensão de embarcação de luxo de altíssimo valor agregado (R\$ 60 milhões), para a qual ainda não há definição de procedimento a ser adotado para destinação, apesar de já ter sido feita a análise de riscos e encaminhadas ao órgão central as alternativas de ação possíveis para o caso.</p>			

	b) Manutenção do estoque de mercadorias apreendidas na Operação Persona, realizada em 2007. As mercadorias permaneceram por um longo tempo indisponíveis para destinação devido a uma medida judicial e, em 2013, os equipamentos em sua maioria não se mostraram atrativos para leilão e para órgãos públicos, o que tem dificultado sobremaneira a sua destinação. Após várias tentativas, a 5ª Região Fiscal conseguiu efetuar destinações por leilão e incorporação de parte do material apreendido. As destinações desses produtos em 2013 alcançaram um valor total de R\$5.199.691,23. Por outro lado, no final de 2013, outra parte do material apreendido – equivalente à que foi destinada em termos de valor (R\$5.154.079,62) – foi liberada de pendências judiciais, contribuindo para a elevação do estoque-base da região.
Observações:	Nada a acrescentar.

Fonte: Sage-RFB

Quadro 40: NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS DESPESAS DE CUSTEIO

Descrição do Indicador											
Finalidade:	Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação ao teto definido para as despesas de custeio.										
Fórmula de cálculo:	[Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de custeio anual da RF] x 100.										
Fonte dos Dados:	SIAFI.										
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:							
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral							
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,21	7,39	12,09	22,15	30,43	37,32	45,21	54,74	64,89	69,90	71,79	91,27
Análise de Desempenho											
Situação em 2013:	<p>A 5ª Região Fiscal alcançou para este indicador um desempenho considerado satisfatório, encerrando o ano de 2013 com uma execução orçamentária de custeio no valor de R\$25.812.874,55, correspondente a 91,27% do teto disponível para a região. Esse valor só não foi maior devido às limitações impostas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) no processo de contingenciamento orçamentário, com a criação de tetos específicos por grupos de despesas, que em alguns casos foram alcançados pela 5ª RF.</p> <p>Diante da restrição orçamentária vivenciada em 2013, tornou-se fundamental a otimização de recursos e um maior controle dos gastos. Para tanto, a 5ª RF manteve a sistemática adotada em 2012 em que os tetos de cada unidade gestora eram distribuídos em valores fixos mensais definidos logo após o estabelecimento dos limites regionais. No decorrer do ano, as solicitações eram atendidas na programação mensal obrigatória e, no decorrer do mês, à medida que fossem sendo feitas novas solicitações e mediante disponibilidade em caixa. Os valores enviados a maior em um mês eram reduzidos nos meses seguintes. Todos os meses, os gestores recebiam a informação do seu teto ajustado com os valores recebidos a maior ou menor no mês anterior. Desta forma, conseguiu-se uma maior transparência e envolvimento das unidades nos problemas enfrentados em relação ao orçamento.</p>										
Pontos críticos:	Nada a destacar.										
Observações:	Nada a acrescentar.										

Fonte: Sage-RFB

Quadro 41: NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS DESPESAS DE INVESTIMENTOS

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação aos valores liberados para as despesas de investimentos.			
Fórmula de cálculo:	$(0,4 \times \text{VALOR.MP}) + \{0,6 \times [(0,6 \times \text{VALOR.OBRAS}) + (0,4 \times \text{QTDE.OBRAS})]\}$, em que: <ul style="list-style-type: none"> • VALOR.MP = Valor Executado em investimentos para materiais permanentes (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em Investimentos para materiais permanentes. • VALOR.OBRAS = Valor Executado em Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em investimento para Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas. • QTDE.OBRAS = Quantidade de Obras/Serviços executados integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas / Total de Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas. 			
Fonte dos Dados:	SIAFI.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
0,32	4,22	8,45	48,03	
Análise de Desempenho				
Situação em 2013:	<p>Este indicador, criado em meados de 2012, teve a sua fórmula de cálculo modificada para o ano de 2013. Das três variáveis que passam a compor o indicador, a 5ª Região Fiscal obteve desempenho satisfatório apenas na variável QTDE.OBRAS. O bom desempenho nesta variável pode ser atribuído ao árduo trabalho desenvolvido pelas equipes de logística da 5ª RF para viabilizar as ações previstas no Plano de Engenharia da RFB, como já sinalizado na análise do Nível de Adequação Imobiliária (NAI). Foram executadas 34 das 41 obras previstas, conferindo à 5ª RF um resultado de 82,93% para esta variável. O Quadro 46 sintetiza as iniciativas do Plano de Engenharia da RFB executadas na 5ª RF. Os resultados não se mostraram positivos para as outras duas variáveis componentes do indicador (VALOR.MP e VALOR.OBRAS), por conta principalmente dos motivos explicitados em detalhe no campo “Pontos críticos” a seguir. Em razão disso, a 5ª RF não cumpriu a meta estipulada para o indicador no ano de 2013.</p>			
Pontos críticos:	<p>VALOR.OBRAS: A execução orçamentária e financeira de despesas de investimento na 5ª RF foi extremamente prejudicada pela não conclusão da licitação do Edifício-Sede da RFB em Salvador que, pelo montante de R\$ 15 milhões (quase 60% do valor destinado à 5ª RF no Plano de Engenharia da RFB), derrubou o indicador. Registre-se que essa licitação, cuja primeira sessão ocorreu no dia 17/10/2013, tem previsão de conclusão no final do primeiro trimestre de 2014.</p> <p>VALOR.MP: Em decorrência do quadro reduzido das equipes de logística da 5ª RF, que tiveram em 2013 a sua atenção voltada para as obras e serviços de engenharia da região), a execução de investimentos do tipo permanente foi baixa, perfazendo um total de R\$509.183,28, abaixo de 40% do total esperado para o ano de 2013. De outro lado, o teto de gastos com aquisição de material permanente definido para a 5ª RF em 2013 (R\$1.300.000,00) deveria ter sido revisado para baixo, considerando o fato de houve liberação significativa de recursos de investimentos no final do ano de 2012, o que permitiu que a região antecipasse boa parte das aquisições programadas para 2013.</p>			
Observações:	Nada a acrescentar.			

Fonte: Sage-RFB

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 5ª REGIÃO
FISCAL - SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 3: Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão
(Item 3, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

3.1 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Item 3.2 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 42: AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

Análise Crítica:

O preenchimento do Quadro Avaliação do Sistema de Controles da UJ é o resultado da análise qualitativa por parte do Gabinete da SRRF05, notadamente o Superintendente Regional, gestor da unidade, e seus Superintendentes Adjuntos, representando sua percepção holística sobre os processos e sua visão crítica.

Em relação ao ambiente de controle e seus procedimentos, a percepção é de que o órgão vem se aprimorando a cada ano, com ênfase para as ações preventivas, tais como: padronização de procedimentos, manualização de rotinas, controle de acesso a sistemas e informações, capacitação de servidores, divulgação de boas práticas, informatização de documentos e processos, mapeamento de processos, implementação da gestão de riscos, melhoria da comunicação interna, entre outras. Na área de detecção, é possível citar: o trabalho da corregedoria e da área de pesquisa e investigação, a atuação da auditoria interna, as ações de acompanhamento às deliberações dos órgãos de controle externo e interno e a atuação da ouvidoria.

Com relação à avaliação de riscos, de modo geral, os processos de trabalho da RFB, seus planos de ação e projetos são precedidos de criteriosos estudos técnicos e legais e de avaliação de riscos, mesmo que esta não esteja ainda totalmente amparada por uma metodologia uniforme (à exceção da avaliação de riscos de projetos estratégicos, cuja metodologia está descrita em manual aprovado pelo Secretário, sendo utilizada sistematicamente na etapa de planejamento). Em nível regional, avaliações de riscos relacionados aos processos de trabalho ainda são feitas essencialmente de forma empírica e intuitiva. Seguindo os princípios e diretrizes estipulados pela Norma ABNT NBR ISO 31000:2009, a RFB instituiu a sua Política de Gestão de Riscos, com a edição a Portaria nº 2.027, de 17/08/2012. Com esta iniciativa, aliada à estruturação e à capacitação de uma rede de gerenciamento de riscos, espera-se que a cultura e a metodologia de gestão de riscos sejam efetivamente padronizadas, disseminadas e implementadas internamente na instituição.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válida.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 5ª REGIÃO
FISCAL - SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 4: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
(Item 4, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

4.1 - Execução das Despesas

Item 4.1 da Portaria TCU nº 175/2013

4.1.1 - Movimentação de Créditos Interna e Externa

Item 4.1.2 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 43: MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	170010	170078	04365211020100001	-	-	329,60
Recebidos	170010	170078	04306211020120001	-	-	304,00
Recebidos	170010	170078	04331211020110001	-	-	2.638,57
Recebidos	170010	170078	04301211020040001	-	-	14.227,65
Recebidos	170010	170078	04125211020VF0001	-	-	1.087.823,87
Recebidos	170010	170078	04129211022380001	-	-	133.458,71
Recebidos	170010	170078	04122211020000001	-	-	25.159.663,87
Recebidos	170010	170078	04125211022370001	-	-	859.680,93
Recebidos	170010	170078	04125211020VF0001	-	-	161.200,18
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	170010	170078	04125211020VF0001	4.565.864,11	-	-
Recebidos	170010	170078	04125211020VF0001	522.801,59	-	-
Recebidos	170010	170078	04122211010AV0001	283.518,80	-	-
Recebidos	170010	170078	04122211020000001	5.783.645,94	-	-
Recebidos	170010	170078	04125211020VF0001	6.000,00	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

Obs.: Este quadro demonstra os valores dos créditos orçamentários recebidos pela 5ª Região Fiscal, via descentralização interna, do Órgão Central, UG 170010.

4.1.2 - Realização da Despesa

Item 4.1.3 da Portaria TCU nº 175/2013

4.1.2.1 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Item 4.1.3.5 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 44: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	9.484.959,39	11.081.702,90	9.457.572,89	8.746.258,97
a) Convite	0,00	54.000,41	0,00	54.000,41
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	75.523,66	0,00	75.523,66	0,00
d) Pregão	9.409.435,73	11.027.702,49	9.382.049,23	8.692.258,56
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	11.657.520,24	12.250.075,18	11.653.520,24	10.732.514,76
h) Dispensa	10.797.904,62	11.189.626,13	10.793.904,62	9.816.862,32
i) Inexigibilidade	859.615,62	1.060.449,05	859.615,62	915.652,44
3. Regime de Execução Especial	75.729,14	96.994,62	75.729,14	96.994,62
j) Suprimento de Fundos	75.729,14	96.994,62	75.729,14	96.994,62
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.344.476,61	1.201.989,52	1.344.316,57	1.201.989,52
k) Pagamento em Folha	0,00	26.576,99	0,00	26.576,99
l) Diárias	1.344.476,61	1.175.412,53	1.344.316,57	1.175.412,53
5. Outros	1.855.144,52	1.477.065,27	1.854.259,52	1.382.658,71
6. Total (1+2+3+4+5)	24.417.829,90	26.107.827,49	24.385.398,36	22.160.416,58

4.1.2.2 - Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação*Item 4.1.3.6 da Portaria TCU nº 175/2013*

Quadro 45: DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal	0,00	26.576,99	0,00	26.576,99	0,00	0,00	0,00	26.576,99
08 - Outros Benef.Assistenciais	0,00	26.576,99	0,00	26.576,99	0,00	0,00	0,00	26.576,99
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	26.692.595,03	24.270.330,61	24.155.689,51	21.649.271,64	2.536.905,52	2.621.058,97	24.135.540,89	21.536.372,22
39 - Outros Serv. Pes. Jurídica	13.435.268,13	12.071.208,91	12.035.502,87	10.488.376,40	1.399.765,26	1.582.832,51	12.029.619,87	10.432.184,80
37 - Locação de Mão de Obra	8.493.432,21	7.400.501,32	7.634.097,83	6.647.356,42	859.334,38	753.144,90	7.630.707,95	6.609.972,45
36 - Outros Serviços de Terceiros PF	1.549.264,40	1.443.615,15	1.437.640,55	1.336.658,27	111.623,85	106.956,88	1.433.640,55	1.336.658,27
Demais elementos do grupo	3.214.630,29	3.355.005,23	3.048.448,26	3.176.880,55	166.182,03	178.124,68	3.041.572,52	3.157.556,70
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos	11.148.212,13	1.810.919,89	262.140,39	902.203,43	10.886.071,74	908.716,46	249.857,47	597.467,37
51 – Obras e Instalações	10.411.710,05	383.580,83	240.116,81	107.627,29	10.171.593,24	275.953,54	227.833,89	101.372,85
52 – Equip. e Mat.Permanente	510.183,28	1.427.339,06	22.023,58	794.576,14	488.159,70	632.762,92	22.023,58	496.094,52
92 - Desp. Exerc. Anteriores	221.318,80	0,00	0,00	0,00	221.318,80	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

4.1.2.3 - Análise crítica da Realização da Despesa

Item 4.1.3.7 da Portaria TCU nº 175/2013

A 5ª Região Fiscal (RF) prioriza a aquisição de materiais e serviços usando a modalidade licitatória Pregão, seja pela agilidade, seja pela economicidade. Por outro lado, devido à capilaridade de sua estrutura, formada por 45 unidades, torna-se indispensável o uso da dispensa de licitação para fazer face às diversas e variadas demandas de menor monta destas, daí a proximidade dos valores despendidos em pregões e dispensas de licitação. Já as inexigibilidades decorrem, em sua grande maioria, de treinamentos e contratações sem concorrência, como as de publicação legal, postagem e água.

Quanto ao tipo de licitação adotado, cabe registro, pela relevância, do uso da concorrência para as reformas das sedes das Delegacias da RFB de Feira de Santana e de Itabuna e da Alfândega do Porto de Salvador, totalizando mais de nove milhões de reais.

As concorrências supra, aliadas às demais modalidades de contratação para obras e serviços de engenharia, fizeram com que o ano de 2013 fosse marcado pela alavancagem das despesas de capital, com significativos reflexos para 2014, consequência direta da execução do Plano de Engenharia da RFB para modernização das instalações de suas unidades. O **Quadro 46** a seguir apresenta de forma sintética as atividades do Plano de Engenharia da RFB na 5ª Região Fiscal, que encerrou o ano com a conclusão de 83% das iniciativas previstas (34 de 41) e com 42% dos recursos empenhados (R\$11.731.366,48 de R\$27.017.746,00).

Em relação às despesas correntes, salvo pelos acréscimos decorrentes das obras e serviços de engenharia, não houve maiores alterações.

Por fim, os limites por grupos de despesas impostos pelo MPOG prejudicaram sobremaneira a execução, desestruturando o planejado e dificultando sobremaneira o efetivo uso dos recursos, haja vista a diversidade de limites impostos. Houve, entre outros, significativos prejuízos às ações da área de fiscalização e de treinamentos, assim como de atividades de manutenção das agências e da destruição de mercadorias apreendidas.

Quadro 46: EXECUÇÃO DE INICIATIVAS DO PLANO DE ENGENHARIA DA RFB NA 5ª REGIÃO FISCAL

Código da Iniciativa	NAI*	Unidade Administrativa	C/I **	Tipo de Iniciativa	P/O/S/T***	Iniciativa - Descrição	Valor Estimado (R\$)	Valor Licitado (R\$)
67	48,53	ALF-PORTO DE SALVADOR	I	Reforma	Obra	Reformar as instalações da ALF	2.000.000,00	3.505.690,49
69	58,46	DRF-ARACAJU	I	Construção	Projeto	Elaborar projeto para construção de nova sede da DRF/AJU	10.000,00	6.000,00
58	58,46	DRF-ARACAJU	C	Conservação	Tudo	Revisão de instalações hidrossanitárias	3.900,00	-
57	69,49	ARF-PRÓPRIÁ	C	Conservação	Tudo	Revisão de instalações hidrossanitárias	2.100,00	795,86
56	59,62	ARF-NOSSA SENHORA DAS DORES	C	Conservação	Tudo	Revisão de instalações hidrossanitárias	1.600,00	816,40
55	52,52	ARF-LAGARTO	C	Conservação	Tudo	Revisão de instalações hidrossanitárias	1.800,00	830,38
54	66,52	ARF-ITABAIANA	C	Conservação	Tudo	Revisão de instalações hidrossanitárias	1.900,00	740,24
53	59,56	ARF-ESTÂNCIA	C	Conservação	Tudo	Revisão de instalações hidrossanitárias	1.900,00	824,95
52	58,46	DRF-ARACAJU	I	Reforma	Tudo	Instalar no-breaks para implantação de rede elétrica estabilizada	500.000,00	-
50	58,46	DRF-ARACAJU	C	Adaptação	Tudo	Melhoria da rede lógica estruturada (dados e voz) e elétrica	4.300,00	4.277,80
27	58,46	DRF-ARACAJU	I	Reforma	Projeto	Adequação às normas de acessibilidade	18.000,00	11.738,68
26	69,49	ARF-PRÓPRIÁ	I	Reforma	Projeto	Adequação às normas de acessibilidade	1.500,00	1.500,00
25	59,62	ARF-NOSSA SENHORA DAS DORES	I	Reforma	Projeto	Adequação às normas de acessibilidade	1.500,00	1.500,00
24	52,52	ARF-LAGARTO	I	Reforma	Projeto	Adequação às normas de acessibilidade	1.500,00	1.500,00
23	66,52	ARF-ITABAIANA	I	Reforma	Projeto	Adequação às normas de acessibilidade	1.500,00	1.500,00
22	59,56	ARF-ESTÂNCIA	I	Reforma	Projeto	Adequação às normas de acessibilidade	1.500,00	1.500,00
61	46,75	DRF-CAMAÇARI	C	Manutenção	Tudo	Reformar as instalações da sede da DRF/CCI	50.000,00	-
59	46,75	DRF-CAMAÇARI	C	Adaptação	Projeto	Reformar as instalações para separação da Sacat e da Saort	8.000,00	-
28	46,75	DRF-CAMAÇARI	I	Reforma	Projeto	Adequação às normas de acessibilidade	1.500,00	1.500,00
77	37,87	DRF-FEIRA DE SANTANA	I	Reforma	Obra	Reforma emergencial da infraestrutura de redes elétrica e lógica do edifício da DRF	3.500.000,00	2.610.536,32
41	31,62	ARF-RIBEIRA DO POMBAL	I	Construção	Tudo	Agência Modelo Tipo 1	100.000,00	49.500,00
40	36,06	ARF-PAULO AFONSO	I	Construção	Tudo	Agência Modelo Tipo 1a	100.000,00	47.050,00
39	45,59	ARF-IRECÊ	I	Construção	Tudo	Agência Modelo Tipo 2	100.000,00	68.807,30
38†	47,79	ARF-IBOTIRAMA	I	Construção	Tudo	Construção de Agência Modelo Tipo 2	100.000,00	65.000,00
37	52,8	ARF-EUCLIDES DA CUNHA	I	Construção	Tudo	Agência Modelo Tipo 2A	100.000,00	57.700,00
29	39,34	ARF-JACOBINA	I	Reforma	Projeto	Adequação às normas de acessibilidade	10.000,00	10.000,00
75	48,76	IRF-ILHÉUS	I	Reforma	Projeto	Reforma e ampliação do edifício-sede da IRF	300.000,00	-

Código da Iniciativa	NAI*	Unidade Administrativa	C/I**	Tipo de Iniciativa	P/O/S/T***	Iniciativa - Descrição	Valor Estimado (R\$)	Valor Licitado (R\$)
74	42,84	DRF-ITABUNA	I	Reforma	Obra	Reformar as instalações da futura sede da DRF	4.033.646,00	3.783.645,94
42†	68,04	ARF-EUNÁPOLIS	I	Construção	Tudo	Construção de Agência Modelo Tipo 2	100.000,00	53.380,00
78†	93,18	DRF-SALVADOR	I	Reforma	Obra	Pintura do CAC	20.000,00	19.000,00
63	93,18	DRF-SALVADOR	C	Adaptação	Serviço	Adaptações no leiaute do quinto andar	4.000,00	4.000,00
30	93,18	DRF-SALVADOR	I	Reforma	Projeto	Adequação às normas de acessibilidade	14.000,00	3.061,32
76	74,93	DRF-VITÓRIA DA CONQUISTA	I	Reforma	Projeto	Reformar o edifício-sede da DRF	50.000,00	-
66	74,93	DRF-VITÓRIA DA CONQUISTA	C	Adaptação	Serviço	Adequar os imóveis das agências jurisdicionadas à DRF/VCA	164.000,00	122.900,00
51	74,93	DRF-VITÓRIA DA CONQUISTA	C	Manutenção	Serviço	Adequar as redes elétrica, lógica e de telefonia da sede da DRF	600.000,00	580.552,00
43	67,54	ARF-BRUMADO	I	Construção	Tudo	Construção de Agência Modelo Tipo 1	100.000,00	64.800,00
36	69,75	ARF-SANTA MARIA DA VITÓRIA	I	Reforma	Projeto	Adequação às normas de acessibilidade	2.400,00	2.400,00
35††	59,99	ARF-JEQUIÉ	I	Construção	Obra	Adequação às normas de acessibilidade		Ag. Mod. 2014
34	75,22	ARF-ITAPETINGA	I	Reforma	Projeto	Adequação às normas de acessibilidade	2.400,00	2.400,00
33	63,54	ARF-GUANAMBI	I	Reforma	Projeto	Adequação às normas de acessibilidade	2.400,00	2.400,00
32††	67,54	ARF-BRUMADO	I	Construção	Obra	Adequação às normas de acessibilidade		Ag. Mod. 2014
31	63,91	ARF-BOM JESUS DA LAPA	I	Reforma	Projeto	Adequação às normas de acessibilidade	2.400,00	2.400,00
44	-	SRRF 5ª RF - SALVADOR/BA	I	Construção	Obra	10AV - Construção do edifício-sede do Ministério da Fazenda	15.000.000,00	283.518,80

Observações:

* NAI = Nível de adequação imobiliária, um dos indicadores estratégicos da RFB, apresentado no **Quadro 36** deste Relatório.

** Natureza da despesa (C = Custeio / I = Investimento).

*** Tipo da iniciativa (P = Projeto / O = Obra / S = Serviço / T = Tudo).

† Iniciativas incluídas após a aprovação do Plano de Engenharia pelo Secretário da RFB.

†† Iniciativas abortadas, uma vez que as unidades beneficiadas foram incluídas na relação daquelas que serão adequadas em 2014 ao padrão de Agência Modelo definido pela RFB.

Comentários:

1. Das 40 iniciativas da versão final do Plano de Engenharia aprovada pelo Secretário da RFB (Portaria RFB nº 1.570/2013), 31 foram concluídas e 2 abortadas, pois as Agências serão modelo em 2014. Adicione-se a este resultado a conclusão de mais 3 iniciativas (38, 42 e 78), não contempladas por esta última versão da citada Portaria.

2. A iniciativa 44 (Edifício-Sede de Salvador) está com licitação em andamento e com previsão de conclusão no 1º trimestre de 2014. Os valores gastos decorrem de pendências do Projeto Básico.

3. Todos os projetos de acessibilidade da Região foram licitados pela Divisão de Programação e Logística (Dipol) da Superintendência (SRRF05). As unidades contempladas, de posse dos respectivos projetos básicos, devem empenhar as obras de acessibilidades até o final do primeiro semestre de 2014.

4. A iniciativa 67 (Reforma da ALF/SDR) teve o valor de 2014 antecipado e está empenhada no valor integral, inclusive o da respectiva contratação da empresa de assessoria à fiscalização.

4.2 - Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Item 4.3 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 47: RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	3.529.775,43	3.008.399,67	186.364,56	335.011,20
2011	249.956,83	6.715,13	243.241,70	0,00
2010	9.388,70	1.329,50	0,00	8.059,20
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	417.635,48	389.957,80	26.848,01	829,67
2011	111.572,67	40.753,92	0,00	70.818,75

4.2.1 - Análise Crítica

Item 4.3.1 da Portaria TCU nº 175/2013

O montante de empenhos inscritos em restos a pagar não processados corresponde à aquisição de serviços e, em grande parte, a serviços continuados realizados no mês de dezembro/2012, cuja medição, faturamento e ateste ocorreram a partir de janeiro/2013. O remanescente decorre principalmente de serviços não concluídos, como é o caso da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba, CNPJ 15.139.629/0001-94, para a Alfândega do Porto de Salvador, no valor de R\$275.953,54, ou de pendências verificadas pela fiscalização de contratos e não sanadas pelo contratado, como ocorre com a Telemar Norte Leste S/A, CNPJ 33.000.118/0001-79, R\$28.060,28, contratada pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju. A situação da JCA Engenharia e Arquitetura Ltda, CNPJ 07.470.178/0001-45, R\$8.059,20, pendência de 2010, já foi apurada e baixada por se tratar de saldo decorrente de serviço não realizado, conforme detalhado no respectivo aditivo contratual.

Já os restos a pagar processados correspondem a faturas cujos serviços foram prestados, mas os pagamentos estão aguardando as respectivas ordens judiciais para depósito dos valores em juízo, conforme abaixo detalhado:

- Delegacia da Receita Federal em Vitória da Conquista - R\$ 829,27 - Serviços de Recepção - Monte Sinai Service Locação de Mão de Obra, CNPJ 06.948.355/0001-93.
- Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador - R\$ 61.790,78 - Serviços de Vigilância - ASCOP Vigilância Ostensiva e Patrimonial, CNPJ 42.018.416/0001-87.
- Delegacia da Receita Federal em Itabuna - R\$ 9.027,97 - Serviços de Recepcionista - Planalto Conservação de Imóveis, CNPJ 02.309.486/0001-70.

4.3 - Transferências de Recursos

Item 4.4 da Portaria TCU nº 175/2013

4.3.1 - Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Item 4.4.2 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 48: RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal					
CNPJ:	00.394.460/0090-17					
UG/GESTÃO:	170078/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	0	0	1	0,00	15.697,30	25.587,93
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	0	0	1	0,00	15.697,30	25.587,93

Fonte: SIASG/SICONV

4.3.2 - Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Item 4.4.3 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 49: RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal					
CNPJ: 00.394.460/0090-17		UG/GESTÃO: 170078/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	566.566,68	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SIASG/SICONV

4.3.3 - Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Item 4.4.4 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 50: VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal					
CNPJ: 00.394.460/0090-17			UG/GESTÃO: 170078/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	2012	Quantidade de Contas Prestadas			1
Contas Analisadas			Quantidade Aprovada	1	-
			Quantidade Reprovada	0	-
			Quantidade de TCE	0	-
			Montante repassado	566.566,68	-
Contas NÃO Analisadas			Quantidade	-	-
	Montante repassado (R\$)		-	-	
2011	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado	-	-
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	-	-
Montante Repassado			-	-	
Exercícios Anteriores a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	

Fonte: SIASG/SICONV

4.3.4 - Análise Crítica

Item 4.4.5 da Portaria TCU nº 175/2013

Fazendo uma retrospectiva, em 03/08/2007, foi celebrado o Convênio SRRF05 nº 01/2007 entre esta SRRF05 e o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), visando a intermediação de programa de estágio, com possibilidade de vigência até 04/08/2012 e, como a legislação prévia, repasse da bolsa auxílio ao convenente (CIEE), razão que justifica o valor global de R\$3.797.859,80.

Após a celebração do convênio, foram publicadas, em setembro, as Portarias MPOG nº 313/2007 e 467/2007, consolidando procedimentos referentes a aceitação de estagiários pelos órgãos da Administração Pública Federal. O art. 1º da Portaria MPOG nº 467/2007, que alterou a redação do art. 4º da Portaria 313/2007, estabeleceu que para a caracterização e definição do estágio era necessária a celebração de convênio ou contrato com instituições de ensino ou agentes de integração.

A opção por agente de integração vinha sendo a adotada por esta SRRF, entretanto, o mesmo artigo 1º da Portaria MPOG nº 467/2007 excluiu o parágrafo único do art. 4º da Portaria MPOG nº 313/2007 que previa: “No convênio poderá ser incluída cláusula para custeio das despesas necessárias à realização de seu objeto, especificado o valor referente à taxa de Administração”, o que inviabilizou a manutenção do convênio, já que o inciso I do Artigo 8º da IN STN no 01/97 veda a realização de despesas a título de taxa de administração nos convênios. Desta forma, foi realizado o Pregão SRRF05 nº 12/2011, através do processo no 10507.000296/2011-82, tornando-se necessária a denúncia do Convênio com o CIEE.

Encaminhada minuta de Termo de Rescisão Amigável para análise e aprovação da PFN/BA, foi emitido o Parecer CJ/PFN/BA/Nº 144/2011, que aprovava o citado termo com a recomendação de juntada aos autos da documentação referente à prestação de contas final do CIEE e demonstrativo de regularidade perante o SICAF, entre outras obrigações.

Assim, foi solicitada ao CIEE a apresentação da documentação (inclusive faturas) pendente para a rescisão amigável em reiterados contatos, telefônicos e por e-mail, para este fim, sem sucesso.

Considerando a necessidade urgente de assinar contrato com a empresa vencedora do Pregão SRRF05 nº 12/2011 e considerando ainda que a manutenção do convênio feria a Portaria estabelecida pelo MPOG, a Superintendência Regional da RFB da 5ª Região Fiscal entendeu como possível a realização de rescisão unilateral, com base no inciso XII do artigo 78 e inciso I do artigo 79, ambos da Lei Federal no 8.666/93, respeitando o direito ao contraditório e ampla defesa da parte.

Em contato telefônico mantido com a PFN/BA em 27/09/2011, foi sinalizado que não havia necessidade de novo envio do processo aquele órgão, considerando que a análise jurídica quanto a rescisão já ocorrera.

Tendo em vista o exposto acima, esta Superintendência propôs a assinatura do termo de rescisão unilateral, com publicação no Diário Oficial da União e a abertura do prazo recursal de que trata o inciso I do artigo 109 da Lei Federal no 8.666/93, já citada.

Em que pese a rescisão unilateral do convênio, é importante salientar que restou mantida a obrigação de efetuar os pagamentos devidos até a data da rescisão unilateral, conforme inciso II, parágrafo 2º do artigo 79 da Lei Federal 8.666/93, bem como a obrigação da Conveniente de apresentação da documentação referente a prestação de contas final.

Assim, apesar de juridicamente cancelado em outubro de 2011, apenas em 06 de janeiro de 2012 foi concluída a obrigação financeira da SRRF05 perante o CIEE, mediante a transferência de recursos no montante de R\$ 15.697,30 e, em 05 de novembro de 2012, a prestação de contas foi realizada e a baixa no sistema efetivada.

4.4 - Suprimentos de Fundos

Item 4.5 da Portaria TCU nº 175/2013

4.4.1 - Suprimento de Fundos - Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Item 4.5.1 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 51: DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	0	0,00	40	4.257,36	209	71.156,93	75.414,29
2012	0	0,00	32	7.143,74	188	95.814,32	102.958,06
2011	0	0,00	32	6.314,52	139	78.644,80	84.959,32

Fonte: SIAFI

4.4.2 - Suprimento de Fundos - Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Item 4.5.3 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 52: DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG	170072	Limite de Utilização da UG	22.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Guaracy Santos de O. Silva	280.178.895-34	12.777,00	60,00	3.864,29	3.924,29
Willame Argolo Oliveira	383.689.005-49	5.615,00	281,97	852,96	1.134,93
Total Utilizado pela UG			341,97	4.717,25	5.059,22
Código da UG	170078	Limite de Utilização da UG	39.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Paulo Cardoso Aguiar	511.261.847-72	15.000,00	0,00	1.832,18	1.832,18
Valdo Nascimento Amorim	125.752.085-72	15.000,00	0,00	7.923,82	7.923,82
Total Utilizado pela UG			0,00	9.756,00	9.756,00
Código da UG	170079	Limite de Utilização da UG	10.000,00		

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Maria Auxiliadora A Bastos	107.208.205-53	5.000,00	0,00	2.991,03	2.991,03
Maria de Brotas R. Bastos	090.604.055-87	5.000,00	0,00	2.510,20	2.510,20
Total Utilizado pela UG			0,00	5.501,23	5.501,23
Código da UG	170080	Limite de Utilização da UG		252.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Antônio Vilas Boas Teixeira	332.030.245-00	42.334,00	0,00	3.014,23	3.014,23
Hosanira Andrade Simões	213.400.485-15	65.294,00	270,00	3.004,93	3.274,93
Valdir Carvalho de Oliveira	173.015.135-34	42.283,00	0,00	4.135,00	4.135,00
Zaira Viveiros Barbosa Domingues	149.527.002-59	26.684,00	89,00	1.806,34	1.895,34
Total Utilizado pela UG			359,00	11.960,50	12.319,50
Código da UG	170081	Limite de Utilização da UG		40.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Esdras Gomes Baldow	656.344.465-20	4.600,00	0,00	4.599,06	4.599,06
Miguel de Almeida Souza	113.754.775-87	1.700,00	0,00	0,00	0,00
Ana Tereza Teixeira T. Costa	380.970.365-68	1.700,00	0,00	0,00	0,00
Doralice Cardoso Marques	209.608.405-91	1.200,00	0,00	220,93	220,93
Cristiana Malheiro G. Carvalho	002.928.195-44	1.200,00	0,00	1.200,95	1.200,95
Total Utilizado pela UG			0,00	6.020,94	6.020,94
Código da UG	170226	Limite de Utilização da UG		10.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Marília Costa Cardoso	169.598.095-68	5.000,00	0,00	2.272,09	2.272,09
Total Utilizado pela UG			0,00	2.272,09	2.272,09
Código da UG	170326	Limite de Utilização da UG		20.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Bruno Sarno Braga	699.642.035-00	20.000,00	1.130,00	5.594,79	6.724,79
Total Utilizado pela UG			1.130,00	5.594,79	6.742,79
Código da UG	170327	Limite de Utilização da UG		50.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Valdely Santana	003.583.918-06	5.770,00	356,00	2.965,30	3.321,30
Juarez Nascimento Nogueira	064.084.355-72	7.000,00	0,00	3.925,39	3.925,39
Paulo Ângelo C. De Souza	073.943.363-34	3.900,00	667,00	1.081,63	1.748,63
Juarez Silva Oliveira	114.208.205-91	7.900,00	0,00	5.769,00	5.769,00
Antônio Carlos C. De Aguiar	125.145.945-53	1.200,00	0,00	504,72	504,72
Ângela Maria M. Morais	164.711.485-34	3.800,00	0,00	712,50	712,50
Jacimar Cardoso F. Macedo	182.542.255-91	7.200,00	1.023,39	3.828,18	4.851,57
Sirlene dos S. Rodrigues	206.716.955-68	3.600,00	0,00	1.148,74	1.148,74
Miguel Santa Inês Júnior	566.622.545-68	3.800,00	200,00	1.695,08	1.895,08
Total Utilizado pela UG			2.246,39	21.630,54	23.876,93
Código da UG	170382	Limite de Utilização da UG		10.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Elliane Reinbold Rezende	623.174.905-34	10.000,00	180,00	3.703,59	3.883,59
Total Utilizado pela UG			180,00	3.703,59	3.883,59
Total Utilizado pela UJ			4.257,36	71.156,93	75.414,29

4.4.3 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Item 4.5.4 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 53: PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	77	104.212,56	91	102.958,06	85	84.689,59

Fonte: SIAFI

4.4.4 - Análise Crítica

Item 4.5.5 da Portaria TCU nº 175/2013

A aplicação de recurso através do suprimento de fundos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) é a faculdade legal que o ordenador de despesas dispõe para sanar situações emergenciais ou excepcionais, para as quais, se fossem empregados os meios convencionais, ainda que através de dispensa ou inexigibilidade, poderiam, pela demora em sua conclusão, causar prejuízo significativo ao órgão ou custos processuais extremamente superiores ao das respectivas aquisições. Diante disto, convém, como medida de precaução, constituir suprimento de fundos para solucionar ou equilibrar situações inesperadas que no decorrer do exercício surgem com alguma frequência. Assim, os suprimentos de fundos foram constituídos nos termos da legislação pertinente, com todas as peças processadas. Sobre os controles internos, os suprimentos são acompanhados através do SIAFI e do Auto Atendimento Setor Público do Banco do Brasil.

Também são estabelecidos controles para que a execução esteja de acordo com o objeto da concessão, e que a utilização na modalidade saque obedeça aos limites estabelecidos na Portaria MF nº 147/2008.

Por fim, cabe registro que a Superintendência Regional da RFB na 5ª Região Fiscal não utiliza conta tipo “B” e que foram reduzidos significativamente os gastos com o CPGF, seja como saque, seja como cartão de crédito.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 5ª REGIÃO
FISCAL - SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 5: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
(Item 5, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

5.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade

Item 5.1 da Portaria TCU nº 175/2013

Na Receita Federal do Brasil, a gestão de pessoas é realizada pelas Regiões Fiscais e Unidade Central sob coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor), a qual compete regimentalmente planejar e gerenciar os processos de trabalho de gestão de pessoas, abrangendo, entre outros, os processos de recrutar, selecionar, alocar, administrar, avaliar, capacitar, desenvolver, reconhecer e valorizar pessoas, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos Órgãos dos Sistemas Federais de Recursos Humanos. Nas Regiões Fiscais, a gestão de pessoas está a cargo das Divisões, Seções, Serviços e Equipes de Gestão de Pessoas (Digep, Sagep, Segep e EGP), subordinadas administrativamente às Superintendências Regionais e tecnicamente à Cogep.

As Áreas de GP executam, no âmbito de suas respectivas unidades, desde as atividades de rotinas do cadastro funcional, da folha de pagamento, de concessão de direitos, de análise de cumprimento de deveres e da gestão da capacitação até a implementação das iniciativas estratégicas da política de Gestão de Pessoas que impactam todos os processos de trabalho elencados no parágrafo anterior.

O trabalho de confecção dos quadros de Gestão de Pessoas foi executado procurando-se seguir as orientações contidas na Portaria TCU nº 175/2013 e introduzindo novo modelo de trabalho, construído a partir de *workshop* realizado em outubro de 2013, com participação de representantes das dez Regiões Fiscais da Receita Federal do Brasil, Audit, Copol, Cotec, CGU e áreas técnicas da Cogep.

O objetivo do novo modelo de trabalho consistiu em integrar e aperfeiçoar o processo de extração de dados e análise de resultados, através da descentralização das atividades para as Regiões Fiscais. Isso só foi possível com a disseminação do *know-how* desenvolvido pela Cogep desde 2010. O conhecimento foi propagado em duas vertentes: atividades preparatórias para a Prestação de Contas e extração, tabulação e análise dos dados.

Em relação às atividades preparatórias, foram diagnosticados pontos críticos, implementadas soluções de melhoria e elaborado um plano de ação para padronização das rotinas e fluxos dos processos de trabalho relativos a cadastro de pessoal e folha de pagamento. Como consequência da reflexão do grupo sobre a execução da Prestação de Contas, houve consenso sobre os seguintes tópicos:

- O cronograma de extração e entrega dos dados não é compatível com o calendário da rotina de gestão de pessoas desenvolvida via Siape. Por exemplo, o lançamento de ocorrências de afastamentos do mês de dezembro pode ser realizado até o mês de fevereiro, a depender do calendário da folha de pagamento. Outro exemplo é a disponibilidade de dados no DW Siape: a informação consolidada de dezembro de 2013 só ficou acessível no final de janeiro de 2014. Caso o preenchimento dos quadros fosse totalmente baseado no DW, não haveria tempo hábil para conclusão do trabalho.
- Em alguns itens, o detalhamento das informações solicitadas na Portaria TCU nº 175/2013 não é de fácil entendimento. Muitas vezes não fica claro qual é o objetivo pretendido pelo TCU com os dados. Por exemplo, as remoções foram alocadas no quadro referente a “Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Unidade Jurisdicionada”. Porém, entendemos que essa não

é a melhor maneira de se apresentar tal informação, pois ela reflete mais a movimentação dentro do quadro funcional do que redução da força de trabalho. Essa informação em âmbito nacional não faz sentido, pois os servidores são removidos dentro da própria RFB e, portanto, não representam redução na força de trabalho. Acreditamos que os números sobre remoção são importantes para o gerenciamento da movimentação dentro da instituição, por isso serão apresentados em quadro separado, considerando todo o ano de 2013 e não apenas o dia 31/12 (o que também não entendemos o sentido);

- São solicitados três quadros com informações do Sisac, porém o sistema não fornece dados gerenciais, tampouco desagregados por região fiscal. A RFB desenvolveu um módulo próprio no Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3 com inserção manual dos mesmos atos já lançados no Sisac. Esse é um **trabalho a mais** para os cadastradores, que impacta a rotina operacional, porém é a única forma de entregar os quadros devidamente preenchidos;
- Desde 2010 as reuniões com CGU, Audit e Copol têm colaborado para dirimir dúvidas e alinhar conceitos, aperfeiçoando a qualidade da informação a ser apresentada.

Já em relação à extração, tabulação e análise dos dados, listamos os seguintes pontos:

- As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal. Por esses motivos, a grande maioria dos quadros é preenchida com informações gerenciais formatadas pelo SA3. Desde 2010 são desenvolvidos e aperfeiçoados módulos no SA3 para auxiliar a Prestação de Contas. O que deveria ser a exceção tornou-se regra;
- As extrações da folha de pagamento e de estagiários continuam sendo realizadas de forma centralizada pela Cogep, através do DW Siape. Identificamos para o plano de capacitação 2014 da Rede de Gestão de Pessoas da RFB a necessidade de cursos sobre a ferramenta, com o objetivo de descentralizar a extração;
- Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.

A manutenção do modelo dos quadros e do conteúdo da informação em 2013 facilitou o processo de disseminação do conhecimento e aperfeiçoamento da compreensão dos dados. Gerou estabilidade para construção do Workshop e maior sinergia entre os órgãos integrantes da Prestação, pois as discussões necessárias foram no sentido de esclarecer a interpretação do conteúdo de cada quadro e não sobre novas alterações de formato.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos e requisitados, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. Por exemplo, no caso dos cedidos, com a saída do servidor para o novo órgão, há perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

5.1.1 - Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Item 5.1.1 da Portaria TCU nº 175/2013

5.1.1.1 - Lotação

Item 5.1.1.1 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 54: FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.584	1.224	20	71
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5+1.2.6)	1.584	1.224	20	71
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.584	1.200	20	71
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
1.2.5. Servidores requisitados (art. 93 § 7º da Lei 8.112)*	Não há	5	0	0
1.2.6. Outros**	Não há	18	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.584	1.224	20	71

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* Servidores requisitados conforme art. 93, parágrafo 7º da Lei 8.112

** "Outros" abrange cedidos e anistiados

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os servidores de carreiras abrangem a Carreira ARFB e PECFAZ do Ministério da Fazenda em exercício na RFB.
2. A lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº 1.953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.
3. Foram considerados como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB (provimento originário).
4. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões.
5. Incluído item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art. 93 da Lei 8.112.
6. Incluído item 1.2.6 para demonstração dos servidores cedidos e anistiados.
7. A extração dos dados foi realizada no dia 2/1/2014 em relação ao dia 31/12/2013. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

5.1.1.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Item 5.1.1.2 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 55: SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Afastamentos	Qtde de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	10
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	Não Disponível
1.2. Exercício de Função de Confiança	Não Disponível
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	Não Disponível
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5+3.6)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
3.6. Por Decisão Judicial	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	4
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	3
5.5. Mandato Classista	1
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	16
6.1. Licença Prêmio por assiduidade (Lei nº 9.527/97, art. 7º)	4
6.2. Licença Gestante (Lei nº 8.112/90, art. 207)	2
6.3. Licença para tratamento de saúde (Lei nº 8.112/90, art. 202)	8
6.4. Afastamento para júri e outros serviços (Lei nº 8.112/90, art. 102, inciso VI; Lei nº 8.868/94, art. 15; Lei nº 8.504/97, art. 98)	2
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	32

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A extração dos dados de servidores cedidos não permite parametrizar a tipologia da cessão, dessa forma não foi possível identificar os casos relativos a exercício de cargo em comissão, ou função de confiança.
2. Normas relacionadas ao processo de cessão:
DECRETO Nº 4.050, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.
LEI Nº 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.
NOTA TÉCNICA Nº 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP.
INSTRUÇÃO NORMATIVA (PR) Nº 10, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993.
DECRETO Nº 3.699, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000.

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 69/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA Nº 520/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA Nº 536/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA Nº 101 /2011/DENOP/SRH/MP.

3. Para todos os itens foram consideradas apenas ocorrências lançadas no Siape até o dia 22 de janeiro de 2014 e vigentes em 31 de dezembro de 2013. Ocorrências lançadas após o dia 22 de janeiro de 2014, retroativas ao ano de 2013, podem gerar valores diferentes em relação a extração original da Prestação de Contas.
4. As ocorrências de licenças médicas têm seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor) pelo órgão competente.
5. De acordo com instrução da Prestação de Contas, foram incluídos subitens relativos a outras situações (6.1 a 6.4), por serem considerados relevantes.
6. Para os valores de remoção do item 3, foram considerados servidores que estavam em trânsito em 31/12/2013 em razão de remoção. Tais servidores se encontram contabilizados na força de trabalho da UJ de origem da remoção, portanto devem ser deduzidos nesse quadro da UJ de origem.
7. Em razão do entendimento da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) de que remoção não é redução da força de trabalho, mas sim movimentação interna, as informações sobre remoções são apresentadas de forma detalhada em quadro separado a seguir. Foram contabilizadas todas as remoções ocorridas no ano de 2013.

Quadro 56: EGRESSOS DA 5ª RF EM VIRTUDE DE REMOÇÃO - POR UNIDADE DE DESTINO

TIPO DE REMOÇÃO	UNIDADE DE DESTINO												TOTAL
	1ª RF	2ª RF	3ª RF	4ª RF	5ª RF*	6ª RF	7ª RF	8ª RF	9ª RF	10ª RF	DRJ	UC	
A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE OU COMPANHEIRO	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1	-	-	-	16	1	2	1	-	-	-	1	22
A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1	-	1	16	1	-	1	-	-	-	3	24
DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	-	2	-	1	10	2	-	-	-	-	-	-	15
DECISÃO JUDICIAL	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
TOTAL	2	3	-	2	44	4	3	2	-	-	-	4	64

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3*

*Os quantitativos indicados na coluna 5ª RF referem-se a servidores que foram removidos de alguma unidade da 5ª RF para outra situada na própria região. Ou seja, não representam variação no força de trabalho total da RF. Se forem desconsideradas as movimentações internas da região, verifica-se que foram 20 os egressos da 5ª RF por conta de remoções realizadas em 2013.

Quadro 57: INGRESSOS NA 5ª RF EM VIRTUDE DE REMOÇÃO - POR UNIDADE DE ORIGEM

TIPO DE REMOÇÃO	UNIDADE DE ORIGEM											TOTAL	
	1ª RF	2ª RF	3ª RF	4ª RF	5ª RF*	6ª RF	7ª RF	8ª RF	9ª RF	10ª RF	DRJ		UC
A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE OU COMPANHEIRO	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	2
A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	3	5	-	1	16	-	-	5	1	-	-	3	34
A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1	2	-	1	16	1	-	1	-	-	-	2	24
DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	10	2	-	-	-	-	-	4	16
DECISÃO JUDICIAL	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	4	7	-	2	44	4	-	6	1	-	-	10	78

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

*Os quantitativos indicados na coluna 5ª RF referem-se a servidores que foram removidos de alguma unidade da 5ª RF para outra situada na própria região. Ou seja, não representam variação no força de trabalho total da RF. Se forem desconsideradas as movimentações internas da região, verifica-se que foram 34 os ingressos na 5ª RF por conta de remoções realizadas em 2013.

O Relatório de Gestão da Secretaria da Receita Federal do Brasil, elaborado pelas unidades centrais do órgão, apresenta os quadros com as movimentações de servidores entre as demais Regiões Fiscais em virtude de remoção. Informações complementares estão disponíveis no **Quadro 67: INGRESSOS, EGRESSOS E REMOÇÕES EM 2013, E SUA RELAÇÃO COM A FORÇA DE TRABALHO TOTAL DAS UNIDADES**, onde os dados sintéticos das remoções são confrontados com outras informações gerenciais sobre os recursos humanos da RFB.

5.1.2 - Qualificação da Força de Trabalho

Item 5.1.2 da Portaria TCU nº 175/2013

5.1.2.1 - Estrutura de Cargos e de Funções

Item 5.1.2.1 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 58: DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	41	40	7	7
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	41	40	7	7
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	41	40	7	7
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.2.6. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	179	170	48	50
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	179	170	48	50
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	220	210	55	57

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de Portarias de nomeação e exoneração da função (um mesmo servidor pode estar contabilizado mais de uma vez). No caso da RFB, não é comum o aumento da força de trabalho por intermédio de ocupação de função. O padrão é a ocupação das funções por servidores do próprio quadro funcional.
2. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
3. Incluído o item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório - para alinhamento com o **Quadro 54: FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**
4. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 – Aposentados.

5.1.2.2 - Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Item 5.1.2.2 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 59: QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	54	163	293	403	101
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	54	161	289	387	99
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Outros*	0	2	4	16	2
2. Provimento de Cargo em Comissão	5	46	84	68	7
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	4	23	9	4
2.3. Funções Gratificadas	5	42	61	59	3
3. Totais (1+2)	59	209	377	471	108

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

*Outros envolvem: servidores de carreira em exercício descentralizado, servidores de carreira em exercício provisório, servidores requisitados de outros órgãos e esferas, servidores requisitados conforme o art. 93, parágrafo 7º da Lei nº 8.112/90, cedidos, anistiados e servidores sem vínculo com a Administração Pública, para que o universo de pessoas seja o mesmo do Quadro 54: FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.

Pelo quadro acima, percebe-se o elevado perfil etário da RFB. A classe predominante, com 38,48% dos servidores, é a de 51 a 60 anos. Em relação à última Prestação de Contas, houve aumento de 13,68% na última faixa – acima de 60 anos. O quadro funcional está envelhecendo, causando impacto nas aposentadorias (como ressaltamos reiteradamente a órgãos como Ministério do Planejamento e ao próprio TCU). A primeira faixa – até 30 anos – foi diminuída em 26% em relação ao ano passado, mostrando uma nova realidade de servidores entrando no órgão com mais de 30 anos.

5.1.2.3 - Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Item 5.1.2.3 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 60: QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
• Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	19	350	639	125	19	2	6
1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Servidores de Carreira	-	-	-	18	342	630	125	19	2	-
3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Outros*	-	-	-	1	8	9	-	-	-	-
5. Outros Servidores**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
• Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	28	182	43	2	1	-
1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	40	14	1	-	-
3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	28	142	29	1	1	-
• Totais (1+2)	-	-	-	19	378	821	168	21	3	6

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós-Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

* O item 1.4 – Outros – abrange cedidos e anistiados. Para os níveis de escolaridade de 7 a 9, cedidos e anistiados estão contidos no item 1.2.

** O item 1.5 – Outros Servidores – abrange servidores de carreira em exercício descentralizado, servidores de carreira em exercício provisório, servidores requisitados de outros órgãos e esferas, servidores requisitados conforme art. 93, parágrafo 7º da Lei nº 8.112/90 e servidores sem vínculo com a Administração Pública, para os quais não existe informação sobre nível de escolaridade do cargo nem de eventuais especializações de níveis 7 a 9.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Não existe banco de informações sobre a formação acadêmica dos servidores.
2. Os dados existentes para as classes 7, 8 e 9 foram extraídos do Banco de Talentos cuja participação dos servidores é facultativa.
3. Em relação às classes 4, 5 e 6, foi utilizado o nível de escolaridade exigido para cada cargo.
4. Os dados referentes às classes 7, 8 e 9 são subconjuntos da classe 6.
5. Na classe 7 foram incluídos os MBA.

5.1.3 - Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Item 5.1.3 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 61: QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	156.766.038,42	4.043,21	12.887.304,61	4.895.399,72	5.247.241,20	5.350.144,84	50.844,26	195.831,20	591.308,35	185.988.155,81
	2012	154.808.374,48	1.242,72	12.734.432,55	4.494.739,14	4.485.277,29	4.552.735,77	67.456,52	29.462,29	586.036,16	181.759.756,92
	2011	157.196.341,34	7.898,55	13.121.448,05	4.615.493,58	4.714.587,62	4.371.875,77	51.394,06	-	818.257,07	184.897.296,04
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	3.385.573,61	5.282,25	349.860,58	116.461,02	118.269,99	283.061,14	-	-	49.872,80	4.308.381,39
	2012	3.172.564,55	1.775,22	204.341,87	92.416,02	101.234,20	152.100,00	1.284,50	384,62	24.015,22	3.750.116,20
	2011	3.437.096,61	3.924,11	734.076,99	255.346,08	178.319,76	157.888,10	1.995,73	-	25.741,55	4.794.388,93
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	11.391.967,45	1.002.994,30	1.050.918,82	399.721,86	244.020,86	366.583,00	3.639,84	9.942,73	69.111,38	14.538.900,24
	2012	10.609.182,75	962.699,59	980.757,38	317.182,84	196.111,76	287.621,02	6.761,25	0,00	54.043,62	13.414.360,21
	2011	10.465.984,45	943.354,55	936.934,46	323.744,64	191.821,00	225.743,21	10.253,98	0,00	48.948,19	13.146.784,48
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	30.709.357,87	786.838,27	2.579.148,42	954.514,29	842.638,49	808.632,68	27.358,88	13.519,97	102.829,41	36.824.838,28
	2012	29.606.330,62	785.898,07	2.540.552,43	871.064,97	699.076,94	733.912,29	27.137,71	5.763,95	103.863,88	35.373.600,86
	2011	29.730.128,22	790.473,29	2.594.297,73	870.264,60	712.208,62	715.388,07	36.535,00	0,00	149.615,88	35.598.911,41
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											

Exercícios	2013	203.134,30	-	18.696,43	21.252,60	38.162,19	6.919,64	-	-	-	288.165,16
-------------------	-------------	------------	---	-----------	-----------	-----------	----------	---	---	---	------------

Fonte: DW Siapenet

*Outros: incluídos os valores de 2013 para os grupos de cargos ANS-180, CETRF-241, CIFDJ-242, CITRF-240, CSST-430 e SUPLE-050, que não se enquadram nas linhas anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Os dados apresentados foram extraídos de acordo com orientações para a elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes aos respectivos exercícios. Ressalta-se que a partir do exercício de 2011, houve reclassificação de rubricas de acordo com as definições das Portarias TCU nº 123/2011, nº 150/2012 e nº 175/2013. Dessa forma, não é possível comparar os resultados dos anos de 2011, 2012 e 2013 com os resultados apresentados no Relatório de Gestão integrante da Prestação de Contas do ano de 2010 e dos anos anteriores.
2. O quadro inclui os custos relativos à folha de pagamento da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento da 5ª Região Fiscal.
3. A extração dos dados obedece a seguinte ordem:
 - a. As rubricas selecionadas de acordo com a classificação TCU são vinculadas aos servidores que as receberam;
 - b. Os servidores são classificados quanto à sua tipologia / exercício de acordo com a classificação TCU;
 - c. As rubricas são vinculadas à classificação TCU;
 - d. A extração é realizada por UPAG (Unidade Pagadora) RFB para classificação posterior em RF / UC.
4. Em relação à linha servidores cedidos com ônus ou em licença, o único filtro disponibilizado pelo sistema DW Siapenet para cobrir o parâmetro licença tem por nome “afastamento”. Foi verificado que a maior parte dos afastamentos vinculados a esse filtro se tratavam de licenças, entretanto é perceptível que nem todas as licenças estão vinculadas ao filtro e a quantidade das ocorrências está aquém do número real.
5. As rubricas extraídas independente da classificação de crédito ou débito são todas somadas. Dessa forma, os créditos são as despesas da União com remunerações e os débitos são as despesas da União com tributação.

Quadro 62: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À FOLHA DE PAGAMENTO DA UJ EM 2013

Valores pagos a servidores da 5ª RF em 2013	
Tipologia	Valor (R\$)
Ajuda de Custo	165.523,15
Diárias	1.344.571,61
Transporte	0,00
Auxílio Moradia	0,00
Auxílio Funeral	44.752,83
TOTAL	1.554.847,59

Fonte: Siafi

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Valores pagos fora da folha de pagamento dos servidores, via Siafi, pela Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol).

5.1.4 - Cadastramento no SISAC

Item 5.1.5 da Portaria TCU nº 175/2013

5.1.4.1 - Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Item 5.1.5.1 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 63: ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	20	0	20	0
Totais	20	0	20	0

Fonte: Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac e Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3.

Os atos de admissão têm prazo de 60 dias, a partir do exercício do servidor, para serem cadastrados no SISAC. Dessa forma, é possível que a entrada de novos servidores nos meses de novembro e dezembro seja cadastrada no ano subsequente. Isso pode gerar uma defasagem entre as informações de entrada de servidores como força de trabalho (atos sujeitos a registro no exercício) e a quantidade de atos cadastrados no SISAC no exercício.

Os lançamentos dos atos de admissão resultam de um processo de parceria entre a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) e as Divisões de Gestão de Pessoas (Digep) das Regiões Fiscais, onde a Cogep libera os números dos processos que são instruídos e lançados no Sisac pelas Digep sob a supervisão da primeira.

5.1.4.2 - Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Item 5.1.5.2 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 64: ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	37	0	37	0
Cancelamento de desligamento	1	0	1	0
Totais	38	0	38	0

Fonte: Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Sisac

A RFB possui apenas um código de órgão de atuação no Sisac, sendo os lançamentos dos atos administrados de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. As consultas do Sisac não permitem desagregar a informação lançada por Região Fiscal ou unidade organizacional. Para construção do quadro de desligamento por UJ foi necessário o controle manual e trabalhos dos atos durante todo o ano.

Os atos de desligamento têm prazo de 30 dias, a partir da sua publicação, para serem cadastrados no SISAC. Dessa forma, é possível que o desligamento de servidores no mês de dezembro seja cadastrado no ano subsequente. Isso pode gerar uma disparidade entre as quantidades de desligamentos ocorridos e a quantidade de atos de desligamento cadastrados no SISAC no exercício.

Os atos de desligamento são lançados exclusivamente pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. São processos simples, baseados em um documento de desligamento (portaria de vacância por posse em cargo inacumulável, demissão, exoneração ou falecimento). O lançamento dos atos de aposentadorias não é de competência da RFB.

Importante ressaltar que, apesar de cada Região Fiscal ter apresentado os atos de 2013 em seus Relatórios de Gestão, para a coluna 2012 não é possível desagregar os valores da mesma forma. Para esta Prestação de Contas, como já mencionado, foi feito um trabalho manual de contagem regionalizada dos atos de desligamento, mas o mesmo esforço seria inviável para o ano anterior. Assim, os atos 2012 são apresentados apenas no relatório nacional.

5.1.5 - Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Item 5.1.8 da Portaria TCU nº 175/2013

i. ABSENTEÍSMO

O indicador de absenteísmo apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{dias de licenças médicas} + \sum \text{dias de faltas injustificadas}}{\text{N}^\circ \text{ de servidores} \times \text{N}^\circ \text{ de dias do ano}}$$

Quadro 65: ABSENTEÍSMO NA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - EVOLUÇÃO DO INDICADOR

Unidades	2010	2011	2011B	2012	2012B	2013
1ª RF	1,96%	2,50%	1,98%	2,06%	2,66%	2,50%
2ª RF	2,30%	2,20%	2,52%	3,42%	3,49%	2,51%
3ª RF	2,30%	1,73%	2,79%	2,33%	2,40%	2,29%
4ª RF	1,52%	1,65%	2,28%	2,71%	2,81%	1,73%
5ª RF	2,17%	2,01%	2,41%	2,30%	2,60%	1,99%
6ª RF	3,11%	3,20%	3,17%	3,39%	3,52%	2,65%
7ª RF	2,29%	1,62%	2,83%	2,09%	2,49%	2,81%
8ª RF	2,01%	2,11%	2,43%	2,65%	2,79%	2,43%
9ª RF	1,73%	1,80%	1,70%	2,54%	2,65%	2,30%
10ª RF	1,94%	1,53%	1,68%	1,95%	1,94%	1,51%
DRJ	2,12%	2,06%	1,95%	2,51%	2,55%	1,70%
UC	1,50%	1,66%	1,65%	1,75%	1,95%	1,93%
RFB	2,09%	2,02%	2,34%	2,48%	2,68%	2,30%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3.

Obs.: Dados extraídos em 22/01/2014.

O quadro anterior exhibe o histórico do indicador de absenteísmo, conforme dados informados em Relatórios de Gestão de exercícios anteriores, porém com duas colunas adicionais: 2011B e 2012B.

Estas colunas representam os dados de 2011 e 2012 respectivamente, mas com extrações atualizadas em janeiro de 2014. Notam-se dois efeitos ao compará-las com o que foi apresentado anteriormente:

- Diminuição do absenteísmo em algumas Regiões Fiscais, onde detectou-se o cancelamento de faltas por motivo de greve pela atuação dos sindicatos das categorias de servidores da RFB;
- Aumento do absenteísmo na grande maioria das Regiões Fiscais, entre elas a 5ª RF, aqui justificado pelo já relatado problema do atraso dos lançamentos das licenças via SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor) pelo órgão competente. Os números comparativos evidenciam os atrasos nos lançamentos das licenças feitas através do Subsistema, que somaram quase 1.000 de diferença em 2012 e 500 em 2011.

Os números de 2013, possivelmente, também poderão vir a sofrer alterações devido à intempestividade dos registros no SIASS, dificultando uma análise em relação aos anos anteriores. A ausência ou atraso no registro dessas ocorrências pode acarretar graves prejuízos para o servidor, desde um corte parcial na folha de pagamento até demissão por desídia.

ii. REPOSIÇÃO DO QUADRO

O Grau de Reposição de Aposentadorias apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$\frac{\sum \text{entradas}}{(\sum \text{vacâncias} + \sum \text{exonerações} + \sum \text{aposentadorias} + \sum \text{falecimentos} + \sum \text{demissões})}$
Obs.: As entradas consideraram apenas provimento originário.

Quadro 66: REPOSIÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL - RELAÇÃO ENTRE INGRESSOS E EGRESSOS EM 2013

UJ	Ingressos 2013	Egressos 2013	Reposição do quadro
1ª RF	98	116	0,84
2ª RF	236	58	4,07
3ª RF	7	51	0,14
4ª RF	0	82	0,00
5ª RF	20	71	0,28
6ª RF	1	134	0,01
7ª RF	5	179	0,03
8ª RF	302	380	0,79
9ª RF	46	106	0,43
10ª RF	91	102	0,89
UC	151	56	2,70
DRJ	0	41	0,00
RFB	957	1.376	0,70

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

O indicador de reposição de aposentadorias, apresentado na prestação de contas anterior, foi modificado para refletir de forma mais clara a situação de reposição do quadro funcional. Os resultados indicam a proporção ingressos sobre egressos. Os valores abaixo de 1 indicam perdas. Apenas duas UJ (2ª RF e UC) receberam mais servidores do que perderam ao longo do ano.

Para complementar a informação, no quadro abaixo são apresentados dados da movimentação de servidores, tanto externa (ingressos e egressos) quanto interna (remoção). São comparados os números brutos com a Força de Trabalho (FT) em 31/12/2012, de acordo com a Prestação de Contas referente ao exercício 2012.

Quadro 67: INGRESSOS, EGRESSOS E REMOÇÕES EM 2013, E SUA RELAÇÃO COM A FORÇA DE TRABALHO TOTAL DAS UNIDADES

UJ	Força de Trabalho 31/12/12 (FT 2012)	Ingressos 2013 (I 2013)	$\frac{I\ 2013}{FT\ 2012}$	Egressos 2013 (E 2013)	$\frac{E\ 2013}{FT\ 2012}$	Remoção 2013	$\frac{R\ 2013}{FT\ 2012}$	Força de Trabalho 31/12/13 (FT 2013)	$\frac{FT\ 2013}{FT\ 2012}$
1ª RF	1.697	98	5,77%	116	6,84%	-47	-2,77%	1.645	96,94%
2ª RF	1.404	236	16,81%	58	4,13%	-151	-10,75%	1.429	101,78%
3ª RF	1.199	7	0,58%	51	4,25%	9	0,75%	1.159	96,66%
4ª RF	1.582	0	0,00%	82	5,18%	11	0,70%	1.488	94,06%
5ª RF	1.264	20	1,58%	71	5,62%	14	1,11%	1.224	96,84%
6ª RF	2.122	1	0,05%	134	6,31%	17	0,80%	1.999	94,20%
7ª RF	3.442	5	0,15%	179	5,20%	73	2,12%	3.326	96,63%
8ª RF	5.492	302	5,50%	380	6,92%	75	1,37%	5.505	100,24%
9ª RF	2.401	46	1,92%	106	4,41%	22	0,92%	2.362	98,38%
10ª RF	1.811	91	5,02%	102	5,63%	-43	-2,37%	1.746	96,41%
UC	1.440	151	10,49%	56	3,89%	22	1,53%	1.541	107,01%
DRJ	798	0	0,00%	41	5,14%	-2	-0,25%	757	94,86%
RFB	24.652	957	3,88%	1.376	5,58%	0	0,00%	24.181	98,09%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Figura 18: INGRESSOS 2013 EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO EM 31/12/2012

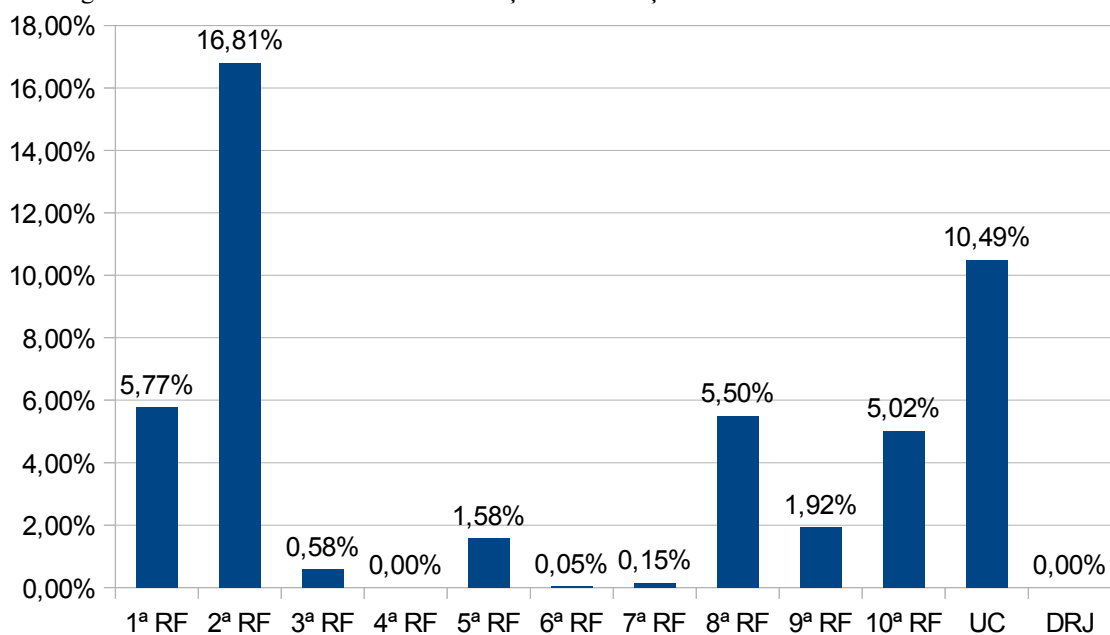


Figura 19: EGRESSOS 2013 EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO EM 31/12/2012

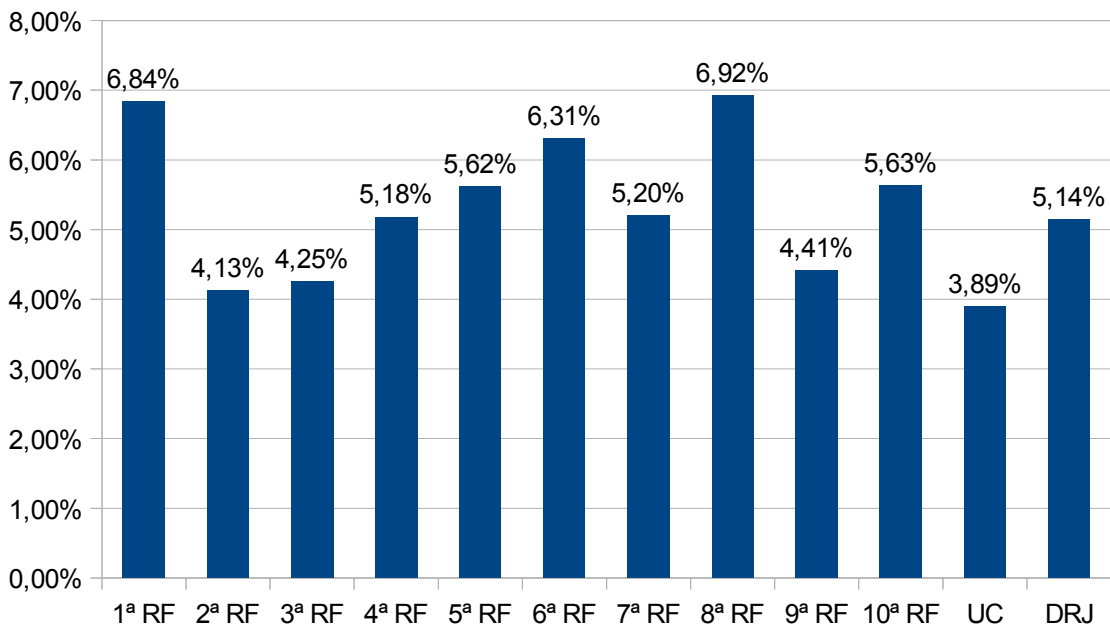
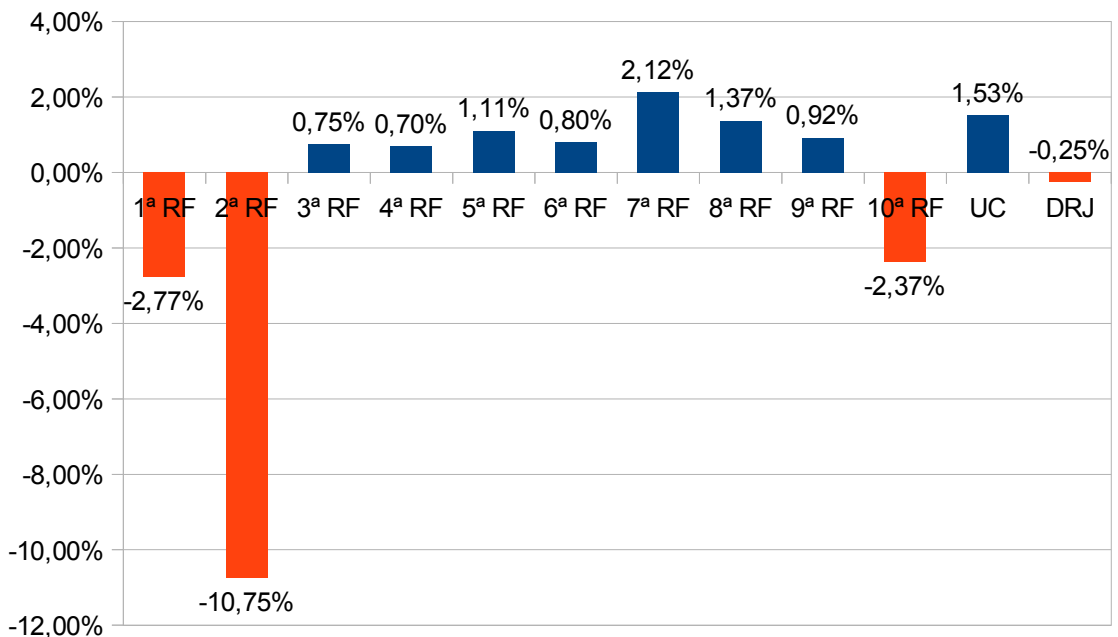


Figura 20: REMOÇÕES 2013 EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO EM 31/12/2012



A partir da análise dos dados, infere-se que:

- Mesmo com a entrada de 957 servidores em 2013, a força de trabalho da RFB foi reduzida em 2%, cenário que vem se repetindo nos últimos anos;
- O valor expressivo de 1.376 egressos no ano de 2013 está associado a duas vertentes:
 - Alto número de aposentadorias, 869 em 2013, situação de risco que deve persistir de acordo com a informação do **Quadro 59: QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ**

POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12, em que 47% dos servidores se encontram nas classes acima de 50 anos; e

- Alto índice de vacância por posse em cargo inacumulável, 384 em 2013, evidenciando a diminuição de atratividade da RFB em relação a outros órgãos públicos.
- A interpretação do gráfico de ingressos deve ser feita em conjunto com a do gráfico de remoções. A 2ª RF, por exemplo, sendo a que mais exporta servidores na remoção, para compensar tal perda, é a maior receptora de novos servidores por concurso público.

A política de movimentação de pessoal objetiva equalizar a distribuição dos servidores entre as unidades. Como o egresso percentual é homogêneo e a política de remoção atua na movimentação das RF de fronteira (1ª, 2ª, 9ª e 10ª) para as demais, os ingressos funcionam como compensações desse fluxo.

Mesmo assim, os resultados apresentados explicitam que os ingressos de servidores na 5ª RF em 2013 continuaram sendo insuficientes para repor as perdas com aposentadorias após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações, com reflexos também no grau de lotação bruto da região, como sinalizado a seguir.

iii. GRAU DE LOTAÇÃO BRUTO

O Grau de Lotação Bruto apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Número de servidores da carreira ARFB em 31/12}}{\text{Lotação autorizada}}$$

A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº 1.953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

Quadro 68: EVOLUÇÃO DO GRAU DE LOTAÇÃO BRUTO NAS UNIDADES DA RFB

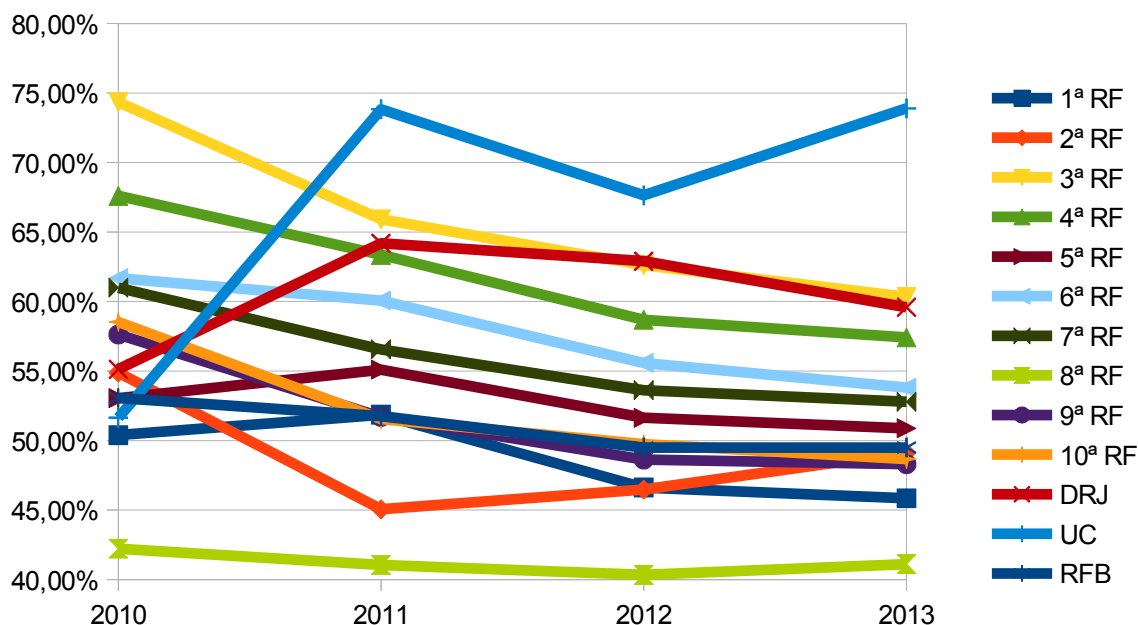
Unidades	2010	2011	2012	2013
1ª RF	50,39%	51,86%	46,62%	45,85%
2ª RF	54,89%	45,06%	46,48%	49,12%
3ª RF	74,34%	65,91%	62,62%	60,33%
4ª RF	67,60%	63,36%	58,69%	57,42%
5ª RF	53,05%	55,10%	51,64%	50,88%
6ª RF	61,68%	60,07%	55,58%	53,80%
7ª RF	60,99%	56,56%	53,63%	52,79%
8ª RF	42,22%	41,05%	40,34%	41,11%
9ª RF	57,63%	51,70%	48,63%	48,30%
10ª RF	58,53%	51,54%	49,74%	48,67%
DRJ	55,13%	64,19%	62,90%	59,59%
UC	51,64%	73,83%	67,64%	73,89%
RFB	53,06%	51,76%	49,50%	49,50%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3.

A manutenção do valor do grau de lotação da RFB, em relação ao ano anterior, é resultado do ingresso de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários, que apenas compensou as perdas da Carreira ARFB ao longo de 2013. Deve-se ter cuidado na comparação com o Grau de Reposição do Quadro,

que considera também as Carreiras Administrativas. Já o grau de lotação bruto da 5ª RF segue a tendência de queda observada na maior parte das regiões, onde o número de ingressos foi insuficiente para recompor as perdas verificadas ao longo de 2013.

Figura 21: EVOLUÇÃO DO GRAU DE LOTAÇÃO BRUTO NAS UNIDADES DA RFB



Os dados sobre o Grau de Lotação corroboram os anteriormente apresentados sobre a reposição do quadro. A RFB, mesmo com a entrada de novos servidores, não consegue suprir as saídas, vindo seu quadro diminuir ao longo dos últimos anos. O grau de 49,50% pode ser separado para cada um dos cargos da Carreira Auditoria, e vemos pelo quadro a seguir que eles estão entre os menores dentre as carreiras típicas de Estado:

Quadro 69: COMPARATIVO DO GRAU DE LOTAÇÃO ENTRE CARREIRAS DE ESTADO

Órgão	Cargo	Lotação Real*	Lotação Máxima**	Grau de Lotação
Receita Federal do Brasil	AFRFB	11.088	20.395	54,37%
	ATRFB	7.550	16.677	45,27%
Ministério das Relações Exteriores	Diplomata	1.557	1.805	86,26%
	Oficial de Chancelaria	881	1.893	46,54%
Polícia Federal	Delegado	1.714	2.187	78,37%
	Agente	6.240	8.033	77,68%
Ministério do Trabalho e Emprego	Auditor Fiscal do Trabalho	2.795	3.644	76,70%
Grau de Lotação médio (sem a RFB)				73,11%

Fontes:

* Boletim Estatístico de Pessoal 211 do MP, de novembro de 2013

** Publicação “Dados LDO” do MP, Portaria 1992 de 30/11/12

Fica claro com estas comparações o baixo índice de provimento da lotação da carreira ATRFB. As carreiras típicas de Estado compõem o Núcleo Estratégico do Estado, do qual decorrem os objetivos

fundamentais e as políticas públicas formuladas pelo governo. É essencial que tal Núcleo seja robusto, sem apresentar as distorções atuais.

iv. EDUCAÇÃO CONTINUADA

O Grau de Amplitude apurado pela RFB traduz a relação entre o número de servidores capacitados em 2013 sobre o número total de servidores. Em 2013, a 5ª RF capacitou 72,95% dos seus servidores em pelo menos uma ação de desenvolvimento.

O Grau de Aprofundamento apurado pela RFB traduz a carga horária média de treinamento alocada aos servidores que foram capacitados em 2013. Assim, em 2013 a 5ª RF alocou em média 50,59 horas de treinamento em cada um dos seus servidores capacitados em 2013.

Quadro 70: INDICADORES DE CAPACITAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL DA UJ

Indicador	Resultado
Grau de Amplitude	72,95%
Grau de Aprofundamento	50,59 horas/servidor

Fonte: Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da RFB - Siscad

Ambos os resultados trazem melhorias em relação ao ano passado, cujos valores foram de 72,89% e 36,55 horas, respectivamente.

O Quadro 35: ÍNDICE DE GESTÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO apresenta informações adicionais sobre o desempenho da 5ª RF na área de capacitação e desenvolvimento do seu quadro funcional.

5.2 - Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários

Item 5.2 da Portaria TCU nº 175/2013

5.2.1 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Item 5.2.3 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 71: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA / DRF-ARACAJU

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju													
UG/Gestão: 170072/00001							CNPJ: 00.394.460/0092-89						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	014/2012	14.531.179/0001-40	01/10/12	30/09/14	-	-	16	16	-	-	P
2012	L	O	019/2012	24.270.795/0001-16	18/12/12	17/12/14	14	14	-	-	-	-	P

Observações: Nada a acrescentar.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIASG/SICON

Quadro 72: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA / SRRF05

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal													
UG/Gestão: 170078/00001							CNPJ: 00.394.460/0090-17						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	25/2011	70.237.672/0002-81	01/07/12	31/12/14	06	06	-	-	-	-	P
2010	V	O	53/2010	70.237.672/0002-81	14/01/11	13/05/14	37	28	-	-	-	-	A
2012	L	O	04/2012	04.999.113/0001-01	03/07/12	02/03/14	24	24	-	-	-	-	A

Observações: O contrato 25/2011 foi publicado com vigência 01/09/2011 a 30/04/2013, no entanto, considerando cláusula expressa, sua execução e consequentes efeitos financeiros ocorreram a partir de 01/07/2012.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

Quadro 73: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA / DRF-SALVADOR

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador													
UG/Gestão: 170079/00001						CNPJ: 00.394.460/0091-06							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Observações: Não há ocorrências para o período. Esta UG ocupa o mesmo prédio da UG 170078 (SRRF05), que administra os contratos de limpeza e vigilância (vide Quadro 72)													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:

Quadro 74: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA / DRF-FEIRA DE SANTANA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana													
UG/Gestão: 170080/00001						CNPJ: 00.394.460/0093-60							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	05/2011	09.576.446/0001-33	14/12/11	31/12/13	21	21	-	-	-	-	E
2011	V	O	04/2011	02.534.128/0001-60	05/10/11	04/02/15	28	28	-	-	-	-	P
Observações: Nada a acrescentar.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

Quadro 75: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA/DRF-VITÓRIA DA CONQUISTA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitoria da Conquista													
UG/Gestão: 170081/00001							CNPJ: 00.394.460/0094-40						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	01/2012	12.633.102/0001/23	14/02/12	13/06/15	12	12	-	-	-	-	P
2011	V	O	02/2011	05.248.988/0001-26	18/11/11	16/03/15	20	20	-	-	-	-	P
Observações: Nada a acrescentar.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Satel/DRF Vitória da Conquista - BA													

Quadro 76: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA / ALF-PORTO DE SALVADOR

Unidade Contratante													
Nome: Alfandega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador													
UG/Gestão: 170226/00001							CNPJ: 00.394.460/0210-68						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	01/2012	12.633.102/0001-23	01/03/12	30/06/15	10	10	-	-	-	-	P
2012	V	O	02/2012	70.237.672/0002-81	01/02/12	31/05/15	20	20	-	-	-	-	P
Observações: Nada a acrescentar.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Planilha de controle de contratos e SIASG													

Quadro 77: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA / DRF-CAMAÇARI

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Camaçari													
UG/Gestão: 170326/00001							CNPJ: 00.394.460/0467-29						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	02/2012	08.307.120/0001-48	01/10/12	31/05/14	-	-	3	3	-	-	A
2011	V	O	06/2011	02.534.128/0001-60	01/01/12	30/04/15	-	-	5	5	-	-	P

Observações: Nada a acrescentar.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

Quadro 78: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA / DRF-ITABUNA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna													
UG/Gestão: 170327/00001							CNPJ: 00.394.460/0464-86						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	05/2013	18.206.476/0001-49	01/10/13	30/09/14	12	12	-	-	-	-	A
2012	V	E	04/2012	05.645.919/0001-12	01/10/12	31/03/13	-	-	16	16	-	-	E
2013	V	O	04/2013	05.913.326/0001-23	01/06/13	31/05/14	-	-	16	17	-	-	A
2012	V	O	05/2011	03.613.941/0001-99	01/01/12	31/04/15	-	-	4	4	-	-	P

Observações: Nada a acrescentar.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIAFI e dados dos contratos

Quadro 79: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA
OSTENSIVA / ALF-AEROPORTO DE SALVADOR

Unidade Contratante													
Nome: Alfandega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Salvador													
UG/Gestão: 170382/00001							CNPJ: 00.394.460/0466-48						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	05/2012	08.528.285/0001-40	14/05/12	13/05/17	-	-	1	1	-	-	P
Observações: A unidade não possui contrato de vigilância pois ela é efetuada pela INFRAERO.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SIAFI e SIASG

5.2.2 - Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Item 5.2.4 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 80: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / DRF-ARACAJU

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju													
UG/Gestão: 170072/00001							CNPJ: 00.394.460/0092-89						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	7	O	01/2013	15787759/0001-33	04/02/13	03/02/14	-	-	2	2	-	-	A
2012	4	O	10/2012	07119176/0001-06	05/07/12	04/07/14	-	-	1	1	-	-	P
Observações: Nada a acrescentar.													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;													
12. Outras.													

Fonte: SIASG/SICON

Quadro 81: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / SRRF05

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal														
UG/Gestão: 170078/00001							CNPJ: 00.394.460/0090-17							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	4	O	04/2012	04.999.113/0001-01	03/07/12	02/03/14	6	6	-	-	-	-	-	A
2012	9	O	08/2012	02.948.998/0001-86	01/10/12	31/05/14	9	9	-	-	-	-	-	A
2011	12	O	23/2011	09.040.769/0001-08	21/06/13	20/06/14	-	-	-	-	-	-	-	P
2012	10	O	09/2012	08.307.120/0001-48	01/10/12	31/05/14	8	8	-	-	-	-	-	A
2011	2	O	34/2011	07.244.760/0001-93	02/12/11	01/08/13	-	-	2	2	-	-	-	E
2013	2	O	14/2013	09.144.947/0001-40	02/09/13	01/09/14	-	-	2	2	-	-	-	A
Observações: O contrato nº 23/2011 refere-se a serviços eventuais de contador e carregador de mercadorias da Divisão de Repressão. Contratos estimados em diárias para pagamento daquelas efetivamente prestadas.														
LEGENDA														
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12. Outras.							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

Quadro 82: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / DRF-SALVADOR

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador													
UG/Gestão: 170079/00001							CNPJ: 00.394.460/0091-06						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	12	O	35/2011	11.176.432/0001-74	01/02/12	30/09/13	-	-	2	2	-	-	E
2011	12	O	36/2011	63.235.220/0001-14	01/02/12	31/05/15	2	2	-	-	-	-	P
2012	5	O	02/2012	01.524.224/0001-65	01/02/12	31/05/15	-	-	8	8	-	-	P
2012	12	O	03/2012	08.528.285/0001-40	01/02/12	31/05/15	2	2	-	-	-	-	P
2013	12	O	01/2013	17.204.757/0001-08	24/10/13	23/06/15	-	-	2	2	-	-	A
<p>Observações: Os contratos nº 35/2011 e nº 01/2013 referem-se aos serviços de motorista. O contrato nº 36/2011 refere-se a serviços de carregador. O contrato nº 03/2012 refere-se a serviços de mensageiro.</p>													
<p>LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes; 12. Outras.</p>					<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>								

Fonte: SIASG e Termo de Referência

Quadro 83: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / DRF-FEIRA DE SANTANA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana													
UG/Gestão: 170080/00001						CNPJ: 00.394.460/0093-60							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	9	O	3/2009	00.632.068/0001-93	03/06/09	02/06/14	2	2	-	-	-	-	P
Observações: Nada a acrescentar.													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes; 12. Outras.					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

Quadro 84: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / DRF-VITÓRIA DA CONQUISTA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista													
UG/Gestão: 170081/00001							CNPJ: 00.394.460/0094-40						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	05/2012	16.364.275/0001-44	15/05/12	14/05/14	-	-	2	2	-	-	P
2012	5	O	06/2012	16.364.275/0001-44	01/06/12	31/05/14	-	-	9	9	-	-	P
2012	4	O	04/2012	16.364.275/0001-44	08/05/12	07/09/15	1	1	-	-	-	-	P
Observações: O contrato nº 05/2012 refere-se a serviços de carregador.													
LEGENDA													
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12. Outras.				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									

Fonte: Satel/DRF Vitória da Conquista - BA

Quadro 85: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / ALF-PORTO DE SALVADOR

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador													
UG/Gestão: 170226/00001							CNPJ: 00.394.460/0210-68						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	18/2010	07.633.003/0001-01	01/07/10	30/06/15	-	-	3	3	-	-	P
2011	12	O	17/2011	11.176.432/0001-74	03/03/11	18/12/13	1	1	-	-	-	-	E
2011	12	O	38/2011	11.176.432/0001-74	12/12/11	18/12/13	2	2	-	-	-	-	E
Observações: O contrato nº 17/2011 refere-se a serviços de mensageiro. O contrato nº 38/2011 refere-se a serviços de carregador.													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12. Outras.													

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

Quadro 86: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / DRF-CAMAÇARI

Unidade Contratante															
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Camaçari															
UG/Gestão: 170326/00001							CNPJ: 00.394.460/0467-29								
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2010	2	O	09/2010	07.633.003/0001-01	06/04/10	05/04/15	-	-	1	1	-	-	-	-	P
2010	12	O	10/2010	07.633.003/0001-01	06/04/10	05/04/15	2	2	-	-	-	-	-	-	P
2012	4	O	02/2012	08.307.120/0001-48	01/10/12	31/05/14	2	2	-	-	-	-	-	-	A
2012	5	O	03/2012	14.513.052/0001-76	01/01/13	31/12/14	-	-	4	4	-	-	-	-	P
Observações: O contrato nº 10/2010 refere-se a serviço de operador de carga e descarga.															
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12. Outras.					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.										

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

Quadro 87: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / DRF-ITABUNA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna													
UG/Gestão: 170327/00001							CNPJ: 00.394.460/0464-86						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	12	O	20/2010	07.633.003/0001-01	01/06/10	31/05/15	3	3	-	-	-	-	P
2012	4	O	01/2012	08.528.285/0001-40	14/04/12	16/08/15	1	1	-	-	-	-	P
2011	5	O	04/2011	11.176.432/0001-74	01/12/11	31/07/13	-	-	10	10	-	-	E
2013	5	O	06/2013	18.206.476/0001-49	13/11/13	12/11/14	-	-	11	11	-	-	A
2008	9	O	05/2008	29.739.737/0010-01	01/08/08	31/07/13	-	-	1	1	-	-	E
Observações: O contrato nº 20/2010 (área 12) refere-se a prestação de serviços de carregador.													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12. Outras.													

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

Quadro 88: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA / ALF-AEROPORTO DE SALVADOR

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Salvador													
UG/Gestão: 170382/00001							CNPJ: 00.394.460/0466-48						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	05/2012	08.528.285/0001-40	14/05/12	13/05/17	-	-	1	1	-	-	P
2010	5	O	05/2010	11.176/432/0001-74	06/09/10	31/10/13	-	-	2	2	-	-	E
2012	5	O	03/2012	11.176/432/0001-74	02/01/13	31/10/13	-	-	2	2	-	-	E
2012	2	O	02/2012	11.756.919/0001-26	05/03/12	04/03/17	-	-	1	1	-	-	P
Observações: Nada a acrescentar.													
LEGENDA													
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12. Outras.							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

Fonte: SIAFI e SIASG

5.2.3 - Análise Crítica dos itens 5.2.1 e 5.2.2

Item 5.2.5 da Portaria TCU nº 175/2013

As empresas terceirizadas ainda apresentam muitos problemas. São contratadas pelo menor preço e, por conta disso, muitas vezes não conseguem se manter ou prestar um serviço compatível com o demandado ou, pior ainda, deixam de cumprir suas obrigações tributárias, previdenciárias e até trabalhistas. A estrutura de fiscalização, por consequência, se torna cada vez mais complexa, exigindo mais servidores e com maior qualificação, seja para o acompanhamento, seja para a aplicação de penalidades. Seguem alguns registros efetuados pelas unidades gestoras da 5ª Região Fiscal sobre o tema:

- **Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador** – No encerramento do contrato de Motorista (35/2011), a empresa não apresentou alguns documentos como o FGTS rescisório. Foi então efetuada a retenção do pagamento da fatura e solicitada a intervenção do Ministério Público do Trabalho - MPT, o qual marcou audiência de mediação para o dia 17/02/2014 às 14h.

- **Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador** – Os contratos 17/2011 e 38/2011 com a LINS SERVIÇOS GERAIS LTDA-ME (CNPJ 11.176.432/0001-74) foram rescindidos em 18/12/2013, em virtude do não cumprimento de obrigações contratuais, especialmente atraso no pagamento de funcionários e não comprovação de cumprimento de obrigações trabalhistas acessórias.
- **Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador** – Os serviços de manutenção predial são fornecidos pela empresa TECTENGE-TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. CNPJ nº 00.632.068/0001-93 por meio de contrato firmado com a SAMF-BA para prestação em órgãos vinculados ao Ministério da Fazenda. Os recursos relativos ao rateio das despesas do contrato são repassados à SAMF-BA diretamente pela DIPOL/SRRF05.
- **Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju** – A princípio todos os contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra, administrados pela UG 170072 - limpeza e conservação, vigilância armada, telefonista e copeiragem - estão em situação regular. De acordo com a fiscalização dos contratos, as empresas contratadas têm prestado de forma satisfatória os serviços objeto do contrato. Têm, também, efetuado pagamento dos salários dos empregados tempestivamente, dos vales-transporte e ticket alimentação, e têm, ainda, apresentado cópia da GFIP e do recolhimento do FGTS. Observa a fiscalização de contratos que as CTPS dos empregados estão assinadas e os recibos de pagamentos em dia, bem como, a folha de frequência e a avaliação de saúde. Há cópias de toda a documentação. À nota fiscal emitida pela empresa mensalmente estão acostados os comprovantes de recolhimentos e recibo, os quais integram o procedimento de conformidade da UG. Porém verifica-se a dificuldade em comprovar o recolhimento do FGTS e a liquidação/concretização da GFIP.

5.2.4 - Composição do Quadro de Estagiários

Item 5.2.6 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 89: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	105	110	112	109	643.941,38
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	105	110	112	109	643.941,38
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
1.3 Área Fim	0	0	0	0	0
1.4 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	105	110	112	109	643.941,38

Fonte: DW Siape – Fevereiro 2014

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estão contabilizados no quadro os estagiários da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Salvador (BA);

2. Foram apuradas as rubricas de Bolsa de Estágio, Auxílio Transporte Estagiário e Recesso Remunerado Estágio. Não são considerados os descontos de falta, auxílio transporte do período de recesso e GRU emitidas em nome do estagiário;
3. O lançamento de dados históricos no Siape, após a data da extração DW, pode gerar diferença nos valores apresentados.

A contratação de estagiários na RFB é realizada mediante a celebração de contratos com empresas que prestam serviços como agentes de integração entre universidades, estudantes e a RFB. A seleção é realizada conforme a demanda de trabalho do órgão e o perfil do curso do estudante.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 5ª REGIÃO
FISCAL - SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 6: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
(Item 6, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Item 6.1 da Portaria TCU nº 175/2013

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

- Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais.
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
- Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial.
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, XXI da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns.
- Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas.
- Decreto nº 5.450, de 31 de março de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.
- Portaria do Ministério da Fazenda nº 282, de 9 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.
- Portaria da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 3.010, de 29 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.
- Norma de execução da Coordenação Geral de Serviços Gerais da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda nº 1.03.003, de 14 de fevereiro de 1997, que estabelece procedimentos administrativos ao credenciamento de servidor para condução de veículo oficial.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A 5ª Região Fiscal, por sua grande dimensão territorial, não pode prescindir da intensa utilização de sua frota de veículos, quer na área administrativa, para transporte de documentos, pessoas e bens entre as demais unidades da Receita Federal do Brasil e órgãos de relacionamento; quer nas atividades ligadas à fiscalização (tributária e aduaneira) e à repressão. Assim, seu uso é de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades das unidades e consequente alcance da Missão Institucional.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;
- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

A situação da frota da 5ª Região Fiscal em relação aos itens “c” a “f” acima está demonstrada no **Quadro 90** a seguir:

Quadro 90: DETALHES SOBRE A COMPOSIÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA 5ª REGIÃO FISCAL

Unidade Gestora: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal					
Código da UG: 170078					
Marca	Modelo	Ano Fábrica	Tipo e Uso	Km Média Anual	Origem
Land Rover	FREELANDER 2 SI6	2008	Utilitário e institucional	3.140	Incorporado
Volkswagen	PARATI	2002	Leve e Institucional	439	Adquirido
Volkswagen	PARATI	2002	Leve e Institucional	3.453	Adquirido
Volkswagen	PARATI	2002	Leve e Institucional	0	Adquirido
Volkswagen	PARATI	2002	Leve e Institucional	67.922	Adquirido
Volkswagen	PARATI	2002	Leve e Institucional	56.756	Adquirido
Chevrolet	S-10	2002	Utilitário e institucional	0	Adquirido
Chevrolet	BLAZER COLINA	2005	Utilitário e institucional	0	Incorporado
Ford	CAMINHÃO CARGO 815	2002	Pesado e repressão	1.625	Incorporado
Ford	CAMINHÃO CARGO 2422E	2009	Pesado e repressão	2.422	Incorporado
Ford	CAMINHÃO CARGO 1215	1998	Pesado e repressão	4.364	Incorporado
Chevrolet	S-10	2002	Utilitário e institucional	0	Adquirido
Chevrolet	ASTRA SEDAN	2005	Utilitário e repressão	2.778	Adquirido
Chevrolet	ASTRA SEDAN	2005	Utilitário e repressão	3.767	Adquirido
Ford	RANGER XLT 13	2005	Utilitário e repressão	2.836	Adquirido
Ford	RANGER XLT 13	2005	Utilitário e repressão	6.569	Adquirido
Ford	RANGER XLT 13	2005	Utilitário e repressão	4.830	Adquirido
Peugeot	VAN BOXER	2005	Utilitário e repressão	1.900	Adquirido
Peugeot	VAN BOXER	2005	Utilitário e repressão	2.400	Adquirido
Volkswagen	PARATI	2002	Leve e Institucional	7.100	Adquirido
Fiat	ELBA WEEKEND	1994	Leve e Institucional	0	Transferência
Toyota	LAND CRUISER	1998	Utilitário e institucional	0	Incorporado
Renault	KANGOO SPW1616	2009	Utilitário e repressão	0	Incorporado
Renault	MASTER	2011	Utilitário e institucional	19	Incorporado
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e repressão	1.898	Adquirido
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e repressão	956	Adquirido
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e repressão	1.238	Adquirido
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e repressão	506	Adquirido
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e repressão	1.180	Adquirido
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e repressão	692	Adquirido
Fiat	PALIO WEEKEND	2008	Leve Fiscalização	396	Incorporado
Fiat	STRADA	2008	Leve e Institucional	0	Incorporado

Chevrolet	ASTRA	2007	Leve e Institucional	0	Incorporado
Chevrolet	PRISMA	2009	Leve e Institucional	0	Incorporado
Peugeot	VAN BOXER	2008	Utilitário e institucional	269	Incorporado
Ford	FIESTA	2010	Leve e Institucional	8.392	Incorporado
Ford	ECOSPORT	2007	Leve e Institucional	3.159	Incorporado
Total de veículos da UG				37	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência				R\$ 37.350,74	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência				R\$ 31.751,55	
Unidade Gestora: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista Código da UG: 170081					
Marca	Modelo	Ano Fábrica	Tipo e Uso	Km Média Anual	Origem
Chevrolet	S10	2002	Utilitário Fiscalização	2.264	Adquirido
Chevrolet	S10	2002	Utilitário Fiscalização	7.453	Adquirido
Volkswagen	Parati	2002	Leve Fiscalização	2.242	Adquirido
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário Repressão	2.967	Adquirido
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário Repressão	477	Adquirido
Total de veículos da UG				8	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência				R\$ 1.490,07	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência				R\$ 7.662,16	
Unidade Gestora: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna Código da UG: 170327					
Marca	Modelo	Ano Fábrica	Tipo e Uso	Km Média Anual	Origem
Toyota	Tundra	2008	Utilitário e Institucional	6.000	Incorporado
Fiat	Ducato	2006	Utilitário e Institucional	6.000	Incorporado
Ford	F-350	1991	Utilitário e Institucional	0	Incorporado
Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	8.000	Adquirido
Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	8.000	Adquirido
Chevrolet	S10 C.Dupla 2.8	2002	Utilitário e Institucional	1.000	Adquirido
Chevrolet	S10 C.Dupla 2.8	2002	Utilitário e Institucional	8.000	Adquirido
Fiat	Strada	2008	Utilitário e Institucional	8.000	Incorporado
Total de veículos da UG				8	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência				R\$ 17.491,04	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência				R\$ 12.183,48	
Unidade Gestora: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju Código da UG: 170072					
Marca	Modelo	Ano Fábrica	Tipo e Uso	Km Média Anual	Origem
Volkswagen	Paraty	2002	Leve e Institucional	6.496	Adquirido
Chevrolet	Caminhonete	2002	Utilitário e Institucional	13.194	Adquirido
Mitsubishi	Caminhonete	2013	Utilitário e Repressão	2.093	Adquirido
Mitsubishi	Caminhonete	2013	Utilitário e Institucional	2.978	Adquirido
Volkswagen	Caminhão	2004	Utilitário e Institucional	1.324	Adquirido
Nissan	Caminhonete	2004	Utilitário e Institucional	5.352	Adquirido
Total de veículos da UG				6	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência				R\$ 2.390,00	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência				R\$ 9.975,60	
Unidade Gestora: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana Código da UG: 170080					
Marca	Modelo	Ano Fábrica	Tipo e Uso	Km Média Anual	Origem
Chevrolet	PICK-UP S102.8	2002	Utilitário	10.022	Adquirido
Chevrolet	PICK-UP S102.8	2002	Utilitário	8.609	Adquirido

Volkswagen	PARATI	2002	Passageiros	2.000	Adquirido
Nissan	FRONTIER	2008	Utilitário	1.994	Incorporado
Fiat	DUCATO	2013	Utilitário	3.154	Adquirido
Mitsubishi	L200 TRITON	2013	Utilitário	4.489	Adquirido
Mitsubishi	L200 TRITON	2013	Utilitário	9.386	Adquirido
Total de veículos da UG				7	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência				R\$ 2.306,85	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência				R\$ 6.850,53	
Unidade Gestora: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Salvador Código da UG: 170226					
Marca	Modelo	Ano Fábrica	Tipo e Uso	Km Média Anual	Origem
Chevrolet	BLAZER	2005	Utilitário e Repressão	16.635	Adquirido
Chevrolet	BLAZER	2005	Utilitário e Repressão	8.162	Adquirido
Chevrolet	BLAZER	2005	Utilitário e Repressão	11.242	Adquirido
Chevrolet	BLAZER	2005	Utilitário e Repressão	6.417	Adquirido
Chevrolet	S-10	2003	Utilitário e Repressão	8.206	Adquirido
Volkswagen	PARATI	2003	Utilitário e Repressão	5.008	Adquirido
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e Repressão	5.421	Adquirido
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e Repressão	1.563	Adquirido
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e Repressão	853	Adquirido
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e Repressão	1.445	Adquirido
Total de veículos da UG				10	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência				R\$ 29.251,27	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência				R\$ 18.560,29	
Unidade Gestora: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Camaçari Código da UG: 170326					
Marca	Modelo	Ano Fábrica	Tipo e Uso	Km Média Anual	Origem
Chevrolet	S-10	2001	Utilitário institucional	10.000	Adquirido
Total de veículos da UG				1	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência*				-	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência*				-	
Unidade Gestora: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional de Salvador Código da UG: 170382					
Marca	Modelo	Ano Fábrica	Tipo e Uso	Km Média Anual	Origem
Ford	RANGER XLT 13	2005	Utilitário e Repressão	5.200	Adquirido
Ford	RANGER XLT 13	2005	Utilitário e Repressão	5.200	Adquirido
Mitsubishi	L 200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	5.200	Adquirido
Mitsubishi	L 200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	5.200	Adquirido
Total de veículos da UG				4	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência				R\$ 3.500,00	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência				R\$ 4.100,00	
Unidade Gestora: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador Código da UG: 170079					
Marca	Modelo	Ano Fábrica	Tipo e Uso	Km Média Anual	Origem
Chevrolet	MERIVA	2009	Leve e repressão	9.729	Incorporado
Ford	FIESTA	2010	Leve e repressão	10.936	Incorporado
Chevrolet	MONTANA	2007	Utilitário e repressão	3.594	Incorporado
Total de veículos da UG				3	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência				R\$ 7.228,53	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência				R\$ 13.208,34	

Total de veículos da UJ	84
Despesas da UJ com manutenção no exercício de referência	R\$ 101.008,50
Despesas da UJ com combustível no exercício de referência	R\$ 104.291,95

Fonte: Divisão de Programação e Logística da 5ª Região Fiscal (Dipol/SRRF05)

* As despesas do veículo da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Camaçari são pagas pela SRRF05.

g) Plano de substituição da frota:

A frota da 5ª RF tinha até 2013, em média, 9 anos de uso, formada em sua maioria por veículos comprados em 2002 e 2005, além dos apreendidos e incorporados. Não havia recursos para renovação da frota. Dentro de um cronograma nacional da RFB, a 5ª RF recebeu em 2013, 20 caminhonetes para atividades de repressão ao contrabando e ao descaminho. Este fato, além de reduzir a idade média da frota, também serviu para atenuar os problemas nas áreas administrativas, que, quando possível, também se utilizam destes veículos. O projeto de renovação da frota da RFB previa também aquisições de veículos para atender às demandas administrativas ainda em 2013, com recebimento dos veículos em 2014. Por conta do contingenciamento, esta licitação não ocorreu e está prevista para 2014.

Como significativa parcela da frota já está sucateada, a 5ª Região Fiscal irá se desfazer em 2014 dos automóveis sem condições de uso, ampliando este quantitativo com o recebimento dos novos veículos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

As unidades não possuem veículos locados, pois existe a facilidade de incorporação ao patrimônio de veículos apreendidos por este órgão em operações de fiscalização e repressão. Entretanto, ainda persistem diversos problemas para a legalização dos veículos apreendidos e suas reais condições de uso nem sempre se mostram satisfatórias. Assim sendo, a Superintendência Regional da RFB na 5ª Região Fiscal está reavaliando esta postura, principalmente no caso das unidades com veículos que rodam poucos quilômetros por mês.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

A 5ª RF adota controles manuais de saída e chegada de veículos, de quilometragem percorrida, de custo de manutenção e de abastecimento e consumo de combustível Também busca-se adotar a sistemática de programação de viagens a fim de racionalizar e economizar os deslocamentos de veículos.

6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade

Item 6.2 da Portaria TCU nº 175/2013

6.2.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Item 6.2.1 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 91: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF BAHIA	19	9
	Santo Amaro	1	1
	Feira de Santana	2	2
	Jacobina	1	1
	Juazeiro	1	1
	Euclides da Cunha	2	0
	Ribeira do Pombal	1	0
	Paulo Afonso	1	0
	Ibotirama	1	0
	Irecê	1	0
	Itabuna	1	1
	Ilhéus	1	1
	Eunápolis	1	0
	Itapetinga	1	1
	Vitória da Conquista	1	1
	Jequié	1	0
	Brumado	1	0
	Salvador	1	0
Subtotal Brasil		19	9
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		19	9

Fonte: SPIUNET e EDIFICA

6.2.2 - Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Item 6.2.2 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 92: DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170327	3597.00054.500-8	13	6	1.459.139,21	28/10/11	1.459.139,21	156.545,60	0,00
170327	3117.00039.500-2	13	3	105.000,00	10/07/13	105.000,00	0,00	0,00
170081	3661.00274.500-0	12	3	100.000,00	27/09/13	100.000,00	0,00	0,00
170080	3515.00001.500-4	12	4	57.959,22	13/10/11	936.769,13	0,00	0,00
170080	3515.00002.500-0	12	4	604.039,64	31/10/11	8.878.613,60	0,00	95.485,56
170080	3651.00003.500-8	13	4	9.999,00	13/10/11	238.967,77	0,00	0,00
170080	3669.00030.500-8	13	4	166.280,78	10/10/11	301.410,88	0,00	0,00
170080	3871.00001.500-4	11	7	55.216,81	13/10/11	285.801,34	0,00	0,00
170080	3513.00029.500-0	12	3	270.000,00	28/11/13	270.000,00	0,00	0,00
170080	3565.00014.500-1	12	3	238.446,00	28/11/13	238.446,00	0,00	0,00
170080	3781.00128.500-6	12	3	48.384,00	04/03/13	48.384,00	0,00	0,00
170080	3593.00020.500-0	21	3	600,00	03/10/07	600,00	0,00	0,00
170080	3833.00014.500-9	21	3	75.000,00	05/05/12	75.000,00	0,00	0,00
170080	3513.00027.500-0	7	3	125.123,58	03/01/12	125.123,58	0,00	0,00
Total							156.545,60	95.485,56

Fonte: SPIUNET

Os edifícios próprios da RFB em Vitória da Conquista e Itapetinga não foram objeto de reavaliação em 2013, dada a impossibilidade de inclusão no SPIUNET de novos valores. O prazo de validade da última avaliação expirou em 13/12/2013 e 30/01/2014, respectivamente.

Foram incluídos os terrenos nas cidades de Brumado e Jequié, resultado de recebimento em doação pelos municípios. O terreno de Brumado está em fase de regularização perante a Secretaria do Patrimônio da União.

Terrenos incorporados serão utilizados na construção de novas sedes de Agências localizadas nas cidades de Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal, Ibotirama, Paulo Afonso e Irecê.

Os imóveis da sede da DRF-Feira de Santana passarão em 2014 por amplas reformas estruturais em suas redes lógica, elétrica e sistemas correlatos. Também em 2014, é provável que a DRF-Feira de Santana incorpore novos terrenos para construir as novas sedes das Agências de Macaúbas e Santo Amaro.

A Alfândega do Porto de Salvador ocupa 3 imóveis, sendo que 2 deles (sede da Alfândega e sede da Inspetoria de Aratu-Candeias) são cedidos pela Companhia de Docas do Estado da Bahia (Codeba), sem ônus. No exercício de 2013, a Alfândega empenhou o montante de R\$3.328.690,49, para reforma do edifício-sede da unidade, que será executada em 2014. O terceiro imóvel, onde funciona o Depósito de Mercadorias Apreendidas, foi entregue formalmente à Superintendência da RFB na 5ª Região Fiscal em 30/10/2013, porém, até o momento, não foi cadastrado pela SPU no Spiunet.

6.2.3 - Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Item 6.2.3 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 93: DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Ocupação / UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
170327	3573.00193.500-7	4	1.253.455,32	28/10/11	1.253.455,32	0,00	0,00
170081	3629.00006.500-8	3	42.172,45	30/01/12	98.801,33	0,00	3.040,00
170081	3965.00061.500-3	3	2.474.000,00	13/12/11	2.474.000,00	0,00	27.155,00
Vazios							
-	-	-	-	-	-	-	-
Total						0,00	30.195,00

Fonte: SPIUNET

Nenhum dos três imóveis relacionados no quadro é, de fato, funcional. Os edifícios situados em Vitória da Conquista (RIP 3965.00061.500-3) e Itapetinga (RIP 3629.00006.500-8), que estavam registrados como funcionais em 2013, tiveram os seus perfis alterados no Spiunet no início de 2014. No caso do imóvel da DRF-Itabuna (RIP 3573.00193.500-7), o pedido para correção do registro foi encaminhado à Secretaria do Patrimônio da União.

6.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Item 6.3 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 94: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF BAHIA	27	26
	Salvador	1	1
	Barreiras	1	1
	Cruz das Almas	1	1
	Ibotirama	1	1
	Irecê	1	1
	Itaberaba	1	1
	Macaúbas	1	1
	Paulo Afonso	1	0
	Ribeira do Pombal	1	1
	Santo Antônio de Jesus	1	1
	Seabra	1	1
	Senhor do Bonfim	1	1
	Serrinha	1	1
	Bom Jesus da Lapa	1	1
	Brumado	1	1
	Guanambi	1	1
	Jequié	1	1
	Santa Maria da Vitória	1	1
	Alagoinhas	1	1
	Camaçari	1	1
	Eunápolis	1	1
	Ipiaú	1	1
	Itabuna	1	1
	Itamaraju	1	1
	Porto Seguro	1	1
	Valença	1	1
	Teixeira de Freitas	1	1
	UF SERGIPE	6	6
	Aracaju	1	1
	Estância	1	1
	Lagarto	1	1
	Itabaiana	1	1
Nossa Senhora das Dores	1	1	
Propriá	1	1	
Subtotal Brasil	33	32	
Subtotal Exterior	0	0	
Total (Brasil + Exterior)	33	32	

Fonte: SPIUNET e EDIFICA

A 5ª RF prioriza a incorporação ou construção de imóveis, no entanto, por vezes, necessita optar por imóveis locados, por inexistirem imóveis próprios nacionais capazes de abrigar as repartições da Receita Federal, ou mesmo, pela impossibilidade/restrições orçamentárias de adquirir, pelo menos no momento, imóveis para este fim.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal e a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador funcionam no mesmo edifício, alugado. O cadastro do sistema foi feito, na sua totalidade, pela Superintendência.

As Agências localizadas nos municípios de Euclides da Cunha e Paulo Afonso funcionam em imóveis cedidos por comodato a título gratuito, conforme demonstrado nos processos de nº 10530.000001/2012-61 e 10530.000071/2012-10.

Todos os imóveis ocupados pela Receita Federal do Brasil em Sergipe são de propriedade de terceiros, com contratos de locação registrados no SIASG, características e dados registrados no SPIUNET, bem como no sistema EDIFICA/SPOA/MF.

O contrato de locação da Agência de Alagoinhas, expirado em 2013, foi prorrogado por 60 meses, enquanto que o contrato de Camaçari está em reformulação, uma vez que a Delegacia se encontra analisando outras alternativas para ocupação de sua sede.

A Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Salvador não dispõe de nenhum patrimônio imobiliário. Suas instalações são em área cedida pela Infraero, para que a Receita Federal possa realizar suas funções na fiscalização de passageiros e bagagens e na importação e exportação de bens e mercadorias. Essa cessão não é formalizada e o imóvel, de propriedade da Infraero, é construído em área cedida pelo Ministério da Aeronáutica.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 5ª REGIÃO
FISCAL - SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 7: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
(Item 8, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

7.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Item 8.1 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 95: GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a Gestão Ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Avaliação de Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 			X		
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			X		
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).				X	
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 	X				

Aspectos sobre a Gestão Ambiental	Avaliação				
Avaliação de Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Para definir a pontuação a ser adotada na avaliação, além da resposta dos gestores Superintendência Regional da RFB na 5ª Região Fiscal), foram também colhidas respostas dos administradores de todas as 8 (oito) unidades gestoras subordinadas (Delegacias e Alfândegas da 5ª Região Fiscal). A pontuação registrada como resposta a cada item deste quadro corresponde na maioria dos casos ao valor atribuído com maior frequência (moda) pelos gestores nos respectivos elementos avaliados.</p> <p>Em algumas questões específicas, onde houve duas ou mais respostas distintas com frequência igual ou aproximada, coube ao Superintendente da 5ª RF definir qual a pontuação a ser adotada.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

7.2 - Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água

Item 8.2 da Portaria TCU nº 175/2013

As unidades da 5ª Região Fiscal, de modo geral, realizam o acompanhamento mensal do consumo de água e energia elétrica, por meio de seus fiscais de contratos, e atentando para possíveis desvios na curva de consumo, o que possibilita providências no sentido de conscientização da equipe ou solução de problemas técnicos.

O consumo de papel tem sido desestimulado por meio de utilização do sistema de processo digital (e-Processo). Além disso, mantém-se número reduzido de impressoras, que são compartilhadas por equipes.

Também vem sendo emitidas orientações aos funcionários e colaboradores para uso racional destes recursos, como impressão em frente e verso e desligamento de lâmpadas e equipamentos no intervalo do almoço e ao final do expediente.

Por fim, cabe registrar que as unidades, de acordo com as suas características e peculiaridades, têm efetivado medidas de contenção de gastos nas mais diversas formas.

Quadro 96: CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	11.909 resmas	13.819 resmas	8.940 resmas	112.665,70	117.641,50	86.814,20
Água	21.543 m ³	20.592 m ³	20.859 m ³	388.430,73	373.168,93	353.594,37
Energia Elétrica	3.827.170 Kw	4.107.242 Kw	4.262.181 Kw	1.312.067,85	2.155.735,44	2.080.943,23
			Total	1.813.164,28	2.646.545,87	2.521.351,80

Fonte: SIADS, notas fiscais e SIAFI

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 5ª REGIÃO
FISCAL - SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 8: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas
(Item 9, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

8.1 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Item 9.2.2 da Portaria TCU nº 175/2013

Quadro 97: SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
DELEGACIA DA RFB EM CAMAÇARI			012530
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201114408-1	2	Correio eletrônico
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DELEGACIA DA RFB EM CAMAÇARI			012530
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que Unidade promova e formalize os devidos processos licitatórios, de dispensa ou inexigibilidade, de forma a não mais realizar despesas indevidas a título de reconhecimento de dívida.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA (SAPOL/DRF-CAMAÇARI)			114276
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Houve dificuldade de cumprimento da recomendação pela DRF-Camaçari, em função da reduzida capacidade operacional da unidade, associada ao elevado volume de demandas de caráter prioritário.</p> <p>Ainda assim, a unidade conseguiu cumprir parcialmente a recomendação, com a extinção da realização de despesas por reconhecimento de dívidas em dois dos três serviços que se encontravam nessa condição, conforme explicitado na análise abaixo.</p> <p>A expectativa é de que a recomendação seja plenamente cumprida no primeiro semestre de 2014.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			
<p>À época da auditoria realizada pela CGU, a DRF-Camaçari efetuava pagamentos por reconhecimento de dívida relativa aos seguintes serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">- Telefonia de longa distância da DRF-Camaçari e de sua Agência em Alagoinhas;- Fornecimento de energia elétrica para a Agência em Alagoinhas;- Malote para a DRF-Camaçari e sua Agência em Alagoinhas. <p>Após a recomendação do órgão de controle, a DRF-Camaçari providenciou a contratação do serviço de malote pelo procedimento de inexigibilidade nº 02/2013, conforme processo nº 13502.720537/2012-40, e também do serviço de fornecimento de energia elétrica pelo procedimento de inexigibilidade nº 03/2013, conforme processo nº 13502.720686/2013-72. Com isso, cessou-se o pagamento por dívida reconhecida em relação a esses dois serviços.</p> <p>A unidade encerrou o ano de 2013 com pendência relativa apenas à contratação dos serviços de telefonia, tendo iniciado a preparação do Projeto Básico visando à realização da licitação. A estimativa é de que o documento seja concluído até o mês de abril de 2014, quando poderá ser aberto o processo e finalizado o preparo da minuta de edital de licitação, que será submetida à Procuradoria da Fazenda Nacional. Essa demanda concorre com outras previstas para o período como prorrogações e repactuações contratuais vincendas no 1º semestre de 2014.</p>			

8.2 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Item 9.4 da Portaria TCU nº 175/2013

8.2.1 - Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Item 9.4.1 da Portaria TCU nº 175/2013

Não utilizamos o quadro original previsto na Portaria TCU nº 175/2013 pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não se aplicam à RFB, seria utilizada apenas a última linha;
- As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função.

A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de prestação de contas. Objetiva um acompanhamento mais detalhado do esforço das unidades de Gestão de Pessoas para solução de pendências e manutenção dos dados relativos à guarda de DBR.

Quadro 98: DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

PENDÊNCIAS DE ENTREGA DE DBR							
REGIÃO FISCAL	UNIDADE PAGADORA	SERVIDORES SEM FUNÇÕES	DAS1011	FGR0001	FGR0002	FGR0003	TOTAL
5ª	DRF/AJU/SE	-	-	-	-	-	0
	SRRF/5RF	-	-	-	-	-	0
TOTAL		-	-	-	-	-	0

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Salvador (BA) está incluída na sua Unidade Pagadora (SRRF/5RF)

Atualmente 100% do corpo funcional está com os registros atualizados, resultado que reflete trabalho contínuo de melhoria em relação aos anos anteriores. Não existe nenhuma pendência de entrega de DBR na 5ª Região Fiscal.

8.2.2 - Situação do Cumprimento das Obrigações

Item 9.4.2 da Portaria TCU nº 175/2013

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso à DIRPF – Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, todo servidor em exercício na RFB tem obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso à DIRPF.

Periodicamente a Cogep promove campanhas de regularização da entrega de documentos funcionais pelos servidores e atualizações do sistema e pastas funcionais pelas áreas de Gestão de Pessoas das Regiões Fiscais.

Nos casos em que as providências citadas acima não resolvem as pendências, é realizado contato pelo e-mail funcional, telefone ou, em última opção, carta registrada para o endereço residencial do servidor informando-o da situação, riscos e consequências, e solicitando a regularização.

A preferência dos servidores é assinar a autorização de acesso à DIRPF, o que minimiza o trabalho relativo à entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo.

As autorizações de acesso à DIRPF são geradas e controladas pelo Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3.

A autorização de acesso assinada pelo servidor é alocada na pasta funcional como qualquer documento. Para os casos em que ainda se entrega as declarações anuais, essas são recebidas em envelopes lacrados pelo servidor e alocadas na pasta funcional.

O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade das projeções da área de Gestão de Pessoas, que devem preservar o sigilo das informações.

8.3 - Alimentação SIASG E SICONV

Item 9.6 da Portaria TCU nº 175/2013

Esta declaração está localizada no Anexo 1 deste Relatório de Gestão, à página 181.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 5ª REGIÃO
FISCAL - SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 9: Relacionamento com a Sociedade

(Item 10, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

9.1 - Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

Item 10.1 da Portaria TCU nº 175/2013

A Ouvidoria visa a registrar e dar tratamento adequado às reclamações, sugestões, denúncias e elogios sobre os serviços da Receita Federal do Brasil. Além de ser um canal de manifestação do cidadão, potencialmente constitui-se em um instrumento gerencial importante, pois oferece a oportunidade de aprimoramento de procedimentos a partir do exame das ocorrências registradas, que podem apontar tanto as deficiências ou fragilidades sob a perspectiva do interesse do cidadão como as decisões acertadas e intervenções eficazes que geraram resultados positivos para a sociedade.

Para proporcionar amplo acesso do cidadão à Ouvidoria, são colocadas à sua disposição diversas formas de contato:

a) Pela Internet (portal.ouvidoria.fazenda.gov.br):

Acessando pela internet o sítio da Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda, o usuário pode cadastrar a sua mensagem, consultar o andamento de sua solicitação e, se for o caso, complementar ou mesmo apresentar novas manifestações.

b) Por telefone (0800-702-1111):

Este serviço telefônico gratuito é oferecido de segunda a sexta-feira de 8 às 20 horas (horário de Brasília), com o registro da mensagem pelo atendente.

c) Por correspondência

O cidadão usuário pode enviar correspondência para o seguinte endereço:

Ouvidoria do Ministério da Fazenda
SAS Quadra 6 - Bloco O - Ed. Órgãos Centrais - 7º andar
CEP 70070-917 – Brasília/DF

Nos locais onde o Ministério da Fazenda presta serviços, estão disponíveis cartas-resposta que podem ser utilizadas para escrever para a Ouvidoria. A carta-resposta pode ser:

- depositada em urna específica existente nesses locais; ela é coletada e encaminhada à Central de Atendimento da Ouvidoria do MF;
- enviada pelos Correios, sendo a postagem gratuita.

d) Atendimento pessoal

O atendimento pessoal é prestado pelo Ouvidor-Geral do Ministério da Fazenda. Esta atividade não é exercida pelos Ouvidores da RFB.

As reclamações, sugestões, denúncias e elogios registrados na Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda, quando relacionados aos serviços da Receita Federal do Brasil, são então distribuídos aos membros da rede de Ouvidores na RFB para adequado tratamento.

A Ouvidoria da 5ª Região Fiscal

A Ouvidoria da 5ª Região Fiscal integra a estrutura da Ouvidoria da Receita Federal do Brasil, que por sua vez está ligada à Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda.

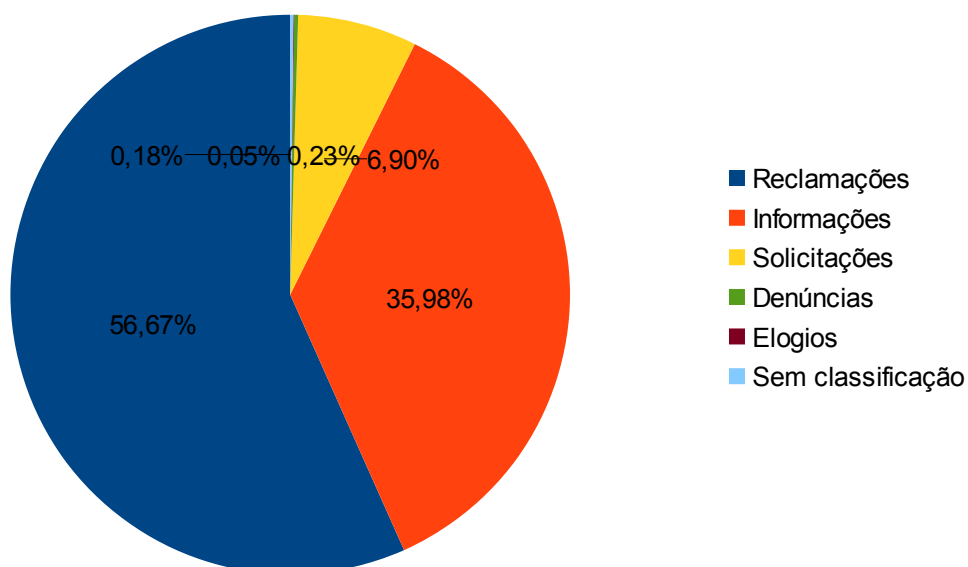
Possui uma rede de Ouvidores assim distribuídos:

- 3 (três) Ouvidores lotados na Divisão de Interação com o Cidadão (Divic), responsáveis pela análise das manifestações, repasse para os Ouvidores nas Delegacias e Alfândegas e acompanhamento das respostas encaminhadas aos cidadãos.
- 8 (oito) Ouvidores nas Delegacias e 1 na Alfândega do Aeroporto de Salvador, responsáveis pela análise e encaminhamento das manifestações pertinentes à sua jurisdição.
- 1 (um) Ouvidor especializado no atendimento de denúncias de sonegação fiscal lotado na Divisão de Fiscalização.

No exercício de 2013, a 5ª Região Fiscal recebeu 2.218 mensagens na Ouvidoria, distribuídas por tipo de manifestação da seguinte forma:

- 1.257 reclamações
- 798 informações
- 153 solicitações
- 5 denúncias
- 1 elogio
- 4 sem classificação

Figura 22: DEMANDAS REGISTRADAS NA OUVIDORIA DA 5ª REGIÃO FISCAL EM 2013



Os tipos de serviços mais demandados por ordem foram: DIRPF (22%), Processos (20%), CNPJ (11%), CPF (8%), Simples Nacional (7%), Atendimento CAC (7%), Malha Fiscal (5 %) e Parcelamentos (5%).

A Ouvidoria da 5ª Região Fiscal também recebeu 97 denúncias relacionadas a contribuintes. Denúncias dessa natureza são encaminhadas à Divisão de Fiscalização (Difis) da Superintendência para avaliação.

É importante ressaltar que, para fins de controle e acompanhamento, os indicadores operacionais da Ouvidoria registram também o quantitativo do estoque médio mensal de mensagens na região e suas unidades e o quantitativo de mensagens em estoque que se encontram há mais de 30 dias sem resposta. O acompanhamento desses indicadores é fundamental para garantir a agilidade no tratamento das mensagens encaminhadas pelos cidadãos.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 5ª REGIÃO
FISCAL - SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 10: Informações Contábeis

(Item 11, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

10.1 - Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Item 11.1 da Portaria TCU nº 175/2013

Em atendimento ao Subitem 11.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal atende ao conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16, aplicáveis ao setor público, em especial à NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio das entidades do setor público.

1) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, seguem informações em relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão e as taxas utilizadas para os cálculos.

a) Depreciação

Representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

a1) Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS (Sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda) e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens móveis

- A metodologia é a definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e,
- Nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e nº 130/1999.

Metodologia de cálculo da depreciação

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação dos bens móveis da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal é a das quotas constantes, definida no

Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

As taxas do quadro abaixo foram definidas nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e 130/1999 e na Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Quadro 99: TAXAS UTILIZADAS PELA UJ PARA O CÁLCULO DA DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

a2) Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece no âmbito da União o cronograma para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, entre eles a

depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis.

Os bens imóveis da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal são de propriedade da União e todos estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN e a Secretaria de Patrimônio da União - SPU estão desenvolvendo trabalhos objetivando a criação de uma rotina de depreciação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet com reflexo contábil no Sistema de Administração Financeira do Governo federal - SIAFI.

b) Amortização

Representa a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da amortização.

c) Exaustão

Representa a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal utilizou como metodologia para a avaliação e mensuração de ativos e passivos a Portaria STN nº 437/2012 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

De acordo com MCASP Parte II, mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provocam efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade. Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

Ainda, de acordo com o Princípio da Oportunidade, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.

Conceitos

Avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Mensuração: constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal obedecem aos critérios descritos a seguir:

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

b) Créditos e Obrigações

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

No grupo de diretos a receber da UG 170010 - Órgão Central RFB, destaca-se a contabilização dos tributos federais administrados pela RFB.

A contabilização foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e visa atender, especificamente, aos Princípios da Competência e da Oportunidade. Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do setor público, além da Lei nº 4.320/1964, Artigos 85, 89 e 100.

Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem. Os ajustes para perdas prováveis são constituídos com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado anualmente. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Estoques

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. As UG's do Ministério da Fazenda dispõem de sistema próprio para controle dos estoques, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

d) Investimentos

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal não possui investimentos em empresas ou em consórcios públicos ou público-privados.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNet. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f) Intangível

Os direitos, objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Ressalta-se que ainda não está em prática o registro da amortização do intangível.

g) Diferido

O Ativo Diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal não dispõe de registros contábeis neste item.

3) Impacto da utilização dos critérios contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 e 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

a) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à aplicação da NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público, o impacto no resultado do exercício financeiro de 2013 da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal foi de R\$ 14.456.658,46 referente à depreciação de bens móveis.

A depreciação refere-se ao desgaste dos bens móveis e é contabilizada em uma conta redutora do ativo imobilizado, contribuindo para o resultado diminutivo do exercício.

b) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à aplicação da NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, o resultado do exercício financeiro de 2013 da RFB teve vários impactos, destacando-se os seguintes (as variações abaixo ocorreram no resultado da UG 170010 - Órgão Central RFB):

- Aumento de R\$ 382.133.283.964,27 referente à incorporação de direitos (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais);
- Aumento de R\$ 8.689.252.583,73 referente à desincorporação do passivo “Ressarcimentos/Restituições de Tributos” devido ao pagamento de restituições do imposto de renda da pessoa física;
- Diminuição de R\$ 165.939.939.160,09 referente à baixa de direitos (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais);
- Diminuição de R\$ 10.535.016.966,88 referente à incorporação do passivo “Ressarcimentos/Restituições de Tributos” devido à contabilização de restituições a pagar do imposto de renda da pessoa física; e,
- Diminuição de R\$ 151.855.566.286,84 referente ao ajuste para perdas prováveis sobre os créditos tributários administrados pela RFB (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais).

10.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Item 11.2 da Portaria TCU nº 175/2013

10.2.1 - Declaração com Ressalva

Quadro 100: DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL		170078	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>1) UG 170072 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju</p> <p>a) Saldo contábil de bens móveis não confere com Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB</p> <p>a1) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI n.º 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.</p> <p>a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.</p> <p>a3) Trata-se de problema decorrente de lançamentos inconsistentes do sistema SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços) no mês de Junho/2013. O saldo no sistema SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) foi corrigido e reflete a realidade. Foi solicitado aos gestores do sistema SIADS as providências necessárias para regularização dos saldos das contas.</p> <p>2) UG 170081 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista</p> <p>a) Saldo contábil de bens móveis não confere com Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB</p> <p>a1) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI n.º 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.</p> <p>a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.</p> <p>a3) Trata-se de problema decorrente de lançamentos inconsistentes do sistema SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços) no mês de Novembro/2013. Foi solicitado aos gestores deste sistema as providências necessárias para regularização do saldo da conta.</p> <p>3) UG 170079 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador</p> <p>a) Saldo contábil de bens móveis não confere com Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB</p> <p>a1) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI n.º 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.</p> <p>a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.</p> <p>a3) Decorreu de lançamentos efetuados no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) e não reproduzidos no SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços) em 31/12/2013. Em Janeiro/2014 a UG efetuou as correções necessárias e os saldos das contas nos dois sistemas foram regularizados.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Salvador/Bahia	Data	04/02/2014
Contador Responsável	Monica Sampaio Mota	CRC n.º	027776/O-4

Observação: As informações em relação ao Balanço Orçamentário somente são passíveis de observação em nível de Órgão (Ministério da Fazenda), ou seja, nos relatórios do Sub-Órgão RFB (Órgão Central) e das Superintendências Regionais, não haverá esta análise.

ANEXOS

Anexo 1: Declaração do SIASG e SICONV - Subitem 9.6 do Anexo II da DN TCU nº 127/2013

DECLARAÇÃO

Eu, Virgínia Vila Nova de Araújo Cerqueira, CPF nº 290.172.705-00, Analista Tributário da receita Federal do Brasil, exercido na Superintendência da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de Maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores, **EXCETO** no tocante a:

- a) Contrato de Comodato nº 10/2010 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju, integrante do Processo 10510.001671/2010-71, com o Banco do Brasil, não oneroso (empréstimo de uma área para instalação de duas máquinas de autoatendimento), publicado na seção 3 do DOU de 02/08/2010.
- b) Contrato nº 12/2012 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju referente a aquisição de equipamentos de informática (scanner), no valor de R\$51.000,00, à empresa CNC Solutions, Tecnologia da Informação Ltda, CNPJ 01.307.379/0001-40, através de adesão à Ata de Registro de Preço da Justiça Federal do Espírito Santo, nos termos do processo 10510.723.072/2012-74 que, em face da impossibilidade de operacionalizá-lo no SIASG, restou apenas a publicação do DOU, seção 3, pág. 122, em 03/12/2012.

Salvador, 06 de Fevereiro de 2014.


Virgínia Vila Nova de Araújo Cerqueira

290.172.705-00

ATRFB/SRRF05